

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
STEFANIA MONTES HENRIQUES

O NOME PRÓPRIO NAS ELABORAÇÕES DE FERDINAND DE SAUSSURE

Uberlândia – MG

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
STEFANIA MONTES HENRIQUES

O NOME PRÓPRIO NAS ELABORAÇÕES DE FERDINAND DE SAUSSURE

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia.

Área de Concentração: Estudos Linguísticos
Linha de Pesquisa: Texto e Discurso
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Mara Silveira

Uberlândia – MG

2014

*Em memória de Alexandre Jairo Campos, pela
amizade e incentivo.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Dona Marly e Seu Gilberto, pelo apoio e incentivo recebidos durante esses vinte e sete anos. Também agradeço à Vovó Necá, que rezou todas as noites para que essa dissertação fosse possível.

Às minhas irmãs, Luciana e Cecília, pelo apoio e pelas “brigas”, que tornaram a minha vida menos monótona.

Aos meus sobrinhos, Ângela e Otávio, pelas vezes em que me interromperam, gritaram ou me chamaram para brincar. Se vocês não tivessem feito isso, eu provavelmente teria participado menos da infância de vocês.

Ao Leandro Shigueo Araújo, pelas discussões teóricas, companheirismo, incentivo e, principalmente, pela paciência e amor nos meus momentos de surto psicológico.

À Eliane Mara Silveira, por me aturar, incentivar e ser paciente (ou não) nesses seis anos de orientação.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Ferdinand de Saussure (GPFdS), pelas várias discussões e risadas durante todos esses anos. Vocês contribuíram bastante para que eu me tornasse uma pessoa e pesquisadora melhor!

À Micaela Pafume e Michelle Landim, pelas vezes em que escutaram, discutiram, atenderam minhas ligações em feriados e me deram caronas repletas de adrenalina.

Ao Sagid Salles e à Paula Akemy, pela leitura realizada no Capítulo 2 dessa dissertação, pelas sugestões, comentários e por me chamarem para uma cerveja de vez em quando.

À Luana Fidêncio, por revisar essa dissertação em tempo recorde e pelo apoio e amizade durante todos esses anos.

Aos amigos Júlio César, Caroline, Letícia e Ana Cláudia que, apesar da distância e dos desencontros, apoiaram-me e entenderam as minhas limitações quando eu tinha muitas coisas para estudar e não podia sair de casa.

À Prof.^a Dr.^a Maria Fausta Cajahyba Pereira de Castro e à Prof.^a Dr.^a Fernanda Mussalim, que aceitaram participar da banca de qualificação e defesa da dissertação e que contribuíram muito para que essa pesquisa se desenvolvesse.

Aos professores e técnicos do Curso de Graduação em Letras e à Coordenação de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, pelas informações, auxílios e pela paciência.

Por fim, mas não menos importante, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo auxílio financeiro nesses dois anos de Mestrado.

propôs-se que, sendo as palavras apenas nomes de coisas, seria mais conveniente que todos os homens trouxessem consigo as coisas de que precisassem falar ao discorrer sobre determinado assunto. E essa invenção teria sido, sem dúvida, posta em prática, para maior facilidade e saúde do indivíduo, se as mulheres, aliadas ao vulgo e aos ignorantes, não ameaçassem rebelar-se a não lhes ser concedida a liberdade de falar com a sua língua, à maneira dos seus antepassados; tão constante e irreconciliável inimigo da ciência é o povo. Nada obstante, muitos eruditos e sábios aderiram ao novo plano de se expressarem por meio de coisas; cujo único inconveniente residia em que, se um homem tivesse de falar sobre longos assuntos e de variada espécie, ver-se-ia obrigado, em proporção, a carregar nas costas um grande fardo de coisas, a menos de pagar um ou dois criados robustos para acompanhá-lo. Vi muitas vezes dois desses sábios quase caindo sob o peso dos seus fardos, como, entre nós, sucede aos adelos; os quais, quando se encontram na rua, põem no chão a carga, abrem os pacotes e conversam durante uma hora; em seguida, voltam a guardar os apetrechos, ajudam o outro a pôr o fardo às costas e despedem-se.

J. Swift, *As viagens de Gulliver*, 1726, p. 195.

RESUMO

O objetivo principal dessa dissertação é apreender de que maneira o nome próprio é considerado nas elaborações de Ferdinand de Saussure. Essa categoria linguística pode ser considerada como um dos problemas mais espinhosos nos estudos da linguagem. E isso por dois motivos principais: i. ela é heterogênea e não possui uma regra geral que seja aplicável a todas as línguas naturais; ii. envolve em sua constituição a arbitrariedade e a fala. Nesse sentido, efetuamos um percurso teórico pelos estudos da linguagem do século XIX, enfatizando as teorias de J. S. Mill e G. Frege, no âmbito da Filosofia, e de W.D. Whitney e M. Bréal, no âmbito da Linguística. A escolha por esses estudiosos justifica-se porque eles atribuem aos nomes próprios um lugar de destaque em suas teorias e são contemporâneos a Ferdinand de Saussure. Assim, o estudo das teorias desses autores nos proporcionou elementos para questionar a posição de Ferdinand de Saussure sobre essa categoria linguística. Considerando que a produção saussuriana não se restringiu ao *Curso de Linguística Geral*, compreendendo também estudos comparatistas, os manuscritos sobre linguística e sobre as Lendas Germânicas, investigamos as considerações saussurianas em quatro materiais: i. no CLG; ii. em três comunicações proferidas na *Société d'Histoire et Archéologie de Génève* que tinham como foco os topônimos; iii. no manuscrito *Notes Item. Sôme et sème*; e, por fim, iv. nos estudos saussurianos sobre as Lendas Germânicas. Mediante a análise desses materiais, percebemos que o nome próprio foi tratado por Ferdinand de Saussure de duas maneiras distintas: como uma palavra isolada e como uma palavra relacional. Essa duplicidade no tratamento saussuriano dessa categoria linguística evidencia que ela oferece, de fato, dificuldades em sua delimitação e que participa de um questionamento teórico importante sobre o funcionamento linguístico na teoria de Ferdinand de Saussure.

Palavras-chave: nomes próprios; Ferdinand de Saussure; manuscritos; lendas germânicas.

ABSTRACT

The main goal in this master thesis is to understand how the proper name is considered in Ferdinand de Saussure's elaboration. This linguistic category can be considered as one of the thorniest problems in language studies. And this for two main reasons: i .it is heterogeneous and does not have a general rule which may be applied to all natural languages, ii. its constitution involves complex aspects, such as the arbitrariness and speech. This way, we performed a theoretical path for the nineteenth century language studies, emphasizing J. S. Mill's and G. Frege's theories, within the philosophy , and WD Whitney's and M. Breal1s, under Linguistics. The scholars' choice is justified because they attach to the proper names a prominent place in their theories and they are Ferdinand de Saussure's contemporary. Thus, the study of these authors' theories provided the evidence to question Ferdinand de Saussure's position on this linguistic category. Whereas Saussure's production was not restricted to the Course in General Linguistics, comprising also comparatist studies, the manuscripts on linguistics and on Germanic Legends, we investigate Saussure's considerations in four materials: i.in CLG, ii. three communications which was taken at the *Société d'Histoire et Archéologie de Gèneve* that had as focus on the toponomies, iii. the notes on *Notes Item. Sôme et sème* manuscript; and finally, iv. Saussure's studies on Germanic Legends. Through the analysis of these materials, we realized that the proper name was treated by Ferdinand de Saussure in two distinct ways: as a single word and as a relational word. This duplicity in Saussure's treatment at this linguistic category shows that it is, indeed, a complex category which offers difficulties in its delimitation and it participates in an important theoretical inquires about the linguistic functioning in Ferdinand de Saussure's theory.

Keywords: proper names; Ferdinand de Saussure ; manuscripts; Germanic legends .

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
CAPÍTULO 1. O Nome Próprio: uma categoria marginal	11
1.1. Introdução	11
1.2. O lugar teórico do Nome Próprio: a Linguística e a Filosofia da Linguagem	12
1.3. A heterogeneidade: um obstáculo da definição dos Nomes Próprios	26
1.4. Uma distinção controversa: Nomes Próprios e Nomes Comuns	27
1.5. Uma possibilidade de delimitação: o arbitrário e a fala como aspectos distintivos dos Nomes Próprios	33
CAPÍTULO 2. O CLG: a crítica à nomenclatura e o isolamento do Nome Próprio.....	39
2.1. Introdução	39
2.2. A primeira crítica: a nomenclatura e o sistema linguístico	40
2.3. A segunda crítica: a nomenclatura, o signo e o arbitrário	44
2.4. A terceira crítica: significação, valor e <i>parole</i>	49
2.5. O isolamento do Nome Próprio	52
CAPÍTULO 3. O Nome Próprio nos manuscritos saussurianos: da Linguística às Lendas Germânicas	57
3.1. Introdução	57
3.2. As comunicações proferidas à <i>Société d'Histoire et Archéologie de Genève</i>	58
3.3. <i>Notes Item. Sôme et sème</i> : uma definição do signo e os nomes próprios e geográficos ...	61
3.4. Os manuscritos sobre as Lendas Germânicas e o valor do Nome Próprio	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89

Considerações Iniciais

Essa dissertação possui como principal interesse os nomes próprios. Essa categoria linguística foi alvo de debates calorosos desde a Antiguidade Clássica. E isso porque os nomes próprios envolvem em sua constituição aspectos problemáticos dos estudos da linguagem: o arbitrário e a relação de referência. Além disso, essa categoria oferece obstáculos em sua delimitação: não há regras de seu funcionamento que sejam aplicáveis a todas as línguas. Em decorrência desses aspectos, os nomes próprios constituem-se como uma categoria linguística heterogênea que vem suscitando muitas discussões até a contemporaneidade.

Podemos afirmar que uma das características mais marcantes dos nomes próprios é o fato de que, quando proferidos, eles estabelecem uma relação com os objetos. Partindo desse fato, colocamo-nos a seguinte questão: de que maneira Ferdinand de Saussure, fundador da Linguística Moderna, considerou os nomes próprios em sua teoria? Essa questão é pertinente devido ao fato de que a teoria saussuriana estabelece que a língua possui uma ordem própria independente de quaisquer ordens que lhe sejam exteriores. Tomando como ponto de partida que os nomes próprios são a categoria linguística responsável por designar objetos no mundo, de que maneira ela seria considerada em uma teoria que se abstém de tratar da relação de referência?

Com o objetivo de tentar responder essa questão, essa dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo é intitulado “O nome próprio: uma categoria marginal” e consiste em uma explicitação dos aspectos que tornam essa categoria linguística um dos problemas mais insistentes dos estudos da linguagem. Dentre tais aspectos, podemos ressaltar o lugar teórico controverso dessa categoria linguística na Linguística e na Filosofia da Linguagem, o fato de que há problemas em se estabelecer critérios de reconhecimento de nomes próprios que sejam aplicáveis às línguas naturais e a relação entre o princípio da arbitrariedade e a fala na constituição dessa categoria.

Considerando os obstáculos na delimitação dessa categoria linguística e o fato de que ela se relaciona com o arbitrário e com a fala, era pertinente que nos detivéssemos na teoria de Ferdinand de Saussure. Dessa forma, no segundo capítulo, intitulado “O CLG: a negação da nomenclatura e o ‘isolamento’ do nome próprio”, investigamos especificamente a obra responsável por atribuir a Saussure o estatuto de fundador da Linguística Moderna: o *Curso*

de Linguística Geral. Com o intuito de apreender de que maneira o nome próprio é considerado nessa obra, priorizamos dois pontos principais: a negação da nomenclatura e a única menção dessa categoria feita no CLG. Partimos do pressuposto de que, apesar de não ser evidente, tanto a negação da nomenclatura quanto os nomes próprios relacionam-se com aspectos importantes da teoria saussuriana, tais como: arbitrariedade do signo, valor e *parole*.

Por fim, no terceiro capítulo “O Nome Próprio nos manuscritos saussurianos: da linguística às lendas germânicas” evidenciamos que Saussure se deteve de maneira mais detalhada no estudo dessa categoria em outros materiais, tais como: nas comunicações proferidas à *Société d’Histoire et Archéologie de Génève*, no manuscrito “Notes Item. Sôme et sème” e nos estudos sobre as Lendas Germânicas. Assim, realizamos um percurso teórico por esses três materiais tendo como foco principal as considerações saussurianas sobre os nomes próprios.

Capítulo 1. O Nome Próprio: uma categoria marginal

1.1. Introdução

O título desse capítulo impõe-nos uma questão: por que o nome próprio é uma categoria marginal? Ele não poderia ser considerado uma categoria linguística como qualquer outra? Ao que nos parece, o nome próprio possui certas especificidades que lhe atribuíram um lugar problemático na história das ciências humanas. No caso dos estudos linguísticos, por exemplo, Jean Molino (1982) afirma que o nome próprio pode ser considerado “um parente pobre da linguística” (cf. MOLINO, p. 5). Enquanto que se nos deslocarmos para a Lógica e a Filosofia da Linguagem, perceberemos que o nome próprio possui um papel essencial.

Nesse capítulo, pretendemos explicitar alguns aspectos dos nomes próprios. Em um primeiro momento, evidenciaremos o lugar teórico controverso dessa categoria na Linguística e na Filosofia da Linguagem. Para isso, faremos um breve percurso teórico pelas teorias de W. D. Whitney, M. Bréal e J.S. Mill e G. Frege. Não pretendemos aqui esmiuçar a teoria desses autores, principalmente porque essas análises não se constituem enquanto objetivo de nossa pesquisa. Entretanto, achamos pertinente abordarmos alguns aspectos dessas teorias, tendo em vista que elas participam de um debate caloroso sobre a constituição dos nomes próprios no século XIX. Além disso, é justamente nesse século que Ferdinand de Saussure teve toda a sua formação acadêmica, o que nos incita a questionar a sua posição quanto ao papel dessa categoria linguística.

Após esse percurso teórico, explicitaremos algumas características do nome próprio e as dificuldades envolvidas em sua delimitação. Assim, em um segundo momento, explicitaremos os aspectos morfossintáticos inerentes a essa categoria linguística. Perceberemos que o nome próprio escapa a uma generalização, ou seja, parece não haver a possibilidade de se depreender uma regra geral de seu funcionamento. Em um terceiro momento, trataremos da distinção entre nomes próprios e nomes comuns. Como veremos, essa distinção é controversa, tendo em vista que um nome comum pode vir a se tornar um nome próprio. Como arcabouço teórico, utilizaremos as considerações de Molino (1982)¹ e

¹ Dentre os artigos que compõem a edição 66 da Revista Langages, que possui como tema principal os nomes próprios, o de autoria de Jean Molino é o mais indicado para utilizarmos nesse capítulo. E isso porque ele pretendeu abordar o nome próprio em sua complexidade.

Lecuit (2011) que, apesar de serem de épocas diferentes, possuem uma complementaridade em suas análises.

Em um quarto momento, explicitaremos a relação estabelecida entre os nomes próprios, a arbitrariedade e a fala. Acreditamos que tanto o arbitrário quanto a fala estão intrinsecamente relacionados com a constituição do nome próprio. Nesse sentido, partimos de um ponto de vista ontológico do nome próprio visando apreender a sua natureza. Para tal, utilizaremos das considerações de Strawson (1950), Gardiner (1954) e Wilmet (1997).

A explicitação da complexidade dos nomes próprios leva-nos a questionar a posição de Ferdinand de Saussure sobre essa categoria linguística. E isso por dois motivos principais: i. o princípio da arbitrariedade possui um papel essencial na teoria saussuriana; e ii. a fala é considerada por muitos autores como um dos aspectos excluídos por Ferdinand de Saussure ao determinar o funcionamento da língua como objeto teórico. Nesse sentido, é justificável perguntarmo-nos sobre o tratamento destinado por Saussure aos nomes próprios, tendo em vista que eles colocam em relação dois aspectos importantes da teoria saussuriana.

Assim, o nosso objetivo nesse capítulo não é delimitar o nome próprio e nem distingui-lo dos nomes comuns. Apesar de tocarmos nessa distinção, pretendemos evidenciar a complexidade que essa categoria linguística envolve em sua constituição e a problemática que ela coloca em jogo nas Ciências da Linguagem.

1.2. O lugar teórico do Nome Próprio: a Linguística e a Filosofia da Linguagem

O primeiro aspecto sobre o qual nos deteremos, antes de tratar do nome próprio, é o fato de que há uma disciplina que possui como objeto de estudo justamente essa categoria. Essa disciplina, chamada de Onomástica ou Toponímia, insere-se em uma perspectiva diacrônica dos estudos linguísticos e possui, como principal objetivo, a investigação etimológica dos nomes próprios. De acordo com Molino (1982),

Com o nascimento da linguística histórica e comparativa, constituiu-se uma disciplina de estatuto limítrofe e marginal, na qual o estudo dos nomes próprios tem uma vida independente, a onomástica, que estuda a origem dos

nomes próprios, nomes de pessoas e nomes de lugares. (MOLINO, 1982, p. 5, tradução nossa).²

Dessa forma, a Onomástica está relacionada intrinsecamente com os estudos históricos desenvolvidos no século XIX. Auguste Longnon é considerado o precursor dessa disciplina, tendo se destacado por desenvolver vários trabalhos relativos à origem e ao sentido dos nomes próprios, dentre os quais se pode considerar como mais representativo o *Les noms de lieu de la France*. Além disso, foi justamente Longnon que, enquanto diretor da *École des Hautes Études* no final do século XIX, reconheceu a Onomástica como disciplina científica.

Mas, em que sentido a Onomástica investiga o nome próprio? Para Leroy e Muni Toke (2007), essa disciplina tematiza o nome próprio de maneira banalizada, o que implicaria em desprezar toda a complexidade de sua natureza e a problemática que ela envolve. Isso porque, segundo elas, a partir do momento em que os estudos onomásticos priorizaram uma investigação histórica dos nomes próprios, as suas especificidades não foram questionadas. Assim, há um maior interesse, nessa disciplina, pela origem dos nomes próprios e não pela sua definição ou pela maneira com que os falantes apreendem essa categoria linguística.

No que diz respeito ao tratamento destinado a essa categoria nas outras áreas da Linguística, especificamente na linguística francesa do século XIX, Leroy e Muni Toke afirmam que

A história do lugar do nome próprio na linguística francesa é, portanto, particularmente interessante, pois ela testemunha a presença persistente desse elemento e ao mesmo tempo de seu relativo desinteresse também persistente, do qual é vítima. (LEROY; MUNI TOKE, 2007, p. 116, tradução nossa).³

Essa constante presença/ausência do nome próprio na linguística francesa pode ser estendida para todo o campo dos estudos sobre a Linguagem. E isso porque, como dissemos, o nome próprio possui especificidades tais que dificultam a investigação do seu funcionamento nas línguas naturais. Dentre os linguistas que fizeram considerações sobre essa categoria, especificamente no século XIX, podemos citar W. D. Whitney e M. Bréal. Esses

²“Avec la naissance de la linguistique historique et comparative se constitue une discipline au statut limitrophe et marginal, dans laquelle l'étude des noms propres va vivre d'une vie indépendant, l'onomastique, qui étudie l'origine des noms propres, noms de personnes et noms de lieux.”

³ “L'histoire de la place du nom propre en linguistique française est donc particulièrement intéressante, car elle témoigne de la présence persistante de cet élément et en même temps du relatif désintérêt, tout aussi persistant, dont il est victime.”

dois estudiosos, além de serem contemporâneos a Ferdinand de Saussure, também tiveram como objetivo pensar uma generalização dos estudos linguísticos.

Em 1875, por exemplo, Whitney publica “The Life and Growth of Language”, na qual defende que a língua é uma instituição social, considerando-a como um instrumento de comunicação, como uso e como história. (cf. HOMBERT, 1978, p. 114). Nesse sentido, há uma oposição declarada à concepção de língua defendida por A. Schleicher, segundo a qual “as línguas são organismos naturais que, exteriores à vontade humana e seguindo leis determinadas, nascem, crescem, desenvolvem-se e morrem” (SCHLEICHER apud PAVEAU, SARFATI, 2006, p. 22).

M. Bréal, por sua vez, publica em 1897, a obra “Éssai de Sémantique”, na qual denuncia as armadilhas das concepções organicistas, dentre elas as teorias de A. Schleicher e J. Darmesteter, além de criticar também a Gramática Comparada. (cf. CAPT-ARTAUD, 2000, p. 38). Nessa obra, Bréal (1897[1992]) afirma a necessidade de considerar a palavra não somente como um som, mas também como um “conceito do espírito”. Isso implica em negar tanto o organicismo quanto o comparatismo já que, por ser um conceito do espírito, a palavra está no homem e não em seu exterior. Nesse sentido, o estudo da linguagem não pode se restringir somente às mudanças fonéticas, devendo se deter também ao sentido das palavras. A importância dada ao sentido nessa obra foi a responsável pela fundação da Semântica, apesar de o projeto de Bréal poder ser considerado um programa de linguística geral. (cf. AARLEFF, 1981, p. 118).

Levando em consideração a importância desses dois linguistas e o fato de que ambos pretendiam generalizar os resultados obtidos pela Gramática Comparada, é interessante que nos detenhamos na maneira com que eles concebem a categoria dos nomes próprios para que, posteriormente, possamos apreender o tratamento destinado a essa categoria por Ferdinand de Saussure.

W.D. Whitney inicia a obra “The Life and Growth of Language”, explicitando o que seria a concepção de linguagem que nortearia o desenvolvimento de sua obra: ela seria considerada enquanto expressão do pensamento humano. Assim,

A linguagem propriamente dita é um conjunto de signos pelos quais o homem exprime consciente e intencionalmente seu pensamento a seus semelhantes: é uma expressão destinada à transmissão do pensamento. (WHITNEY, 1875/2010, p. 17).

Ao que nos parece, Whitney (1875/2010) considera a linguagem enquanto um instrumento do pensamento, ou seja, o pensamento é anterior à linguagem. Isso se torna mais evidente a partir do momento em que o linguista americano afirma que a Linguística “se esforça para determinar seu valor [da linguagem] como instrumento do pensamento e sua influência no desenvolvimento de nossa raça”. (cf. WHITNEY, 1875/2010, p. 20). É interessante ressaltar que a Linguística, para esse autor, não possui como único objetivo investigar a linguagem, mas também os progressos da humanidade e a história das raças.

Logo no segundo capítulo do livro, após explicitar o que é linguagem e quais os objetivos da Linguística, Whitney explicita a maneira com que os homens adquirem a linguagem. De acordo com ele, a aquisição de linguagem está estreitamente relacionada com o fato de que a criança reconhece os objetos e as pessoas que lhe rodeiam. Esse reconhecimento acontece antes do desenvolvimento da fala, fazendo com que a criança conheça primeiro as coisas para depois aprender a pronunciar seus nomes (cf. WHITNEY, 1875/2010, p. 25).

É esse processo de reconhecimento que faz com que a criança apreenda, mais tarde, a diferença entre os nomes gerais e individuais. De acordo com Whitney,

Mais tarde a criança aprende a pronunciar, por exemplo, o nome *Jorge*, mas ela descobre que ela não deve chamar de *Jorge* seres muito parecidos, ao qual esse nome pertence e que existe para isso outra palavra: *garoto*. Ela conhece outros *Jorge* e encontrar o laço que os liga é um problema que está além de seu alcance. (WHITNEY, 1875/2010, p. 39).

Dessa forma, depois de conhecer os objetos que lhe rodeiam, a criança consegue pronunciar os nomes que os designam. Após esse processo, ela perceberá a diferença entre nomes como “garoto” e “Jorge”, ou seja, nomes gerais e individuais. De acordo com Testenoire,

Os nomes com referentes individuais aparecem assim como os primeiros na consciência dos sujeitos falantes. Isso porque nomes como “rapaz” designam classes de objetos que são secundários na aprendizagem. Assim que será expresso muito claramente por Whitney um pouco adiante “adquirir a linguagem é adotar classificações”. (TESTENOIRE, 2008, p. 1002, tradução e grifo nossos).⁴

⁴“Les noms à référents individuels apparaissent ainsi comme premiers dans la conscience des sujets parlants. C'est parce que les noms comme ‘garçon’ désignent des classes d'objets qu'ils sont seconds dans l'apprentissage. Ainsi que l'exprimera très clairement Whitney un peu plus loin, ‘acquérir le langage c'est adopter des classifications’”.

Ao que nos parece, os nomes próprios possuem um lugar de destaque na teoria de Whitney (1875/2010), porque são colocados como “os primeiros na consciência do sujeito falante”. Os nomes comuns, por sua vez, aparecem como “secundários” no processo de aquisição da linguagem. Além disso, a distinção entre essas classes de nomes é, de acordo com ele, um processo complicado que proporciona confusão até mesmo nos homens adultos, mesmo que seja em menor grau. (cf. WHITNEY, 1875/2010, p. 41).

No que diz respeito à constituição dos nomes próprios, Whitney (1875/2010) afirma que o nome próprio possui uma significação mínima. Isso fica perceptível quando o princípio de extensão do sentido é explicitado:

Sr. Miller deve seu nome à profissão que exerce, que é a de moleiro, de *Mill* (moinho). Ele se torna um ancestral comum de toda uma posteridade de Millers, que herdam seu nome. Um deles se torna o fundador de uma seita que se chamará os milleritas, e esse nome se tornará tão importante na nomenclatura teleológica quanto o nome de Arius ou Nestorius. (WHITNEY, 1875/2010, p. 91).

Ao mesmo tempo em que Whitney (1875/2010) explicita esse princípio de extensão do sentido, também deixa subentendido o princípio de restrição do sentido. Nesse caso, Sr. Miller só possui esse nome devido ao fato de que trabalha em um moinho (mill), o que implica que o substantivo “mill” sofreu uma restrição de sentido ao se tornar um nome próprio como “Miller”. E isso porque se antes “mill” designava uma classe de objetos, a partir do momento em que se torna um nome próprio, ele designa um objeto individual. Além disso, a partir do momento em que alguém é nomeado como “Sr. Miller”, todos os seus descendentes carregarão consigo o nome “Miller” mesmo que não trabalhem mais em um moinho. Supondo que o Sr. Miller teve dez filhos e que um deles fundou uma seita religiosa denominada os “milleritas”, houve uma extensão do sentido, tendo em vista que “milleritas” designa uma classe de pessoas. A diferença entre os nomes próprios e os nomes comuns parece ser, portanto, relacionada à restrição/extensão do sentido. Segundo Testenoire (2008)

No esquema proposto por Whitney, os nomes próprios e os nomes comuns constituem dois pólos opostos de carga semântica. **O nome próprio é concebido então como elemento linguístico com significação mínima, ou em um ponto de vista dinâmico, como o momento em que a restrição de**

sentido é máxima. (TESTENOIRE, 2008, p. 1003, tradução e grifo nossos).⁵

O que fica evidente nessas passagens é que Whitney (1875/2010) considera a relação de referência como fundamental no processo de aquisição da linguagem e, consequentemente, os nomes próprios possuem uma importância ímpar em sua teoria. No capítulo intitulado “Como são criadas as palavras”, por exemplo, Whitney (1875/2010) explicita os seus objetivos, sendo que o principal deles é investigar a constituição dos nomes próprios:

Iremos antes examinar certos princípios gerais relativos aos fatos existentes concernentes a formação original dos nomes, isto é, à aquisição primeira de signos para as ideias. Os outros aspectos do desenvolvimento linguístico são, como vimos, de uma importância menor e de explicação fácil. Mas compreender como somos capazes de exprimir todas as coisas é compreender a natureza essencial do desenvolvimento linguístico e da própria linguagem. (WHITNEY, 1875/2010, p. 135).

Nesse ponto Whitney enfatiza a importância dos nomes na linguagem relacionando-os aos objetos presentes no mundo e, consequentemente, afirmando que a natureza essencial da linguagem pode ser melhor compreendida a partir do momento em que se entenda de que maneira somos capazes de exprimir todas as coisas que nos rodeiam. Dessa forma, as outras categorias linguísticas parecem possuir uma importância secundária quando comparadas aos nomes próprios.

Ademais, Whitney partilha da concepção segundo a qual as ideias são preexistentes às palavras. De acordo com ele,

Em primeiro lugar, há sempre e em toda parte uma ideia que precede a palavra. Em toda a frase comum, pensamos inicialmente e formulamos, em seguida, nosso pensamento. Isso é tão evidente que ninguém pode sequer pensar em negá-lo. Tentar fazê-lo seria pretender que um objeto novo não pudesse ser reconhecido antes de receber um nome, ou que o nascimento de uma criança só poderia acontecer depois de seu batismo. Não reconhecer que a ideia precede a palavra é tão impossível quanto não reconhecer que a criança existe antes de ter um nome, ainda que a evidência seja menos palpável. (WHITNEY, 1875/2010, p. 136).

⁵ “Dans le schéma proposé par Whitney, noms propres et noms communs constituent ainsi les deux pôles opposés de la charge sémantique. **Le nom propre se conçoit alors comme l’élément linguistique à la signification minimale, ou dans un point de vue dynamique, comme le moment de la restriction de sens maximale.**”

Acrescentando à concepção de que as ideias são preexistentes às palavras, Whitney afirma que o ato de atribuição dos nomes às coisas é convencional, porque a relação estabelecida entre signos e objetos não é dada naturalmente. Nesse ponto, ele afirma que

Se um laço direto e necessário devesse existir inicialmente entre a ideia e a palavra, signos novos surgiriam incessantemente no discurso, no lugar de serem, como é o caso aqui, fenômenos raros. A razão que nos faz procurar no depósito dos velhos utensílios do pensamento é, nesse aspecto, como em todo resto, tirada da tendência à comodidade. (cf. WHITNEY, 1875/2010, p. 141).

Isso evidencia que, para ele, a relação entre nomes e objetos é arbitrária. Entretanto, “arbitrário” não pode ser entendido aqui como na teoria saussuriana, tendo em vista que Whitney (1875/2010) considera o arbitrário como sinônimo de “convencional”, enquanto Saussure considera-o na acepção de “imotivado”. De acordo com Testenoire (2008), essa distinção evidenciaria que a concepção de linguagem adotada por Whitney (1875/2010) corresponde àquela adotada por Hermógenes, no diálogo “Crátilo” de Platão. Isso quer dizer que Whitney substituiria o “nomoteta” – primeiro homem a dar nomes aos objetos – pelos homens “nomencladores”, que atribuiriam os nomes às coisas de acordo com as normas sociais as quais estavam submetidos. (cf. TESTENOIRE, 2008, p. 1003).

A perspectiva de Whitney (1875/2010) aproxima-se, dessa forma, da concepção de linguagem enquanto nomenclatura. Os nomes seriam, portanto, simples etiquetas para objetos. O fato de que na obra “The Life and Growth of Language”, Whitney possui um projeto de generalização da Linguística, mas concebe a linguagem enquanto uma nomenclatura leva-nos a pensar que, de acordo com o tratamento destinado ao nome próprio, tem-se uma concepção de linguagem diferente. Nesse ponto, é plausível afirmar que talvez um dos aspectos que distingue a teoria saussuriana da teoria de seus contemporâneos, permitindo-lhe a fundação da Linguística, é justamente a negação da nomenclatura enquanto generalização do funcionamento linguístico e o deslocamento do princípio da arbitrariedade⁶.

É interessante ressaltar que assim como Whitney (1875/2010), M. Bréal também possui um projeto de generalização da Linguística. (cf. AARLEFF, 1981, p. 118). M. Bréal foi um linguista francês, co-fundador da *École des Hautes Études*, professor de gramática comparada e que teve dentre seus alunos o linguista Ferdinand de Saussure. De acordo com

⁶Esses aspectos ficarão mais claros no Capítulo 3.

Silva (2008), Bréal foi um dos estudiosos que contribuíram para que os deslocamentos teóricos efetuados por Saussure fossem possíveis. Assim como Saussure, Bréal teve sua formação acadêmica focada nos estudos comparatistas, além de se interessar por estudos mitológicos⁷. Em 1897, Bréal publica a obra “Éssai de Sémantique”, na qual explicita a importância de se considerar o sentido das palavras e não as considerar apenas como sons. As ideias contidas nessa obra foram responsáveis pela fundação da Semântica, termo utilizado por Bréal pela primeira vez em 1883, no artigo intitulado “Les Lois Intellectuelles du Langage”. (cf. GUIMARÃES, 1992, p. 9).

Durante seu percurso acadêmico, Bréal faz várias críticas tanto ao naturalismo quanto ao comparativismo. De acordo com ele, afirmar que a Linguística é uma ciência natural é um erro, tendo em vista que lhe falta

uma condição capital: o objeto que ela trata não existe na natureza. A linguagem é um ato do homem: não há realidade fora da inteligência humana.(cf. BRÉAL, 1891, apud AARSLEFF, 1981, p. 115, tradução nossa).⁸

A teoria de A. Schleicher e Darmesteter, desse ponto de vista, é equivocada, pois considera a língua como um organismo vivo e, consequentemente, como algo exterior ao homem. Além disso, a partir do momento em que se considera que a linguagem pertence às ciências naturais, o estudo das formas linguísticas se restringe à simples descrição dessas formas, sem considerar a própria natureza da linguagem. (Cf. AARSLEFF, 1981, p. 115).

No que diz respeito ao comparativismo de sua época, Bréal afirma no início da obra “Éssai de Sémantique” que

Limitar o estudo da linguagem às mudanças de vogais e consoantes é reduzi-lo às dimensões de um ramo secundário da fisiologia; contentar-se em enumerar as perdas sofridas pelo mecanismo gramatical é cair na ilusão de que a linguagem é como um edifício em ruínas; restringir a linguagem às teorias abstratas sobre a sua origem é correr o risco de acrescentar, sem grande proveito, um capítulo à história já demasiado longa dos sistemas. (BRÉAL, 1897/1992, p. 17).

⁷A tese de doutorado de M. Bréal foi “Hérculos et Cacus. Étude de Mithologie Comparée e des Noms Perses dans les Ecrivains Grecs.”(1863).

⁸ “une condition capitale: c'est l'objet dont elle trait n'existe pas dans le nature. Le langage est un acte de l'homme : il n'a pas de réalité en dehors de l'intelligence humaine.”

A negação do naturalismo e do comparatismo é fundamentada na necessidade de se considerar o sentido das palavras e não somente os sons. De fato, a importância dada ao sentido na teoria de Bréal (1897/1992) implica em uma mudança de postura em relação à linguagem. A linguagem não é um organismo vivo e seus elementos não devem ser considerados como exteriores aos homens, tendo em vista que ela “é um ato do homem: ela não tem realidade fora da atividade humana”. (cf. BRÉAL, 1897/1992, p. 195). Para Silva (2008), é justamente a oposição de Bréal a essas correntes teóricas que lhe proporciona a possibilidade de pensar a natureza da linguagem e as mudanças linguísticas como passíveis à vontade humana. (cf. SILVA, 2008, p. 15). Em outra passagem, Bréal afirma que a linguagem

tem sua morada e sua sede em nossa inteligência; não seria possível concebê-la em outro lugar. Se ela nos precede, e sobrevive a nós, é que ela existe na inteligência de nossos concidadãos como na nossa, é que ela existiu antes de nós em nossos pais, e de nossa parte nós a transmitimos a nossos filhos. (BRÉAL, 1897/1992, p. 197).

As semelhanças com Saussure ficam evidentes se relembrarmos que, para o genebrino, “a língua aparece sempre como uma herança da época precedente” (SAUSSURE, 1916/1973, p. 85) e, ainda, que ela é tesouro que existe “virtualmente no cérebro de todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade” (SAUSSURE, 1916/1973, p. 21). De acordo com Aarsleff (1981), Bréal considera – tal como Saussure – que a língua não pode ser uma nomenclatura, pois uma linguagem que exprime com precisão o que está no espírito ou no mundo é uma impossibilidade. (cf. AARSLEFF, 1981, p. 121). Apesar de negar a língua como nomenclatura, Bréal (1897/1992) trata dos nomes próprios em sua teorização. Nos capítulos “La restriction du sens” e “Comment les noms sont donnés aux choses”, essa categoria linguística possui um lugar de destaque.

O primeiro apontamento a ser feito no capítulo “La restriction du sens” diz respeito justamente ao fato de que a língua não pode ser considerada enquanto uma nomenclatura. Isso porque

(...) nossas línguas, por uma necessidade cujas razões se verão, são condenadas a uma perpétua falta de proporção entre a palavra e a coisa. A expressão é tanto demasiado longa quanto demasiado restrita. Não nos apercebemos dessa falta de ajuste, por que a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa, graças ao conjunto de circunstâncias, graças ao lugar, ao momento, à intenção visível do discurso, e por que no

ouvinte, que é sempre metade em toda a linguagem [...]. (BRÉAL, 1897/1992, p. 81).

A causa dessa falta de proporção entre a palavra e a coisa consiste no fato de que, para Bréal (1897/1992) o verbo constitui a parte essencial da linguagem. Assim, o verbo possui uma significação mais ampla e é a partir dele que os substantivos e adjetivos são formados em um processo de restrição do sentido. Esse processo de restrição dá-se pelo uso que os falantes de uma comunidade linguística fazem do verbo. Como exemplo, Bréal explicita o caso do verbo latino *tegere*:

Para designar o telhado da casa, os latinos tinham a palavra *teg-men*, formada de um verbo, *tegere*, “cobrir”, e de um sufixo *men*, que serve para marcar o instrumento. Mas *tegmen* convinha também e foi empregado igualmente para marcar o abrigo formado por uma árvore, uma couraça ou toda uma espécie de cobertura ou invólucro. [...] É preciso chegar ao francês *toit* para encontrar a palavra enfim muito limitada pelo uso e (o que é preciso acrescentar) muito pouco conhecida pela forma, para convir única e especialmente à cobertura de uma casa. (BRÉAL, 1897/1992, p. 81).

O fato de que Bréal (1897/1992) dá grande importância aos verbos, colocando-os como essenciais na linguagem e como origem dos substantivos e adjetivos, já evidencia uma posição contrária à perspectiva filosófica de os nomes serem o âmago da linguagem. Mas, se a crítica à concepção que considera a língua como nomenclatura é tão explícita em Bréal, de que maneira a categoria linguística dos nomes próprios é tratada no “*Éssai de Sémantique*”?

Os nomes próprios são tratados mais detalhadamente no capítulo intitulado “*Comment les noms sont donnés aux choses*”. Nesse capítulo, Bréal retoma a questão de falta de proporção entre as palavras e as coisas, explicitando que

a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, por que não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato por que não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu, ou do cavalo que ele corre quando está em repouso, ou quando está ferido ou morto. (BRÉAL, 1897/1992, p. 123).

O primeiro aspecto a ser depreendido dessa citação diz respeito à afirmação de Bréal, segundo a qual a relação de referência acontece de maneira inexata e incompleta, o que não impede que ela seja estabelecida entre os nomes e as coisas. Além disso, se retomarmos a questão da restrição do sentido, temos que o que importa é que para os falantes essa falta de

proporção não é evidente, tendo em vista que as circunstâncias de discurso possibilitam que eles efetuem a referência a um determinado objeto.

Os substantivos ocupam um papel central na questão da designação, tendo em vista que, de acordo com Bréal (1897/1992) eles são “signos ligados às coisas: eles encerram exatamente a parte da verdade que um nome pode encerrar, parte necessariamente tão menor quanto mais tem de realidade o objeto.” (cf. BRÉAL, 1897/1992, p. 123). Desse ponto de vista, os substantivos que são mais adequados aos objetos são os substantivos abstratos, tais como felicidade, liberdade, bondade etc., pois fazem referência a uma operação do espírito e toda a ideia de “liberdade” está contida na palavra “liberdade”, por exemplo.

Se, por outro lado, o falante considera um nome que designa uma entidade real, como por exemplo, um cão, a linguagem encontra-se na incapacidade de fazer com que todas as características dessa entidade estejam contidas no signo. Então, ela será forçada a escolher apenas uma, dentre as várias noções possíveis para designar um objeto e, dessa forma, “cria um nome que não tarda a se tornar um signo”. (cf. BRÉAL, 1897/1992, p. 123)⁹. Isso implica em um tipo de motivação na relação estabelecida entre a palavra e o nome. De acordo com Bréal,

Para que esse nome se faça aceitar, é preciso, sem dúvida, que na origem haja alguma coisa de surpreendente e de justo; é preciso que, de algum modo, satisfaça o espírito daqueles a quem é então proposto. Mas essa condição impõe-se apenas no início. Uma vez aceito, esvazia-se rapidamente de sua significação etimológica. (BRÉAL, 1897/1992, p. 123).

Esse “esvaziar-se” da sua significação etimológica nada mais é do que se tornar signo, ou seja, ser usado por uma determinada comunidade linguística e ter seu sentido restrito ou ampliado. Os nomes próprios não parecem ser uma exceção nesse ponto. De fato, Bréal (1897) afirma que mesmo os nomes dados pelos letrados e eruditos estão submetidos às mesmas mudanças que os nomes comuns. E isso acontece em decorrência do fato de que a língua é uma “obra de improvisação” a serviço do pensamento. (cf. BRÉAL, 1897/1992, p. 124). O seu ponto de vista sobre os nomes próprios torna-se evidente quando ele critica toda

⁹Bréal (1897) utiliza a expressão “a linguagem é obrigada a escolher”. A utilização dessa expressão causa certo estranhamento, tendo em vista que parece pressupor a existência de uma autonomia da linguagem. Não nos deteremos nesse aspecto da teoria bréaliana, que será o foco de outros trabalhos.

uma tradição anterior a ele, que considerava que essa categoria linguística não fazia parte da língua¹⁰. De acordo com ele,

Sustentou-se que os nomes próprios, como Alexandre, César, Turenne, Bonaparte, formavam uma espécie à parte e estavam situados fora da língua. Há certamente algumas razões em favor dessa opinião: vemos primeiro que, para essa categoria, o sentido etimológico não tem nenhum valor; além do mais, eles passam de uma língua à outra sem serem traduzidos; enfim, geralmente seguem as transformações fonéticas de um modo mais lento. Entretanto, pode-se dizer que há só uma diferença de grau entre os nomes próprios e os nomes comuns. (BRÉAL, 1897/1992, p. 125).

Para Bréal (1897), essas diferenças não implicam em uma distinção muito delimitada entre os nomes próprios e os nomes comuns. De fato, o sentido etimológico não tem nenhum valor quando consideramos os nomes próprios, mas isso também acontece com nomes comuns, porque a partir do momento em que eles são colocados em circulação, a motivação inicial de sua atribuição se perde. Quanto ao fato de que os nomes próprios resistirem ao processo de tradução de uma língua para a outra, Bréal (1897) afirma que isso também acontece com os nomes de dignidades, invenções e costumes. No que diz respeito ao último argumento, que consiste em afirmar que os nomes próprios sofrem as transformações fonéticas em uma marcha mais lenta, Bréal (1897) refuta-o ao afirmar que isso se deve ao cuidado especial com que as pessoas os pronunciam.

Dessa forma, a diferença existente entre os nomes próprios e os nomes comuns é uma diferença intelectual. Isso quer dizer que os nomes próprios são mais significativos do que os nomes comuns por que designam apenas um objeto e não uma classe de objetos. O que é interessante ressaltar nessa concepção de nome próprio de Bréal (1897) é justamente o fato de que os nomes próprios não estão fora da linguagem, tendo em vista que eles possuem sentido e esse sentido está sujeito a transformações, ou seja, podem sofrer os processos de restrição e ampliação do sentido. (cf. BRÉAL, 1897/1992, p. 126).

Ao considerarmos o papel desempenhado pelos nomes próprios nas teorias de W. D. Whitney e M. Bréal e, ainda o lugar marginal ocupado pela Onomástica na Linguística, é possível constatar a maneira com que essa categoria fez-se presente nas teorias linguísticas. Nesse sentido, é importante ressaltar que essa oscilação de tratamento não é tão perceptível na Filosofia da Linguagem. Isso porque no século XIX a linguagem ocupa um papel fundamental na prática filosófica. Isso acontece devido à constatação de que vários problemas filosóficos

¹⁰De acordo com Testenoire, os argumentos elencados por Bréal (1897) nessa passagem eram utilizados por Leibniz e Max Muller. (cf. TESTENOIRE, 2008, p. 1004).

eram, de fato, problemas de linguagem. A Filosofia Analítica surge nessa época e se propõe, dentre outros objetivos, a analisar a linguagem com o intuito de eliminar as ambiguidades no discurso científico e, consequentemente, solucionar os problemas filosóficos. No âmbito dessa corrente teórica encontra-se a conceituação do nome próprio e a discussão sobre o estabelecimento da referência. Mas o que seria um nome próprio? Genericamente, na filosofia da linguagem, um nome próprio é considerado um sinal que tem como função principal designar objetos no mundo. Há, portanto, uma estreita relação entre essa categoria linguística e a questão da referência.

É plausível explicitar que a Filosofia Analítica da Linguagem possuía, no século XIX, duas vertentes distintas que discutiam a relação dos nomes com os objetos. A primeira vertente era chamada de teoria da referência direta, enquanto que a segunda vertente era denominada como teoria da referência indireta.

A teoria da referência direta defendia que o significado de um nome próprio era o seu referente, tendo em vista que não haveria nenhuma representação mental envolvida na relação entre nome e objeto. Assim, o significado de “Charles Chaplin” é o próprio Charles Chaplin. Isso implica em afirmar que a relação entre nome e referente acontece de maneira direta, sem intervenção de uma significação ou de um conjunto de características que suscitem a atribuição do nome “Charles Chaplin” à entidade Charles Chaplin. O primeiro representante dessa perspectiva foi J. S. Mill, retomado por Hilary Putnam, Saul Kripke e Keith Donnellan. (cf. BRANQUINHO et al, 2006, p. 559).

Em contrapartida, a teoria da referência indireta postulava que existia, entre o referente e o nome, um significado/sentido. Esse significado poderia ser o modo de apresentação de um determinado objeto, tal como defendia G. Frege, ou uma descrição definida – ou conjunto de descrições definidas –, como defendeu B. Russell. A questão é que não existiria uma ligação direta entre o nome e o objeto, mas sim uma ligação intermediada pelo significado/sentido. Dessa forma, o significado do nome “Vênus” seria o seu modo de apresentação, isto é, um sentido que é partilhado por toda uma comunidade linguística. O referente de “Vênus”, por sua vez, é a entidade que atende às características expressas nesse modo de apresentação e que está relacionada ao nome Vênus.¹¹ Gottlob Frege e Bertrand Russell são considerados

¹¹ Ao falar de modo de apresentação, partimos de um ponto de vista fregeano. Se, por outro lado, quisermos considerar a perspectiva russeliana, o modo de apresentação seria substituído por uma descrição definida.

como os principais representantes dessa perspectiva no século XIX e foram retomados no século XX por Peter Frederick Strawson e John Searle.¹²

As considerações acima, mostram-nos que o nome próprio constitui-se enquanto um objeto de análise controverso, tendo em vista o lugar teórico que ocupa nas Ciências Humanas. Além disso, para Leroy e Muni Toke (2007), as diversas maneiras pelas quais os nomes próprios podem ser analisados são justificadas pela natureza complexa dessa categoria linguística. De acordo com as autoras, o nome próprio

é um objeto empolgante, rico e complexo e que excede largamente os limites da linguística: ele não constitui um objeto próprio, como poderia ser, por exemplo, as preposições ou os afixos, mas se enquadra nas ciências humanas, no sentido amplo: o interesse que lhe é destinado pela antropologia, história e a psicologia, é bem conhecido.¹³ (LEROY; MUNI TOKE, 2007, p. 115, tradução nossa).

Isso quer dizer que essa categoria pode ser abordada de várias maneiras e com objetivos diferentes. Nos estudos da Lógica, por exemplo, a investigação do nome próprio visa depreender considerações sobre a relação entre os nomes e os objetos, enquanto que na Antropologia, o nome próprio é investigado sob um prisma cultural, ou seja, que envolve a cultura de uma determinada comunidade.

Assim, a constituição dessa categoria linguística é heterogênea e isso faz com que nos indaguemos sobre os motivos dessa heterogeneidade. Além disso, também é pertinente nos perguntarmos por que essa categoria ocupa, ao mesmo tempo, um lugar marginal e um lugar de destaque nas Ciências Humanas. Com o intuito de tentar responder essas questões, debruçaremos-nos em algumas características dos nomes próprios e, ainda, na distinção entre nomes próprios e nomes comuns.

¹² Não nos deteremos aqui nas teorias desses autores, tendo em vista que isso não constitui o objetivo de nosso trabalho. Entretanto, é pertinente ressaltar a importância das teorizações de G. Frege e J.S. Mill no século XIX.

¹³ “est un objet passionnant, riche et complexe et qui dépasse largement les limites de la seule linguistique; il n'en constitue pas un objet propre, comme pourraient l'être, par exemple, les prépositions ou les affixes, mais relève des sciences humaines, au sens large: l'intérêt que lui portent l'anthropologie, l'histoire, la psychologie, est bien connu.”

1.3. A heterogeneidade: um obstáculo na delimitação dos Nomes Próprios

Nesse tópico, tentaremos abordar alguns aspectos da natureza dos nomes próprios. Para isso, utilizaremos como fundamentação teórica as considerações de Molino (1982) e Lecuit (2011). Essa escolha justifica-se na medida em que Molino (1982), em seu artigo *Le nom propre dans la langue*, efetua uma análise das características dos nomes próprios e da distinção dessa categoria com os nomes comuns. Lecuit (2011), por sua vez, trata da intraduzibilidade dos nomes próprios, considerada por muitos estudiosos no século XIX e XX como uma das características inerentes a essa categoria linguística. Além desses dois estudiosos, citaremos também Alan Gardiner, egiptólogo inglês que desenvolveu uma teoria dos nomes próprios na obra *The theory of proper names: a controversial essay* (1954) e trata da distinção entre nomes próprios e nomes comuns.

Podemos afirmar que um dos obstáculos na delimitação do nome próprio é a sua heterogeneidade, justificada pelo fato de que existem vários candidatos ao posto de “nome próprio”. De acordo com Molino (1982), podem ser distinguidos nove tipos de nomes próprios: (i) nomes de pessoas ou antropônimos; (ii) nomes de animais; (iii) apelativos e títulos; (iv) nomes de lugares; (v) nomes de tempo; (vi) nomes de instituições; (vii) nomes de produtos da atividade humana; (viii) nomes de símbolos matemáticos e científicos; (ix) outros tipos de nomes próprios. (cf. MOLINO, 1982, p. 6).¹⁴

Um dos motivos para a existência de vários tipos de nomes próprios é justamente o fato de que tudo aquilo que é conhecido pode ser nomeado: objetos, pessoas, animais, descobertas científicas etc. Pode-se, por exemplo, nomear um carro ou um animal com um antropônimo. Essa diversidade e versatilidade dos nomes próprios parecem evidenciar que essas subdivisões relacionam-se umas com as outras e partilham características comuns. A questão é, quais seriam essas características? O que faz com que tanto antropônimos quanto nomes de símbolos matemáticos estejam agrupados em uma mesma categoria?

Essa questão foi levantada por diversos estudiosos nos séculos XIX e XX. Tendo em vista as dificuldades de delimitação colocadas pela heterogeneidade dos nomes próprios, Molino (1982) afirma que essa categoria deve ser considerada como uma categoria

¹⁴ Molino (1982) afirma que os nomes de apelativos e títulos e os nomes de símbolos matemáticos e científicos possuem um estatuto duvidoso no que diz respeito ao seu pertencimento à categoria dos nomes próprios.

“semiteórica” e, como tal, a sua análise deve ser realizada, considerando-a como um protótipo, ou seja,

a cada palavra ou conceito é associado um conjunto de atributos que constituem o protótipo do conceito e ao qual se compara todo objeto para julgar se ele é abarcado ou não por esse conceito. (MOLINO, 1982, p. 7, tradução nossa).¹⁵

Considerar o nome próprio como um protótipo implica em não definir que uma palavra pertence a essa categoria *a priori*. É necessário que uma análise seja realizada com cada palavra, comparando as suas características com a característica do protótipo. Entretanto, afirmar a existência de um protótipo não resolve o problema do nome próprio, tendo em vista que ainda resta determinar quais são as características desse protótipo.

Podemos afirmar que, talvez, esse problema possa ser resolvido mediante a comparação entre nomes próprios e nomes comuns. Essa comparação, realizada por vários estudiosos nos séculos XIX e XX, poderia clarificar a natureza do nome próprio em contraposição com a natureza dos nomes comuns. Assim, é interessante que nos detenhamos por um instante nessa distinção, com o intuito de verificar as possibilidades de delimitação da categoria dos nomes próprios.

1.4. Uma distinção controversa: Nomes Próprios x Nomes Comuns

A distinção entre nomes próprios e nomes comuns é cercada de debates e incertezas. Para Molino (1982), essa empreitada é praticamente impossível:

Se tentamos estabelecer critérios definidos que permitem delimitar sem ambiguidade o campo dos nomes próprios, percebemos rapidamente que essa empreitada é impossível e isso por duas razões: 1) nenhum critério sozinho permite separar sem ambiguidade os nomes próprios dos nomes comuns [...]. 2) Os critérios não são convergentes, ou seja, dois critérios quaisquer não isolam o mesmo domínio de N.P. (MOLINO, 1982, p. 7, tradução nossa).¹⁶

¹⁵ “à chaque mot ou concept est associé un ensemble d’attributs qui constitue le prototype du concept et auquel on compare tout objet pour juger s’il range ou non sous ce concept.”

¹⁶ “Si l’on essaye de poser des critères définis qui permettent de délimiter sans ambiguïté le champ des noms propres, on s’aperçoit rapidement que la entreprise est impossible et cela pour deux raisons: 1) Aucun critère ne

As duas razões citadas acima são justificadas por Molino (1982) no sentido de que se tomarmos como critério de reconhecimento de nomes próprios a utilização de letras maiúsculas, por exemplo, perceberemos que alguns nomes comuns também são utilizados com letra maiúscula. Além disso, os critérios de natureza fonológica, sintática e morfológica, por exemplo, não podem ser aplicados da mesma maneira em todas as subcategorias de nomes próprios, ou seja, eles não são convergentes e não delimitam de uma só vez o mesmo grupo de observáveis. Isso quer dizer que o fato de uma determinada palavra não se adequar a um critério de reconhecimento de nomes próprios, não implica que ela não seja um nome próprio.

Considerando essa problemática no estabelecimento de critérios distintivos, podemos afirmar que estamos diante de dois problemas: o primeiro diz respeito à heterogeneidade dos nomes próprios e o segundo, por sua vez, à dificuldade de distingui-los dos nomes comuns. Esse segundo problema torna-se ainda mais complexo a partir do momento em que consideramos que um nome comum pode se tornar um nome próprio. Mesmo que isso aconteça, parece ser pertinente afirmar que a categoria dos nomes próprios possui algo que a diferencia dos demais signos. É com o intuito de procurar o que acarreta essa diferença que nos deteremos em algumas supostas características dessa categoria.

A primeira característica que explicitaremos diz respeito à intraduzibilidade dos nomes próprios. São vários os autores que afirmam que os nomes próprios não podem ser traduzidos de uma língua para outra e, dessa maneira, se distinguem dos nomes comuns. Entretanto, Lecuit et al (2011), ao analisarem essa categoria linguística em dez línguas distintas, no artigo *La traduction des noms propres: une étude en corpus*, afirmam que

Os nomes próprios, de acordo com o seu tipo, seu uso ou ainda de acordo com a língua alvo da tradução, estão submetidos a todos os procedimentos de tradução existentes, da simples relação à tradução enriquecida, passando pela camada, pela modulação, pela equivalência, etc. (LECUIT et al, 2011, p. 201, tradução nossa).¹⁷

Nesse sentido, os nomes próprios estariam submetidos a uma diversidade de procedimentos de tradução da mesma forma que os nomes comuns. Disso decorreria que a

permet à lui seul de séparer sans ambiguïté les noms propres des noms communs [...]. 2) Les critères ne sont pas convergents, c'est-à-dire que deux critères quelconques n'isolent pas le même domaine de N.P.”

¹⁷“les noms propres, selon leur type, selon leur usage ou encore selon la langue cible de la traduction, sont sujets à tous les procédés de traduction existants, du report simple à la traduction enrichie en passant par le calque, la modulation, l'équivalence, etc.”

intraduzibilidade não poderia ser considerada como um critério de reconhecimento dos nomes próprios nem de distinção entre essa categoria e os nomes comuns. Ainda de acordo com Lecuit et al (2011), há casos de ausência de tradução, ocorridos principalmente com antropônimos que, ao invés de serem traduzidos de uma língua para a outra, são substituídos por anáforas pronominais e descrições definidas. (LECUIT et al, 2011, p. 214). Podemos afirmar ainda que a afirmação de Lecuit et al (2011) encontra respaldo a partir do momento em que consideramos os nomes bíblicos – que foram traduzidos em todas as línguas para as quais a Bíblia foi traduzida – e também alguns nomes de cidades e países, como New York/Nova York, New Zealand/Nova Zelândia etc.

A segunda característica consiste nos aspectos gráfico-fonéticos do nome próprio. É senso comum que os nomes próprios são diferenciados graficamente dos nomes comuns pela utilização de letras maiúsculas. Entretanto, como esse critério de reconhecimento é falho, porque a utilização de maiúsculas não é uma regra geral de todas as línguas: em alemão, por exemplo, todos os nomes – tanto comuns quanto próprios – são grafados com letras maiúsculas, enquanto que há línguas em que não há letras maiúsculas, ou ainda, em que a distribuição entre maiúsculas e minúsculas é arbitrária. (cf. MOLINO, 1982, p. 8).

A questão fonética também foi colocada como um dos critérios de distinção entre nomes comuns e nomes próprios. De acordo com Gardiner (1954), o nome próprio é

uma palavra ou grupo de palavras que é reconhecido como possuindo a identificação como finalidade específica, e que alcança, ou tende a alcançar essa finalidade, por intermédio de sons distintivos, sem considerar qualquer significado possuído por esse som no início, ou adquirido por ele através de associações com o objeto ou objetos assim identificados.(GARDINER, 1954, p. 73, tradução nossa).¹⁸

Gardiner (1954) parece defender então que os nomes próprios são palavras que possuem como única função a identificação. Entretanto, para esse autor, os nomes próprios alcançam o objetivo de identificar algo ou alguém por intermédio de sons distintivos. Nesse ponto, o que Gardiner (1954) defende é justamente que o sistema fonético dos nomes próprios é diferente do sistema fonético dos nomes comuns e, dessa forma, poderíamos considerar que há um critério fonético de reconhecimento. Entretanto, mesmo que em alguns casos os sons possam ser considerados como critérios de reconhecimento de nomes próprios, essa

¹⁸“a word or group of words which is recognized as having identification as its specific purpose, and which achieves, or tends to achieve, that purpose by means of its distinctive sound alone, without regard to any meaning possessed by that sound from the start, or acquired by itthrough association with the object or objects thereby identified.”

ocorrência não parece ser suficiente para torná-los uma regra geral. Em português, por exemplo, os sons não parecem interferir na constituição de um nome próprio, o que já refutaria essa afirmação de Gardiner (1954). Além disso, se tomarmos como exemplo o nome próprio “Clara” e compararmos com o adjetivo “clara” ou com o substantivo comum “clara”¹⁹, não perceberemos nenhuma pronúncia distintiva na utilização dessas palavras, mesmo que sejam palavras diferentes.

Alguns autores defendem que essa afirmação de Gardiner (1954) implicaria na existência de um sistema fonético particular dos nomes próprios, o que não teria fundamento, a partir do momento em que consideramos que essa categoria não se restringe somente aos antropônimos ou topônimos, mas sim a vários outros tipos de palavras. A partir disso, é possível constatar que não há diferenças fonéticas substanciais entre nomes próprios e nomes comuns, o que implica em não considerar o som como uma característica distintiva dessa categoria. Essa também é a perspectiva de Molino (1982), segundo quem “os nomes próprios não constituem um subsistema claramente definido do sistema fonológico da língua e os traços de funcionamento distinto são marginais.” (MOLINO, 1982, p. 9, tradução nossa).²⁰

Para Molino (1982), do ponto de vista morfossintático é possível estabelecer algumas diferenças entre nomes próprios e nomes comuns. Línguas como o ucraniano e o fidjen, por exemplo, possuem morfemas característicos para a construção de nomes próprios. Entretanto, em línguas como o francês, o inglês e o português não parecem existir tais morfemas distintivos, mas sim algumas características que não são por si só suficientes para distinguir os nomes próprios dos nomes comuns. Dentre essas características, Molino (1966) assinala a atribuição de diminutivos, como nos nomes ingleses Bess (< Elisabeth), Bill (< William), Dick (< Richard), Ned ou Ted (< Edward), Nell (< Eleanor)²¹. Além disso, há as formas abreviadas, formadas por uma abreviação rigorosa e convencional de uma raiz do nome próprio que pode ser utilizada sozinha ou acrescida de um sufixo como, por exemplo, “Ed” que seria a raiz hypocorística²² de “Edward” e, acrescida do sufixo *-ie*, formaria o apelido “Eddie”. (cf. MOLINO, 1982, p. 9).

¹⁹ A palavra “clara” pode ser considerada como um substantivo comum se levarmos em consideração o sintagma “clara de ovo”.

²⁰ “les noms propres ne constituent pas en général un sous-système clairement défini du système phonologique de la langue et que les traces de fonctionnement distinct sont marginales”.

²¹ Essas formas, de acordo com Molino (1982), são formas hypocorísticas originais aceitas pela fala dos adultos.

²² Um hypocorístico é uma palavra utilizada para denotar tratamento carinhoso ou familiar. Nesse sentido, uma raiz hypocorística consiste em uma parte do nome próprio comumente utilizada para a formação de apelidos.

O que é interessante ressaltar é que a princípio não parecem existir características morfológicas inerentes aos nomes próprios que possam ser consideradas como uma regra geral em todas as línguas. Mas isso não quer dizer que não existam princípios que regem o funcionamento dessa categoria. Essa é a perspectiva de Molino (1982), que defende a existência de dois princípios morfológicos:

1) Todo pode ser um nome próprio. Isso significa que o nome próprio não é somente um nome, mas pode também ser qualquer parte do discurso, uma frase qualquer, “traduzida” – segundo o vocabulário de Tesnière – e que desempenha o papel de nome. **2) O nome próprio tem uma possibilidade mínima de produtividade morfológica (morfologia derivacional).** Se excluirmos os hypocorísticos, frequentemente obtidos – como vimos – de maneira muito original – os nomes próprios parecem ter, menos que os nomes comuns, a possibilidade de acrescentar prefixos, sufixos ou palavras para formar derivados e compostos. (MOLINO, 1982, p. 10, tradução nossa).²³

É pertinente que nos detenhamos por um momento nesses dois princípios. O primeiro deles consiste na afirmação de que “tudo pode ser um nome próprio”. Há, portanto, certa versatilidade dessa categoria linguística, tendo em vista que ela abarca várias subcategorias e que essas subcategorias, por sua vez, podem ser preenchidas com qualquer palavra ou frase. Nesse sentido, como aconteceria a transformação de um nome comum para nome próprio? Podemos afirmar que para que um nome comum se torne um nome próprio é necessário que ele seja utilizado por um falante que, por meio dele, identifica um objeto determinado no mundo. Após essa utilização, para que esse nome próprio possa se estabelecer enquanto tal em uma comunidade linguística, é necessário que ocorra o processo de restrição de sentido. Em contrapartida, um nome próprio também pode se tornar um nome comum. Isso é acarretado pelo processo de ampliação do sentido.

O segundo princípio consiste na “possibilidade mínima de produtividade morfológica” do nome próprio. Para Molino (1982), isso significa que o nome próprio possui uma característica distintiva do nome comum, no sentido de que, exceto pelos hypocorísticos e pela formação de apelidos, é mais difícil perceber na língua corrente palavras que foram formadas a partir dessa categoria linguística. Desse modo, esse autor afirma que “o nome próprio tende

²³“**1) Tout peut être nom propre.** Ce qui signifie que le nom propre n'est pas seulement un nom, mais peut aussi bien être une quelconque partie du discours, une phrase quelconque, ‘translatés’ - selon le vocabulaire de Tesnière – et jouant le rôle de nom. **2) Le nom propre a une possibilité minimale de productivité morphologique (morphologie dérivationnelle).** Si l'on exclut les hypocoristiques, souvent obtenus – comme nous avons vu – de façon très originale -, les noms propres semblent avoir, moins que les noms communs, la possibilité de s'adoindre préfixes, suffixes ou mots pour engendrer dérives et composés.”

– e isso mais ou menos de acordo com as línguas – a escapar do sistema morfológico normal do nome comum.” (MOLINO, 1982, p. 10, tradução nossa).²⁴ Isso quer dizer que não é comum que se formem palavras compostas e derivadas de nomes próprios. Não é comum na linguagem corrente, por exemplo, a palavra “enleandrear” ou “leandrice” que seriam derivadas do nome próprio “Leandro”.

Há também a possibilidade de se depreender características sintáticas do nome próprio. Uma dessas características é a ausência de artigo. E isso porque a presença de artigo antes de nomes próprios em francês e inglês não é recorrente em alguns casos: fala-se “Jean est arrivé” e não “Le Jean est arrivé”.²⁵ Entretanto, se buscarmos exemplos da utilização de nomes próprios precedidos de artigos no português brasileiro, veremos que essa prática é comum. Assim, falamos “O Gilberto ficou bravo” ou “A Dona Marly sente dor”. Isso nos leva a crer que a ausência de artigos antes de nomes próprios não pode ser considerada como um critério de reconhecimento dessa categoria linguística.

Nesse sentido, é interessante retomar a afirmação de Molino (1982), segundo a qual:

As conclusões que podemos tirar do estudo morfossintático do nome próprio são as seguintes: não há caracterização definida do nome próprio nem em uma língua dada, e ainda menos em uma perspectiva geral. Podemos perceber uma tensão entre dois movimentos em ação na língua: o movimento que tende a isolar o nome próprio; o movimento que vem da organização gramatical do sistema linguístico e tende a integrar morfossintaticamente o nome próprio nesse mesmo sistema. (MOLINO, 1982, p. 12, tradução nossa).²⁶

Concordamos com Molino (1982), tendo em vista que as características do nome próprio citadas nesse tópico não são suficientes para estabelecer critérios distintivos dessa categoria linguística. Entretanto, o fato de que o nome próprio possui uma produtividade morfológica limitada faz com que pensemos na possibilidade de que essa característica seja decorrente de alguma especificidade do nome próprio. Essa também parece ser a perspectiva

²⁴“le nom propre tend – et cela plus ou moins selon les langues – à échapper au système morphologique normal du nom commun.”

²⁵ Ao afirmarmos que a presença de artigo antes de nomes próprios em inglês e francês não é recorrente, não queremos afirmar que ela não possa ocorrer. Em inglês, por exemplo, usa-se artigo antes de sobrenomes como, por exemplo, “The Richards”.

²⁶ “Les conclusions qu'on peut tirer de l'étude morpho-synthaxique du nom propre sont les suivants: il n'y a pas de caractérisation définie du nom propre ni dans une langue donnée, ni encore moins dans une perspective générale. On peut apercevoir une tension entre deux mouvements à l'oeuvre dans la langue: le mouvement qui tend à isoler le nom propre; le mouvement qui vient de l'organisation grammaticale du système linguistique et tend à intégrer morpho-syntactiquement le nom propre dans ce même système.”

de Leroy e Muni Toke (2007), segundo as quais “percebe-se que há uma característica linguística singular, a saber, a resistência da forma do nome próprio às regras habituais da morfologia lexical.” (LEROY; MUNI TOKE, 2007, p. 125, tradução nossa).²⁷ Além disso, essa característica é explicitada, de certa forma, por Saussure no *Curso de Linguística Geral*²⁸. A produtividade morfológica limitada do nome próprio incita-nos a colocar a seguinte questão: Por qual motivo não se produzem formas derivadas e compostas dos nomes próprios da maneira com que se produzem dos nomes comuns?

Isso nos leva a pensar que há “algo mais” no nome próprio e que isso pode justificar a impressão que temos enquanto falantes de uma determinada língua: de que os nomes próprios são distintos dos nomes comuns. Mas, como encontrar a causa dessa intuição? No próximo tópico, trataremos do nome próprio de uma maneira que, em certo sentido, pode ser considerada como ontológica: tentaremos apreender a natureza do nome próprio em sua relação com o princípio da arbitrariedade e a fala, evidenciando as questões semânticas e pragmáticas envolvidas nessa constituição.

1.5. Uma possibilidade de delimitação: o arbitrário e a fala como aspectos distintivos dos Nomes Próprios

No tópico anterior, explicitamos as características do nome próprio em contraposição com os nomes comuns. Buscamos diferenciar essas duas categorias linguísticas e, consequentemente, delimitar os nomes próprios de maneira opositiva. Entretanto, percebemos que os nomes próprios oferecem dificuldades, tanto em sua distinção com os nomes comuns quanto em sua delimitação. E isso porque eles partilham de características com os nomes comuns e não possuem uma regra que possa ser aplicada de maneira geral a todas às línguas. Disso decorre que, de acordo com a língua analisada, o nome próprio possui determinadas características e, dessa forma, escapa à generalização.

Nesse tópico, pretendemos seguir por uma direção um pouco diferente: pensar a relação estabelecida entre o nome próprio, a arbitrariedade e a fala, evidenciando as questões

²⁷“on voit qu'il y a là une caractéristique linguistique singulière, à savoir la résistance de la forme du nom propre aux règles habituelles de la morphologie flexionnelle.”

²⁸ As considerações de Saussure sobre o nome próprio serão explicitadas no Capítulo 3.

semânticas e pragmáticas envolvidas nessa relação. Investigar essa relação justifica-se na medida em que talvez ela nos proporcione evidências de uma diferença de constituição e funcionamento entre os nomes próprios e os nomes comuns. Para investigarmos esses aspectos, utilizaremos das considerações de Marc Wilmet (1988), que trata da relação entre arbitrariedade e nomes próprios, das de Gadet (1990), que distingue dois tipos de arbitrário – o linguístico e o filosófico – e das de Strawson (1980), que estabelece que nomes próprios só designam a partir do momento em que são proferidos. Por fim, acreditamos que há a necessidade de investigar qual o tratamento destinado por Saussure aos nomes próprios, tendo em vista que tanto o arbitrário quanto a fala possuem um lugar importante em sua teoria.

Ademais, é importante ressaltar que estamos em um domínio tão problemático como o âmbito morfossintático dos nomes próprios. O princípio da arbitrariedade e a fala são aspectos complexos que, até hoje, levantam debates sobre suas constituições e os seus modos de funcionamentos. Não obstante, falar dos âmbitos semântico e pragmático também é uma questão delicada nas Ciências da Linguagem, ainda mais se considerarmos que investigaremos o nome próprio nesses domínios.

Levando esses aspectos em consideração, colocamos a seguinte questão: o nome próprio é arbitrário? Sendo a resposta afirmativa, o que é arbitrário é a relação entre significante e significado ou a relação entre signo e objeto? Da mesma forma, podemos perguntar: qual a relação entre o nome próprio e a fala?

Iniciemos pelas questões que versam sobre o arbitrário. Para tentar respondê-las é necessário relembrar que esse princípio e sua relação com os nomes próprios são discutidos desde a Antiguidade Clássica. No diálogo de Platão intitulado “Crátilo”, por exemplo, a discussão gira em torno da natureza das relações estabelecidas entre os nomes e os objetos. Enquanto Hermógenes defende que a relação estabelecida entre língua e objetos é arbitrária, Crátilo afirma que os nomes espelham a natureza das coisas. Há nesse debate duas posições distintas: a primeira defende que os nomes são dados às coisas de maneira convencional, ou seja, arbitraria; a segunda, por sua vez, defende que há nos objetos características que motivam a sua ligação com os nomes.

Nessa discussão, o arbitrário encontra-se na relação entre nome e objeto. Entretanto, essa é não é a única concepção de arbitrário existente. De acordo com Gadet (1990), há duas formas de se considerar o arbitrário, a saber, na perspectiva filosófica e na perspectiva linguística:

O arbitrário filosófico, com efeito, concerne na ligação entre uma coisa e seu nome. Enquanto que o arbitrário linguístico é o princípio segundo o qual um significante como [soer] não está relacionado por nenhuma ligação interior ao significado ‘soeur’ [...].”(GADET, 1990, p. 37, tradução nossa).²⁹

Assim, o arbitrário filosófico impõe a relação entre o nome e o referente, encontrando-se no exterior do signo. É esse o arbitrário encontrado na discussão entre Crátilo e Hermógenes. Por outro lado, o arbitrário linguístico situa-se na relação estabelecida entre significante e significado, ou seja, não há na constituição do signo linguístico um lugar para os objetos presentes no mundo.

Até esse momento, podemos afirmar que há a existência de dois tipos de arbitrariedade, mas ainda não podemos afirmar em que lugar a relação é arbitrária na constituição dos nomes próprios. A localização da arbitrariedade é uma questão de difícil resolução e podemos dizer que essa dificuldade foi percebida por Ferdinand de Saussure ao afirmar que “o princípio da arbitrariedade não é contestado por ninguém; às vezes, porém, é mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe”. (SAUSSURE, 1916/1973, p. 82).

Desse modo, inicialmente partimos do pressuposto de que a relação entre nomes e objetos é arbitrária, ou seja, não há nada no objeto que motive a atribuição de um determinado nome. Mas, um exemplo poderia ser citado para refutar essa tese: na década de 1950, no Brasil, a Chevrolet lançou no mercado a camionete 3100. Esse veículo, próprio para o trabalho rural, era diferenciado dos outros, tendo em vista que possuía várias curvas na lataria. Logo após o seu lançamento, ela foi batizada como Marta Rocha, em homenagem à Miss Brasil de 1954³⁰. Atualmente, a camionete ainda é chamada por esse nome que, para algumas pessoas, foi motivado pelas suas curvas. Nesse caso, um nome foi dado a um objeto de maneira motivada? Pensamos que mesmo assim o nome “Marta Rocha” não foi dado à camionete de maneira motivada e isso porque o que é arbitrário nessa relação é que a sequência de sons “Marta Rocha” não possui nenhuma motivação com o objeto camionete. Desse modo, o arbitrário do nome próprio reside na relação entre significante e objeto. Essa é a perspectiva de Wilmet (1988) em seu artigo *Arbitraire du signe et nom propre*, segundo o qual é a localização do arbitrário que diferencia os nomes próprios dos nomes comuns:

²⁹“L’arbitraire philosophique, en effet, concerne le lien entre une chose et son nom. Alors, que l’arbitraire linguistique est le principe selon lequel un signifiant comme [soer] n’est lié par aucun rapport “intérieur” au signifié ‘soeur’ [...].”

³⁰ Martha Rocha foi Miss Brasil em 1954 e foi classificada em 2º Lugar no Miss Universo no mesmo ano. Dizem que sua colocação foi uma consequência de suas medidas.

a diferença reside no fato de que o Nome Comum associa um significante a um significado (ou vice-versa um significado a um significante) e o Nome Próprio um significante a um referente. Em outras palavras, o conteúdo significativo do Nome Comum preexiste à denominação. O conteúdo do Nome Próprio resulta imediatamente ou, melhor, institui a denominação em um núcleo semântico irredutível [...]. (WILMET, 1988, p. 838, tradução nossa).³¹

Pensamos que essa afirmação de Wilmet (1988) implica no seguinte: tanto nomes comuns quanto nomes próprios referem-se a objetos quando proferidos em uma sentença. Entretanto, há duas diferenças principais na natureza desses dois tipos de nomes: a primeira delas diz respeito ao princípio da arbitrariedade. Enquanto os nomes comuns seriam constituídos pela relação arbitrária entre significante e significado, nos nomes próprios essa relação encontrar-se-ia entre o significante e o objeto. Se, então, aceitamos essa distinção e retomamos a perspectiva saussuriana do signo, podemos afirmar que os nomes comuns estariam submetidos ao sistema da língua, ou seja, possuiriam valor, porque são arbitrários, e se relacionariam com os outros elementos do sistema. Em contrapartida, o nome próprio, na perspectiva de Wilmet (1988) só possuiria um significado a partir do momento em que é proferido, estabelecendo uma relação arbitrária entre o significante e um objeto.

Nesse sentido, entramos nos domínio semântico e pragmático do nome próprio. Semântico porque há um debate, presente principalmente na Filosofia da Linguagem, que versa sobre a existência ou não de significado nos nomes próprios. J. S. Mill, por exemplo, defende que os nomes próprios são designadores rígidos, ou seja, são associados a um nome por intermédio de um ato convencional e, dessa maneira, não possuiriam significado. Em contrapartida, G. Frege afirma que os nomes próprios possuem um significado ou modo de apresentação do objeto, apreendido por toda uma comunidade linguística determinada.³² E ainda, pragmático, porque o nome próprio só se referiria a um objeto a partir do momento em que é utilizado por um falante. Assim, há uma relação entre os nomes próprios e a fala. Nesse ponto, é pertinente explicitar a perspectiva de P. F. Strawson (1980), filósofo inglês que em seu artigo *On referring* (1950) afirma que

³¹“la différence réside en ceci que le NC associe un signifiant à un signifié (ou vice versa un signifié à un signifiant) et le NP un signifiant à un référent. Autrement dit, le contenu significatif des NC préexiste à la dénomination. Le contenu des NP en découle immédiatement ou, mieux, institue la dénomination en noyau sémantique irréductible [...].”

³² Esse debate será explicitado de maneira mais detalhada no Capítulo 2.

Com muita frequência, utilizamos certos tipos de expressões para mencionar ou fazer referência (*refer*) a alguma pessoa individual ou objeto singular, ou a um acontecimento em particular, ou lugar ou processo, ou fazer algo que descreveríamos, normalmente, como a execução de um enunciado (*statement*) acerca daquela pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo. Chamarei esse modo de utilizar expressões de utilização referencial individualizante. As classes de expressões que com maior frequência se utilizam dessa maneira são: pronomes demonstrativos singulares ('isto' e 'aqueilo'); nomes próprios (por exemplo, 'Veneza', 'Napoleão', 'João'); pronomes pessoais e impessoais no singular ('ele', 'ela', 'eu', 'tu', 'ele'); e frases que começam com o artigo definido seguido por um substantivo, qualificado ou não, no singular (por exemplo, 'a mesa', 'o homem velho', 'o rei da França'). (STRAWSON, 1980, p. 261).

Assim, os nomes próprios só efetuam referência quando são proferidos por alguém. Essa utilização é denominada por Strawson (1980) como "utilização referencial individualizante" e é caracterizada pelo uso que fazemos dessas expressões. Afirmar isso implica dizer que a expressão não efetua a referência por si mesma, mas só quando é executada em um enunciado, inserida em um determinado contexto. Dessa forma, "‘Mencionar’ ou ‘referir’ não é algo que uma expressão faça; é algo que alguém pode fazer ao utilizar uma expressão." (STRAWSON, 1950/1980, p. 266).

Diante dos aspectos mencionados neste capítulo, parece-nos pertinente afirmar que o nome próprio é uma categoria linguística heterogênea. Disso decorre que não há uma regra geral de funcionamento dos nomes próprios que seja aplicável a todas as línguas, ou seja, essa categoria parece escapar à generalização. Além disso, é perceptível que os nomes próprios possuem uma estreita relação com o princípio da arbitrariedade e com a fala, entretanto, esses aspectos são alvo de discussões até hoje. Assim, mesmo que o nome próprio seja considerado uma categoria marginal na Linguística, a sua investigação torna-se necessária a partir do momento em que consideramos a problemática que ela evidencia e a complexidade de sua constituição.

Dessa forma, é interessante questionarmos o tratamento destinado a essa categoria pelos estudiosos da Linguística e da Filosofia da Linguagem no século XIX, com o intuito de apreender o seu percurso teórico. E isso porque compreender de que maneira o nome próprio era considerado no século XIX possibilitará a apreensão do contexto teórico no qual Ferdinand de Saussure inseria e de que maneira esse contexto pode ter proporcionado o desenvolvimento da concepção saussuriana de nome próprio.

Mas, por qual motivo gostaríamos de investigar como os nomes próprios são tratados na teoria saussuriana? A resposta para essa questão parece-nos evidente: tanto o arbitrário quanto a fala ocupam um lugar teórico importante na teoria saussuriana. Ademais, Saussure é o fundador da Linguística Moderna e, nesse sentido, torna-se pertinente perguntar qual a posição adotada por ele ao tratar de uma categoria linguística que levanta tantas discussões.

Capítulo 2. O CLG: a negação da nomenclatura e o isolamento do Nome Próprio

2.1. Introdução

No capítulo anterior, realizamos um percurso teórico pelas teorias de filósofos e linguistas do século XIX, evidenciando o tratamento destinado por eles à categoria dos nomes próprios. O conteúdo desse capítulo é importante porque acreditamos que entender a maneira pela qual esses estudiosos tratavam os nomes próprios pode nos ajudar a entender o tratamento saussuriano conferido a essa categoria.

Entretanto, de acordo com Silveira (2007), tratar das semelhanças e diferenças entre Saussure e seus contemporâneos não é uma tarefa fácil. De fato, devemos levar em consideração que ao mesmo tempo em que Saussure teve uma formação comparatista e desenvolveu estudos importantes nessa área³³, ele também se distanciou desses estudos ao se perguntar sobre o funcionamento do sistema linguístico. Assim, é possível afirmar que Saussure possui uma relação bidimensional com o conhecimento produzido no século XIX: ele não ignora a Gramática Comparada, mas também não se restringe a ela. Quanto a isso, Silveira (2007) afirma que “Saussure teria partido dos estudos históricos e de lá tirado os elementos que lhe teriam permitido supor as bases da sincronia.” (SILVEIRA, 2007, p. 55).

Nesse sentido, a relação entre Saussure e seus contemporâneos não parece ser pacífica, mas sim repleta de tensão e movimento. E isso porque, apesar de sua formação comparatista, Saussure questionou os estudos sobre a linguagem do século XIX e, a partir desses questionamentos, percebeu a necessidade de se deter no estudo do funcionamento linguístico.

A questão que norteará esse capítulo diz respeito à maneira com que as considerações saussurianas sobre os nomes próprios podem se relacionar com o conhecimento produzido sobre essa categoria linguística no século XIX. A tensão e o movimento encontrados em outras elaborações saussurianas permaneceriam no tratamento destinado aos nomes próprios? Acreditamos que a resposta dessa questão seja afirmativa, ainda que muitos estudiosos consideraram que Saussure não teria nem sequer se dedicado ao estudo dessa categoria linguística. Dentre os quais, podemos citar dois: Gary-Prieur (1991) e Seiler (2007). Gary-Prieur (1991) afirma que Saussure pode ser considerado como um exemplo da perspectiva “marginalização do nome próprio”. De acordo com ela, “uma reflexão sobre o signo linguístico deveria encontrar o nome próprio. Ora, o Curso de Linguística Geral é

³³Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes (1879).

estranhamente mudo sobre esse ponto.” (GARY-PRIEUR,1991, p. 12, tradução nossa).³⁴ Seiler (2007), por sua vez, afirma que “Saussure estava prestes a perceber que os nomes próprios (no sentido amplo do termo) se encaixavam mal a sua teoria da natureza do signo linguístico.” (SEILER, 2007, p. 99, tradução nossa)³⁵.

Entretanto, discordamos tanto de Gary-Prieur (1991) quanto de Seiler (2007). E isso porque partimos da hipótese de que os nomes próprios relacionam-se fundamentalmente com o princípio da arbitrariedade e com a distinção entre língua e fala. Apesar de essa relação não ser explicitada de maneira evidente, há indícios de que ela ocorra e, nesse sentido, não haveria marginalização do nome próprio, mas sim um movimento complexo de delimitação dessa categoria.

Com o intuito de evidenciar essa complexidade e a relação entre nomes próprios/arbitrariedade/fala, deteremo-nos no CLG e nas edições críticas de Engler (1969) e de De Mauro (1972). Como veremos no decorrer desse capítulo, o nome próprio apresenta-se de duas maneiras distintas nessa obra: i. de maneira negativa, como negação das concepções que consideravam a língua enquanto nomenclatura e ii. de maneira positiva, mencionada apenas uma vez na parte dedicada à Linguística Diacrônica. Considerando essas duas formas de ocorrência, tentaremos evidenciar a relação estabelecida entre os nomes próprios e o princípio da arbitrariedade do signo, a teoria do valor e a fala.

2.2. A Primeira crítica: a nomenclatura e o sistema linguístico

As críticas à nomenclatura presentes no CLG não parecem possuir, em um primeiro momento, uma importância teórica. São poucas as suas ocorrências, sendo que em apenas três passagens Saussure cita a concepção que considera a língua como nomenclatura. De acordo com De Mauro (1972),

Essa crítica permaneceu entre as sombras para os editores do Curso, como também permaneceu para uma boa parte da linguística contemporânea, que

³⁴“une réflexion sur le signe linguistique devrait rencontrer le Nom Propre. Or le Cours de Linguistique Générale est étrangement muet sur ce point.”

³⁵“Saussure était sur le point de se rendre compte que les noms propres (au sens large du terme) s'accordaient mal à sa théorie de la nature du signe linguistique.”

não lhe compreendeu o alcance e continua mantendo a concepção de nomenclatura cuja origem remonta a Aristóteles. (DE MAURO, 1972, p. 427, tradução nossa).³⁶

Como exemplo de linguistas contemporâneos que, apesar das críticas saussurianas, ainda optaram por considerar a linguagem como uma nomenclatura, De Mauro (1972) cita S. Ulmann e L. Antall. O que é conveniente ressaltar nesse ponto é que, tanto os editores quanto os linguistas que conheceram a teoria saussuriana não parecem ter percebido que essas críticas relacionam-se intrinsecamente com aspectos importantes da teoria de Saussure, especificamente: o arbitrário, a natureza do signo linguístico e a ordem própria da língua.

Uma das razões para afirmarmos que essas críticas estão relacionadas com os aspectos citados acima é a sua localização no interior do CLG: a primeira encontra-se no capítulo intitulado “Objeto da Linguística”, localizado na Introdução dessa obra; as outras duas críticas encontram-se, respectivamente, no capítulo “Natureza do signo linguístico” e “O valor linguístico”, ambos pertencentes à parte dedicada à Linguística Sincrônica.³⁷

A primeira crítica à nomenclatura é explicitada no CLG no capítulo em que Saussure distingue língua de linguagem e fala. Além disso, é nesse capítulo que Saussure afirma que “o ponto de vista cria o objeto”. De acordo com ele,

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (SAUSSURE, 1973 [1916], p. 15).

Nesse sentido, a língua não é dada de antemão, é necessário que se escolha um determinado ponto de vista para analisá-la e, assim, apreender a sua natureza. Um aspecto que deve ser ressaltado é que não há um ponto de vista superior ou anterior ao outro. Talvez seja possível afirmar que estamos diante de uma escolha metodológica e, enquanto tal, essa escolha implica em um redirecionamento de toda a investigação do objeto de estudo. Essa também parece ser a opinião de Normand (2011), segundo a qual a afirmação de que “o ponto

³⁶“Cette critique est restée dans l'ombre pour les éditeurs du Cours, comme elle l'est restée pour une bonne partie de la linguistique contemporaine. Qui n'en pas compris la portée et continue de s'en tenir à la conception de la nomenclature dont l'origine remonte à Aristote.”

³⁷É interessante ressaltar que a primeira crítica foi realizada em uma aula do segundo curso (1908-1909), enquanto que as demais foram realizadas, respectivamente no início e no final do terceiro curso (1910-1911).

vista cria o objeto” constitui o primeiro princípio da teorização saussuriana e dominaria todos os demais³⁸. Normand (2011) também acrescenta que

Cada ponto de vista define um domínio de observáveis, segundo uma epistemologia, neste estágio, positivista, **que só é redutora caso se interprete como uma exclusão definitiva o que é somente um gesto de delimitação necessário em um determinado momento, para esclarecer as confusões e retificar o método.** (NORMAND, 2011, p. 19, grifo nosso).

Assim, optar por um determinado ponto de vista não implica em excluir definitivamente outros pontos de vista e, consequentemente, outros aspectos da língua. Há, portanto, a possibilidade de se distinguir “delimitação” de “exclusão”: a delimitação consiste em uma escolha do que deverá ser abordado pelo linguista, enquanto que a exclusão consistiria em afirmar que determinados elementos não possuem nenhuma participação no funcionamento da língua.

É no tópico destinado a delimitar o lugar da língua nos fatos humanos e, também a importância da língua para a Semiologia, que Saussure explicita que até aquele momento a língua só havia sido abordada sob outros pontos de vista. Dentre esses pontos de vista, ele cita a nomenclatura:

Há, inicialmente, a concepção superficial do grande público: ele vê na língua somente uma nomenclatura, o que suprime toda a pesquisa acerca de sua verdadeira natureza. (SAUSSURE, 1916/1973, p. 25).

Considerar a língua como uma nomenclatura implicaria, então, em não considerar o funcionamento linguístico, mas sim os aspectos exteriores a esse funcionamento como, por exemplo, a relação entre os nomes e os objetos. O “grande público” ao qual Saussure se refere parece ser constituído por filósofos e por outros estudiosos. Isso pode ser confirmado com a anotação de Riedlinger correspondente a essa afirmação:

³⁸ No artigo “Saussure: uma epistemologia da linguística”, Normand (2011) explicita quatro princípios que teriam norteado o pensamento saussuriano: i. o ponto de vista cria o objeto; ii. tudo o que está no sentimento dos sujeitos falantes é fenômeno real; iii. a língua não é uma nomenclatura, pois é forma e não substância; iv. o que é absoluto é o movimento da língua no tempo. É importante ressaltar que não nos deteremos em todos os princípios explicitados por Normand (2011), somente naqueles em que consideramos a possibilidade de relacionar com os nomes próprios.

“<quando se estuda a língua> como a estudam os psicólogos, <os> filósofos, ou mesmo <o grande público: de fato>: 1º eles consideram a língua como uma nomenclatura, suprimindo assim a determinação recíproca dos valores na língua por sua própria coexistência. Todas as grandezas dependem umas das outras: queremos determinar em francês o que é julgamento? Só podemos defini-lo <por> aquilo que o rodeia [...].” (RIEDLINGER apud ENGLER, 1968, p. 50, tradução e grifo nossos).³⁹

Há vários aspectos que devem ser considerados nessa anotação. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, apesar de não ser possível verificar se os filósofos aos quais Saussure se referiu nessa aula eram J.S. Mill e G. Frege, podemos afirmar que a crítica saussuriana se encaixaria perfeitamente nas teorias desses autores. Não obstante, é visível que neste trecho a relação entre a negação da língua como nomenclatura e o valor linguístico é evidente: a partir do momento em que se considera que a única função da língua é etiquetar objetos, tem-se que toda a complexidade do funcionamento linguístico é desconsiderada. Não haveria como afirmar que os signos são negativos, opositivos e diferenciais, caso a língua fosse considerada como uma nomenclatura. E isso porque considerá-la dessa maneira implicaria em deter-se nos aspectos exteriores ao funcionamento linguístico.

Desse modo, é plausível afirmar que a negação da nomenclatura enquanto concepção de linguagem pode ser considerada como um dos aspectos fundamentais para a afirmação de que a língua possui uma ordem própria. E isso porque essa ordem própria baseia-se nas relações estabelecidas entre os elementos no interior do sistema linguístico e não nos aspectos exteriores a esse sistema. Nesse sentido, é interessante retomar a comparação entre o jogo de xadrez e a língua:

Mas de todas as comparações que se poderiam imaginar, a mais demonstrativa é a que se estabeleceria entre o jogo da língua e uma partida de xadrez. De um lado e de outro, estamos em presença de um sistema de valores e assistimos às suas modificações. Uma partida de xadrez é como uma realização artificial daquilo que a língua nos apresenta sob forma natural. (SAUSSURE, 1916/1973, p. 104).

³⁹“<quand on étudie la langue> comme l'étudent les psychologues, <les> philosophes, ou même <comme le public : en effet> : 1º ils considèrent la langue comme une nomenclature suppriment ainsi la détermination réciproque des valeurs dans la langue par leur coexistence même. Toutes les grandeurs dépendent les unes des autres : veut-on ainsi déterminer en français ce qui est jugement ? On ne peut le définir que <par> ce qui l'entoure [...].”

Em uma partida de xadrez, o material do qual as peças são constituídas não interfere no funcionamento do jogo, enquanto que as regras permaneçam as mesmas. O que importa é que os jogadores joguem de acordo com as regras do jogo. Pode-se, por exemplo, utilizar uma tampinha de garrafa como uma peça e, mesmo assim, o jogo não será prejudicado. O mesmo aconteceria com a língua: o que importa são as relações estabelecidas no interior do sistema, não em seu exterior.

Podemos afirmar, portanto, que há uma relação de oposição entre a língua como nomenclatura e a língua como um sistema de valores. Nesse ponto, é importante retomarmos que a língua só pode ser considerada como um sistema de valores a partir do momento em que a natureza do signo linguístico é alterada. De acordo com Normand (2009), a concepção de signo de Saussure transforma totalmente a noção tradicional de signo visto que ele deve ser compreendido em uma teoria semiológica que associa o social, o arbitrário e o valor. (NORMAND, 2009, P. 69).

Essa afirmação de Normand (2009) leva-nos à segunda ocorrência da crítica saussuriana à nomenclatura que, como veremos, relaciona-se com a constituição do signo linguístico em significante e significado e à relação estabelecida entre essas duas faces.

2.3. A segunda crítica: a nomenclatura, o signo e o arbitrário.

A segunda crítica presente no CLG encontra-se no capítulo destinado à natureza do signo linguístico. Nesse capítulo, Saussure nega novamente a concepção reducionista de que a língua é uma nomenclatura, para explicar de que maneira o signo linguístico constitui-se em sua teoria:

Para certas pessoas, a língua, reduzida ao seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. [...] Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras; ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica, pois *arbor* pode ser considerada sob um ou outro aspecto; por fim, ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está muito longe da verdade. (SAUSSURE, 1916/1973, p. 79).

Como vimos, era comum no século XIX a concepção segundo a qual o âmago da linguagem era composto pelos nomes e que a principal função da língua era dar nome aos

objetos presentes no mundo. Entretanto, se a língua se restringisse a uma lista de etiquetas que nomeiam objetos, toda a sua complexidade seria perdida e não haveria a necessidade de se estudar o seu funcionamento. Além disso, um aspecto interessante a ser ressaltado nessa citação é a afirmação de que o vínculo entre um nome e uma coisa não constitui uma operação simples. Ao que nos parece, então, Saussure não nega que um nome possa se referir a objetos, mas sim que antes da relação de referência acontecer há todo um funcionamento que é interior ao sistema linguístico. A nota autógrafa correspondente a esse trecho direciona essa crítica especificamente aos filósofos:

Ao capítulo *semiologia*: <a maior parte das concepções que são, ou ao menos que oferecem> os filósofos da linguagem fazem refletir sobre <nosso primeiro pai> Adão chamando para si os <diversos> animais e dando-lhes a cada um seu nome. (SAUSSURE apud ENGLER, 1968, p. 147, tradução nossa).⁴⁰

É justamente após essa crítica à nomenclatura que Saussure define o signo linguístico no CLG, concebido como uma entidade composta por significante e significado, que mantêm uma relação arbitrária. Nesse ponto, é plausível afirmar que as concepções que consideram a língua como uma nomenclatura afirmam que a relação estabelecida entre os nomes e os objetos é arbitrária, enquanto que Saussure defende que o arbitrário é interior ao signo linguístico. Isso nos leva à distinção explicitada por Gadet (1990) entre arbitrário filosófico e arbitrário linguístico:

O arbitrário filosófico, com efeito, concerne na ligação entre uma coisa e seu nome. Enquanto que o arbitrário linguístico é o princípio segundo o qual um significante como [soer] não está relacionado por nenhuma ligação interior ao significado “soeur”[...]. (GADET, 1990, p. 37, tradução nossa).⁴¹

Assim, o arbitrário filosófico impõe a relação entre o nome e o referente, encontrando-se no exterior do signo. Por outro lado, o arbitrário linguístico situa-se na relação estabelecida entre significante e significado, ou seja, não há na constituição do signo linguístico um lugar para os objetos presentes no mundo. Nesse ponto, é pertinente colocar a seguinte questão: a

⁴⁰“Au chapitre *sémiologie*: <La plupart des conceptions que se font, ou du moins qu’offrent> les philosophes du langage font songer à <notre premier père> Adam appelant près de lui les <divers> animaux et leur donnant à chacun leur nom.”

⁴¹“L’arbitraire philosophique, en effet, concerne le lien entre une chose et son nom. Alors, que l’arbitraire linguistique est le principe selon lequel un signifiant comme [soer] n’est lié par aucun rapport intérieur au signifié ‘soeur’ [...].”

afirmação do arbitrário filosófico negaria o arbitrário linguístico, ou vice-versa? Essa questão é de difícil resolução e podemos dizer que essa dificuldade foi percebida por Ferdinand de Saussure ao afirmar que “o princípio da arbitrariedade não é contestado por ninguém; às vezes, porém, é mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe”. (SAUSSURE, 1916/1973, p. 82).

Devido à possibilidade de estabelecer o arbitrário, tanto na relação entre significante e significado quanto na relação estabelecida entre nomes e objetos, o arbitrário saussuriano é, de acordo com De Mauro (1972), cercado de mal entendidos provenientes do fato de que a negação da nomenclatura no CLG não foi evidenciada da maneira que devia pelos editores:

Compreendemos, portanto, como a noção de arbitrário do signo pôde ficar por tanto tempo obscurecida por um exemplo infeliz e, sobretudo, banal: a noção se fundamenta na descoberta do arbitrário de grupos de significações em significados distintos, descoberta ligada à crítica da concepção de língua como nomenclatura. (DE MAURO, 1972, p. 427, tradução nossa).⁴²

O exemplo infeliz ao qual De Mauro (1972) se refere é aquele utilizado para explicar o princípio da arbitrariedade:

Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova, temos a diferença entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *bouef* (“boi”) tem por significante *b-ö-f* de um lado da fronteira franco-germânica. E *o-k-s* (*Ochs*) do outro. (SAUSSURE, 1916/1973, p. 82, grifo nosso).

De fato, foi esse o exemplo que fundamentou um debate caloroso no século XX sobre o arbitrário na teoria saussuriana. Dentre os estudiosos que participaram desse debate, podemos citar Pichon (1937), Benveniste (1939) e Bally (1940).⁴³ Tanto Pichon (1937) quanto Benveniste (1939) afirmaram que o exemplo utilizado por Saussure – sobre a

⁴²“On comprend donc bien comment la notion d’arbitraire du signe dans le CLG a pu rester si longtemps obscure par un exemple malheureux et, surtout, banale: la notion se fonde sur la découverte de l’arbitraire des regroupements de significations en signifiées discrets, découvert liée à la critique de la conception de la langue comme nomenclature.”

⁴³Quanto a esse debate sobre o arbitrário linguístico, ver ENGLER, R. “Théorie et critique d’un principe saussurien: l’arbitraire du signe”. *Cahiers Ferdinand de Saussure*. 19, 1962. E quanto ao debate específico entre Pichon, Benveniste e Bally, conferir HENRIQUES, S.M. “O princípio da arbitrariedade e a referência em Ferdinand de Saussure”. *Revista e-scrita*, vol. 3, n. 1B, p. 189-202, 2012.

diferença entre *boeuf* e *ochs*— evidenciava uma contradição na teoria saussuriana, que seria o fato de Saussure ter recorrido ao objeto exterior com o intuito de verificar o princípio da arbitrariedade. Para De Mauro (1972), esse debate pode ter sido ocasionado pelo fato de que muitos estudiosos consideraram somente as páginas em que Saussure trata do princípio da arbitrariedade⁴⁴, nas quais a concepção de língua como nomenclatura encontra respaldo:

Nas páginas 100 e 101 do CLG (parece que algumas pessoas leem somente essas duas páginas) aflora a noção whitneyana de arbitrário e, com ela, a concepção da língua como nomenclatura. A ambiguidade do termo arbitrário, ainda carregada do sentido whitneyano, pode ter desempenhado um certo papel nessas duas páginas, ou seja, na lição de 2 de maio, um deslizamento, um retorno às concepções criticadas e liquidadas pelo próprio Saussure. (DE MAURO, 1972, p. 443, tradução nossa).⁴⁵

Por arbitrário whitneyano, De Mauro (1972) entende que, na teoria de Whitney (1875), a relação arbitrária ocorre no exterior do signo linguístico, em sua relação com os objetos aos quais se refere. Desse ponto de vista, arbitrário não quer dizer “imotivado”, mas sim “convencional” o que evidenciaria uma concepção de linguagem como nomenclatura. Ao considerarmos somente essas duas páginas poderíamos afirmar que Saussure, de fato, recorreu ao objeto em sua definição de arbitrário e, consequentemente, há uma contradição em sua teoria. Mas essa afirmação teria várias implicações prejudiciais à teoria saussuriana. Dentre elas, poderíamos afirmar que não seria possível conceber o valor linguístico, o que é explicitado por Saussure na seguinte passagem :

Não só os dois domínios ligados pelo fato linguístico são confusos e amorfos como a escolha que se decide por tal porção acústica para tal ideia é perfeitamente arbitrária. Se esse não fosse o caso, a noção de valor perderia algo de seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora. (SAUSSURE, 1916/1973, p. 132).

⁴⁴ Na edição brasileira, as páginas as quais De Mauro (1972) se refere são a 82 e a 83.

⁴⁵ “dans les pages 100 et 101 du CLG (il semblerait que certains n’ait lu que ces deux pages) affleure la notion whitneyenne de l’arbitraire et, avec elle, la conception de la langue comme nomenclature. L’ambiguité du terme arbitraire, lourd encore du sens whitneyenne, peut avoir joué un certain rôle en provoquant dans ces deux pages, c’est-à-dire, dans la leçon du 2 mai, un glissement, un retour vers des conceptions critiquées et liquidées par Saussure lui-même.”

Dessa forma, a teoria do valor não seria possível se os elementos da língua trouxessem em si mesmos uma positividade ou se as ideias fossem dadas de antemão. Considerando esses aspectos, somos levados a afirmar que a relação arbitrária entre significante/significado possui um papel fundamental na teoria saussuriana e as duas páginas nas quais as formulações saussurianas sobre o arbitrário evidenciam a concepção da língua como nomenclatura devem ser consideradas no conjunto da teoria saussuriana. Assim, concordamos com De Mauro (1972), segundo o qual

O sentido profundo do princípio da arbitrariedade, sob a indicação explícita do próprio Saussure, deve ser compreendido não somente pela formulação dessas duas páginas, mas considerando todo o CLG: deve-se considerar antes de tudo a doutrina da língua relacional segundo a qual as diferenças da língua são “independentes” das características intrínsecas da substância semântica e da substância acústica [...]. (DE MAURO, 1972, p. 443, tradução nossa).⁴⁶

O arbitrário saussuriano deve ser considerado, desse modo, enquanto pertencente a uma concepção que considera a língua como forma e não substância, ou seja, uma concepção de que defende que a língua é constituída de entidades psíquicas que se relacionam e por meio dessas relações adquirem valor, sem a interferência de nenhum tipo de substância – objetos ou sons. Deparamo-nos, então, com uma das afirmações mais categóricas e ao mesmo tempo mais fortes da teoria saussuriana. Afirmar que a língua é forma e não substância é a conclusão de todo o deslocamento teórico efetuado por Saussure: ela é uma forma porque o arbitrário não está na relação entre signo e objeto, mas sim entre significante e significado. Além disso, é justamente por serem arbitrários que os signos linguísticos adquirem valor por intermédio das relações que estabelecem no interior do sistema. Tanto a arbitrariedade quanto o valor linguístico, aspectos fundamentais da teoria saussuriana, consolidam a negação da língua como nomenclatura. Nesse ponto, é pertinente que nos detenhamos na terceira crítica à nomenclatura, que coloca em jogo a distinção entre significação e valor.

⁴⁶“le sens profond du principe de l’arbitraire, sur l’indication explicite de Saussure lui-même, doit être compris non pas en regardant seulement la formulation de ces deux pages, mais en regardant tout le CLG: on doit considérer avant tout la doctrine de la langue connexe selon laquelle les distinctions de la langue sont ‘indépendantes’ des caractéristiques intrinsèques de la substance sémantique et de la substance acoustique [...].”

2.4. A terceira crítica: significação, valor linguístico e *parole*

A terceira menção à nomenclatura está localizada justamente no capítulo destinado ao valor linguístico e relaciona-se com a distinção entre significação e valor:

O valor tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência. **É necessário, contudo, esclarecer essa questão, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura.** (SAUSSURE, 1916/1973, p. 133, grifo nosso).

A diferença entre valor e significação é algo difícil de se estabelecer na teoria saussuriana. De acordo com Coelho (2013), “a relação entre esses dois termos não é estabelecida de forma clara, não sendo possível delimitar se o valor é um elemento da significação, ou o contrário.” (COELHO, 2013, p. 1). Se tomarmos essa distinção da maneira com que ela é exposta neste capítulo do CLG, temos que: o valor advém da relação estabelecida entre os termos no sistema, enquanto que a significação é a contraparte da imagem auditiva ou a relação entre significante e significado.⁴⁷

A questão que deve ser colocada aqui é qual seria o motivo de Saussure afirmar a necessidade de se esclarecer essa distinção, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura? Uma das respostas a essa pergunta pode ser o fato de que, nas concepções que consideram a língua como uma simples etiqueta, o lado conceitual do signo é, muitas vezes, considerado como o próprio objeto. Assim, não há a relação entre significante e significado, mas sim entre significante e objeto, o que exclui qualquer possibilidade de haver significação e valor linguístico.

Por outro lado, alguns estudiosos afirmam que a diferença entre significação e valor consistiria no fato de que a primeira encontra-se no âmbito da fala enquanto a segunda encontra-se no âmbito da língua. Dentre esses autores, podemos citar Bally (1940) e Burger (1961). Bally (1940) no artigo “L’arbitraire Du signe: valeur et signification”, no qual discute

⁴⁷ Há várias discussões em torno da distinção entre valor e significação. Dentre os autores que tratam dessa problemática, podemos citar COELHO, M. P. “Significação em Saussure: os três cursos de linguística geral”. In: Anais do SIEL. *Simpósio Internacional de Letras e Linguística*, v. 3 n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2013. E MARQUES, A. C.M. “Significação: a elaboração de uma noção saussuriana no CLG”. In: Anais do SIEL. *Simpósio Internacional de Letras e Linguística*, v. 3 n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2013.

sobre o arbitrário saussuriano e também sobre as afirmações de Pichon (1937) e Benveniste (1939), afirma que

Se o arbitrário do signo não parece ser afetado pela crítica exposta acima, ela nos oferece a possibilidade de colocar em evidência dois aspectos fundamentais do signo linguístico, sobre a distinção entre representação sensorial atual e conceito virtual. **O reflexo linguístico da primeira será chamado aqui de significação; assim *arbre* tem uma significação, quando eu falo da árvore que faz sombra em minha casa, quanto ao conceito virtual ligado à palavra na memória, sem nenhum contato com a realidade, chamaremos de valor subjetivo ou simplesmente valor.** (BALLY, 1940, p. 194, tradução e grifo nossos).⁴⁸

Para Bally (1940) há, portanto, uma distinção fundamental entre valor e significação. O valor linguístico, ou seja, as relações estabelecidas entre os termos no interior do sistema não teria, de fato, nenhuma relação com os objetos exteriores. Essa relação seria estabelecida no âmbito da *parole*, a partir do momento em que um falante fala de algo para alguém. Na continuação desse artigo, Bally (1940) afirma que,

É somente na fala, no discurso, que o signo, por um contato com a realidade tem uma significação (p. ex. ‘A árvore que você vê lá em baixo não possui frutas’), e é somente na língua, no estado latente, que esse mesmo signo desencadeia um feixe de associações memoriais que constituem seu valor (p. ex. árvore: arbusto, árvore: tronco, árvore: abeto, faia; árvore: floresta, etc.). (BALLY, 1940, p. 194-195, tradução nossa).⁴⁹

A posição de Bally (1940) parece evidenciar a interdependência entre língua/fala e a possibilidade de se pensar a relação de referência como algo pertencente ao domínio da fala. Nesse ponto, é interessante ressaltar que todos os signos linguísticos estariam submetidos tanto ao valor quanto à significação e não somente os nomes próprios. Na verdade, veremos

⁴⁸“Si l’arbitraire du signe ne semble pas atteint par la critique exposée plus haut, celle-ci nous offre l’occasion de mettre en relief deux aspects fondamentaux du signe linguistique, sur la base de la distinction entre représentation sensorielle actuelle et concept virtuel. **Le reflet linguistique de la première sera appelé ici signification objective, ou simplement signification; ainsi *arbre* a une signification, lorsque je parle de l’arbre qui ombrage ma maison; quant au concept virtuel attaché au mot dans la mémoire, sans aucun contact avec la réalité, nous l’appellerons valeur subjective, ou simplement valeur.”**

⁴⁹“C’est seulement dans la parole, dans le discours, que le signe, par contact avec la réalité, a une signification (p. ex. “L’arbre que vous voyez là-bas ne porte pas de fruits”), et c’est seulement dans la langue, à l’état latent, que ce même signe déclenche un faisceau d’associations mémoriales qui constituent sa valeur (p. ex. arbre: arbuste, arbre: tronc, arbre: sapin, hêtre; arbre: forêt, etc.).”

no próximo tópico que os nomes próprios são considerados por Saussure como palavras isoladas, o que poderia ser entendido como uma ausência de valor, mas não de significação.

Além de Bally (1940), Burger (1961) também defendeu que a distinção entre valor e significação envolve a distinção entre língua e fala. De acordo com ele,

se a língua é um sistema de valores, se é do valor que o sentido depende, isso significa que é o valor, entidade puramente virtual, que permite a manifestação, no discurso, de significações diversas as quais dependem das relações entretidas com os outros valores do sistema. (BURGER, 1961, p. 7, tradução nossa)⁵⁰

Assim, para Burger (1961) a significação depende do valor, ou seja, uma determinada palavra pode adquirir várias significações quanto que essas significações sejam possibilidades oferecidas pelas relações dos termos no interior do sistema. Nesse sentido, quando Saussure afirma que é necessário distinguir valor de significação, sob pena de reduzir a língua a uma nomenclatura, somos levados a considerar que a língua só não é uma nomenclatura, porque ela não se restringe às significações que uma palavra pode adquirir.

Após a análise das passagens em que Saussure critica as concepções que consideram a língua como uma nomenclatura podemos depreender o seguinte: as críticas à nomenclatura encontram-se presentes em momentos decisivos da teoria saussuriana. Esses momentos são, respectivamente: a definição do objeto língua, o arbitrário linguístico e a distinção entre valor e significação. A importância dessas críticas na teoria saussuriana parece-nos, portanto, evidente e, desse modo, concordamos com Normand (2011), segundo quem um dos princípios epistemológicos que nortearam as considerações de Saussure sobre a língua seria justamente a negação de que ela é uma nomenclatura e a afirmação de que ela é uma forma e não uma substância. (cf. NORMAND, 2011, p. 24). Aqui, a relação entre as críticas à nomenclatura, o arbitrário e a teoria do valor torna-se evidente, tendo em vista que só é possível negar a língua como nomenclatura, ao efetuar o deslocamento do princípio da arbitrariedade para o interior do signo, postulando que ele é negativo, opositivo e diferencial.⁵¹

⁵⁰“si la langue est un système de valeurs, si c'est de la valeur que dépend le sens, cela signifie que c'est la valeur, entité purement virtuelle, qui permet la manifestation, dans le discours, de significations diverses mais qui toutes dépendent des rapports qu'elle entretient avec les autres valeurs du système.”

⁵¹Nesse ponto, é plausível retomar a distinção efetuada por Gadet (1990), e já explicitada no primeiro capítulo, segundo a qual o arbitrário filosófico consistiria na relação entre o nome e o referente, encontrando-se no exterior do signo linguístico, enquanto que o arbitrário linguístico estaria situado na relação estabelecida entre significante e significado, ou seja, no interior do signo linguístico.

Levando em consideração o que foi explicitado, poderíamos então afirmar que Saussure nega a nomenclatura? Antes de respondermos a essa questão devemos definir o que entendemos por “negação”. No ramo da Lógica, a negação de uma proposição é a sua contradição. (cf. BLACKBURN, 1997, p. 263). Há, nas considerações saussurianas, a negação das concepções que consideram a língua enquanto uma simples nomenclatura, mas essa negação incide somente sobre a generalização da nomenclatura como modo de funcionamento da língua, ou seja, na restrição de que a única função da língua é nomear objetos do mundo. Isso não quer dizer que o ato de nomear não pertença, de algum modo, ao funcionamento da língua. Nesse sentido, concordarmos com a afirmação de Chiesa (2008):

rejeitar a concepção de linguagem enquanto nomenclatura não implica em rejeitar a nomenclatura enquanto caso particular da linguagem e, por consequência de uma série de palavras, a saber os nomes que comportam uma referência aos objetos dos quais os locutores são conscientes. Trata-se, então, de reexaminar a questão da nomenclatura nos escritos de Saussure. (CHIESA, 2008, p. 11, tradução nossa).⁵²

Assim, é plausível afirmar que o que Saussure nega é a redução da língua a uma nomenclatura, como se a sua única função fosse etiquetar objetos presentes no mundo. Não obstante, Saussure não nega a nomenclatura enquanto caso particular da linguagem, apesar de deixar transparecer que os nomes próprios possuem especificidades que lhes diferenciam dos demais signos. Dessa forma, é interessante que nos detenhamos na única vez em que o nome próprio é mencionado no CLG, no capítulo destinado ao fenômeno analógico.

2.5. O isolamento do Nome Próprio

Nos tópicos anteriores, explicitamos as críticas saussurianas às concepções que postulam a língua como uma nomenclatura. Com a análise dessas críticas, percebemos que elas se relacionam com aspectos importantes da teoria saussuriana. Ademais, tentamos evidenciar que Saussure nega a nomenclatura enquanto generalização do funcionamento

⁵²“Le rejet de la conception du langage comme une nomenclature n’implique pas le rejet de la nomenclature en tant que cas particulier du langage et par conséquent d’une série de mots, à savoir les noms, qui comportent une référence à des objets dont les locuteurs sont conscients. Il s’agit des lors de réexaminer la question de la nomenclature dans les écrits de Saussure.”

linguístico e não enquanto caso particular da linguagem. Nesse tópico, pretendemos abordar a única vez que o nome próprio é mencionado nas formulações saussurianas presentes no CLG. Essa ocorrência encontra-se na parte dedicada à Linguística Diacrônica, sendo que nos deteremos no capítulo IV e no capítulo V, nos quais Saussure (1916/1973) faz considerações sobre a analogia e sobre a evolução da língua.

A analogia pode ser definida de maneira opositiva ao fenômeno fonético. De acordo com Saussure (1973), o efeito do fenômeno fonético é contrabalanceado pela analogia, tendo em vista que ela se constitui enquanto um fenômeno que acarreta transformações normais do aspecto exterior das palavras. Além disso, o fenômeno analógico, “supõe um modelo e sua imitação regular. Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra ou de outras, segundo uma regra determinada.” (cf. SAUSSURE, 1916/1973, p. 187).

De acordo com De Mauro (1973), a analogia desempenha um papel fundamental na formação dos sintagmas,

Papel essencial se se considera o fato de que, para Saussure, os sintagmas são somente as ‘palavras’, mas também as frases, de modo que a analogia é a fonte de criatividade da língua, a via através da qual a língua gera um conjunto teoricamente infinito de frases. (DE MAURO, 1986, p.472, tradução nossa).⁵³

Interessa-nos ressaltar que a analogia é um fenômeno regular e não uma irregularidade. Juntamente com as mudanças fonéticas, é ela que proporciona a evolução das línguas, ou seja, “o processo pelo qual estas passam de um estado de organização para outro.” (cf. SAUSSURE, 1916/1973, p.189).

No que diz respeito à natureza do fenômeno analógico, Saussure explicita que a analogia não é uma mudança, tal como o fenômeno fonético, e sim uma criação da língua. Se, na mudança fonética, uma forma nova só surge quando a forma antiga for anulada, na analogia, por sua vez, há a criação de uma nova palavra a partir de outra já existente na língua, sendo que essas duas palavras conviverão juntas. Para ilustrar o fenômeno analógico, Saussure (1973) utiliza-se da quarta proporcional⁵⁴. Assim,

⁵³“rôle essentiel si l'on tient compte du fait que pour Saussure les syntagmes sont non seulement les ‘mots’, mais aussi les phrases, si bien que l’analogie est source de la créativité de la langue, la voie à travers laquelle la langue génère l’ensemble théoriquement infini des phrases.”

⁵⁴ De acordo com Saussure, há dois métodos para se ilustrar a analogia: pela quarta proporcional, fórmula matemática, e pela análise e reconstrução dos elementos fornecidos pela língua. Saussure opta pela quarta proporcional na medida em que as gramáticas europeias utilizam esse método. (cf. SAUSSURE, 1916/1973, p. 194).

réaction : réactionnaire = répression : x
x = répressionnaire

A fórmula acima nos diz que já existiam na língua as formas “réaction”, “réactionnaire” e “répression”. Pelo fenômeno de analogia criou-se – utilizando como modelo o par “réaction:réactionnaire”, o par “répression : répressionnaire”. É perceptível que não há a substituição da forma antiga pela nova forma analógica. E isso porque a analogia, diferentemente da mudança fonética, não objetiva substituir uma forma antiga por uma nova.

Saussure (1973) explicita que a analogia possui um caráter estritamente psicológico e gramatical. Gramatical, porque é necessário que haja a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si, e psicológico, porque a ideia faz-se necessária no processo de criação analógica. Isso quer dizer que só há a necessidade de se usar uma forma antiga para criar uma nova a partir do momento em que essas duas formas se combinam no espírito. A analogia se resume, então, em “um aspecto do fenômeno de interpretação, uma manifestação da atividade geral que distingue as unidades para utilizá-las em seguida. Eis porque dizemos que é inteiramente gramatical e sincrônica.” (SAUSSURE, 1916/1973, p. 193).

O nome próprio aparece no capítulo V, no qual são tratados os aspectos relacionados à analogia e à evolução. Saussure (1973) inicia esse capítulo afirmando que “Nada entra na língua sem ter sido antes experimentado na fala, e todos os fenômenos evolutivos têm sua raiz na esfera do indivíduo” (cf. SAUSSURE, 1916/1973, p. 196). Aqui percebemos a importância de se distinguir língua e fala e de considerá-las enquanto duas esferas interdependentes.⁵⁵ As criações analógicas têm, portanto, sua origem na fala, mas nem todas serão adotadas pela língua:

A língua retém somente uma parte mínima das criações da fala, mas as que duram são bastante numerosas para que se possa ver, de uma época a outra, a soma das formas novas dar ao vocabulário e à gramática uma fisionomia inteiramente diversa. (SAUSSURE, 1916/1973, p. 196).

⁵⁵ Apesar de Saussure ressaltar em várias passagens do CLG que o fenômeno analógico possui sua origem no âmbito da fala, é conveniente ressaltarmos que isso não implica que a analogia seja restrita a esse domínio. Acreditamos que é justamente por intermédio do fenômeno analógico que a interdependência entre língua e fala pode ser comprovada.

Percebe-se assim que o fenômeno analógico e o fenômeno fonético proporcionam a transformação da língua ao longo do tempo. Aqui, notamos explicitamente a questão da mutabilidade e da imutabilidade do signo à medida que, ao mesmo tempo, a língua se conserva e é transmitida por gerações, enquanto ela se modifica no âmbito da fala dos indivíduos e por influência do tempo.

Poderíamos pensar, portanto, que todos os sintagmas de uma língua, tanto palavras como frases, submetem-se ao fenômeno da analogia. Todavia, esse pensamento é errôneo porque, de acordo com Saussure, as únicas palavras que não se submetem à analogia são os nomes próprios e geográficos:

As únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum são naturalmente as palavras isoladas, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. Paris, Genève, Agen etc.), que não permitem nenhuma análise e, por conseguinte nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a par deles. (Saussure, 1973, p. 201).

A afirmação de que os nomes próprios escapam ao fenômeno analógico leva-nos a pensar que o processo de formação dessa categoria linguística não ocorre por analogia. Ao que nos parece, isso parece ser pertinente a partir do momento em que consideramos que a analogia é um processo de criação que utiliza de formas já existentes na língua e que funciona a partir dos mecanismos associativos e sintagmáticos. Se o mecanismo associativo é necessário para que haja criação analógica, logo é necessário que uma ou mais séries associativas sejam acessadas nesse processo, o que não parece ocorrer com os nomes próprios: ao criar um nome próprio como “Leydianne”, por exemplo, não parece haver uma ideia inerente ao morfema “leydi” e outra ao morfema “anne”. Assim, somos levados a considerar que existe um processo de criação do nome próprio, mas ele não ocorre pela analogia.

Dessa forma, de que maneira aconteceria esse processo? Se levarmos em consideração o conteúdo do CLG, podemos afirmar que é pouco provável que um nome próprio seja formado por aglutinação. E isso porque, de acordo com Saussure, a aglutinação consiste em

que dois ou mais fenômenos originariamente distintos, mas que se encontram frequentemente em um sintagma no seio da frase, se soldem em uma unidade absoluta dificilmente analisável.. tal é o processo aglutinativo: *processo*, dizemos, e não *procedimento*, pois essa última palavra implica

uma vontade, uma intenção, e a ausência de vontade é justamente um caráter essencial da aglutinação. (SAUSSURE, 1973, p. 205).

Assim, se o processo de aglutinação necessita que duas formas sejam encontradas constantemente em um sintagma para que se unam, um nome próprio não se encaixaria nesse processo devido ao fato de que não parece haver relação com as posições ocupadas pelas formas em um sintagma. Além disso, o processo aglutinativo ocorre de maneira inconsciente, ou seja, não há nem intenção nem vontade na constituição de uma forma por aglutinação. Assim, à primeira vista o nome “Mariana” poderia ser considerado como o resultado de um processo aglutinativo. Entretanto, temos dois motivos para negar a aglutinação nesse caso: o primeiro deles diz respeito ao fato de que os morfemas Mari - e - ana não se encontram frequentemente em um sintagma, ou seja, em uma frase. O segundo motivo diz respeito ao fato de que a aglutinação é um processo inconsciente. Ora, ao batizar uma criança com o nome de Gleidsmari, por exemplo, eu estou consciente de que esse nome é a junção de dois nomes já existentes: Gleidson e Maria.

Nesse sentido, o nome próprio parece não se encaixar em nenhum desses dois processos de formação de palavras. Ao que nos parece, então, Saussure teria percebido a produtividade morfológica limitada do nome próprio, tal como foi explicitado no Capítulo 1 dessa dissertação. Talvez não exista um número considerável de formas que sejam derivadas de nomes próprios em todas as línguas, mas é inegável que há a possibilidade de se formar novos nomes a partir de nomes próprios já existentes.

De qualquer forma, essa produtividade limitada ou “isolamento”, nas palavras de Saussure, leva-nos a considerar a possibilidade de entrever uma diferença entre nomes próprios e nomes comuns. Podemos, então, colocar a seguinte questão: por qual motivo os nomes próprios se diferenciam dos demais signos ao ponto de oferecerem resistência à analogia e à aglutinação? Seria o nome próprio um caso particular da linguagem? Ao que nos parece, os nomes próprios possuiriam alguma diferença dos outros signos linguísticos, pois não parecem estabelecer, do ponto de vista saussuriano, relações com os outros signos da língua. Ora, quais são as implicações de afirmar que os nomes próprios são palavras isoladas em uma teoria que considera a língua como um sistema fundamentado nas relações de seus termos? Com o objetivo de responder essas questões – ou, pelo menos, tentar respondê-las – convém que nos detenhamos nos manuscritos saussurianos sobre linguística e sobre as lendas germânicas a fim de comparar o tratamento dado por Saussure a essa categoria linguística nesses materiais.

Capítulo 3. O nome próprio nos manuscritos saussurianos: da Linguística às Lendas Germânicas

3.1. Introdução

No capítulo anterior, explicitamos o tratamento destinado aos nomes próprios no CLG. Percebemos que nessa obra há duas formas de ocorrência dessa categoria: de maneira negativa, com as críticas saussurianas às concepções que consideravam a língua como uma nomenclatura; e de maneira positiva, quando o nome próprio é denominado por Saussure como uma “palavra isolada” que não estaria submetida ao fenômeno da analogia.

Além disso, também percebemos que há indícios de uma relação entre os nomes próprios, o princípio da arbitrariedade, o valor linguístico e a *parole*. A negação da nomenclatura como generalização do funcionamento linguístico, por exemplo, pareceu-nos um aspecto importante para a consolidação da teoria de Ferdinand de Saussure, tendo em vista que é somente ao negá-la que Saussure pode alçar o funcionamento da língua a objeto de estudo da Linguística Moderna. Entretanto, a afirmação saussuriana de que os nomes próprios são “palavras isoladas” possui algumas implicações teóricas, dentre as quais podemos ressaltar a de que essa categoria linguística não estabeleceria relações com os outros signos do sistema.

Nesse capítulo, pretendemos investigar qual o tratamento destinado aos nomes próprios com o intuito de encontrar justificativas para a denominação de “palavra isolada” no CLG. Para isso, deteremo-nos em outras produções saussurianas: as comunicações proferidas à *Société d'Histoire et Archéologie de Génève*, entre 1900 e 1904; o manuscrito *Notes Item. Sôme et sème* que, provavelmente, foi escrito entre 1900 e 1913 e o estudo saussuriano sobre as lendas germânicas, desenvolvido por Saussure entre 1903 e 1910.

A tensão nas elaborações saussurianas que tratam sobre os nomes próprios permanece também nesses materiais, apesar de eles versarem sobre assuntos diferentes: em alguns pontos há consonâncias entre eles sobre os nomes próprios, mas em outros há divergências que tocam na distinção entre língua/lenda.

3.2. As comunicações proferidas à *Société d'Histoire et Archéologie de Genève*

Sabe-se que Saussure se deteve no estudo dos nomes próprios/topônimos no início do século XX, especificamente entre 1900 e 1904. Isso é constatado devido à apresentação, nesse período, de três comunicações à *Société d'Histoire et Archéologie de Genève*, cujo tema abordado era os nomes próprios e geográficos: “Le nom de La ville d’Oron à l’époque romaine” (28 março de 1901), “Origine de quelques noms de lieux de la région genevoise”⁵⁶ (29 de janeiro de 1903) e “Les Burgondes et la langue burgonde en pays romaine” (15 de dezembro de 1904). O resumo dessas três comunicações foi publicado no *Recueil des Publications Scientifiques de Ferdinand de Saussure*, organizado por Léopold Gautier e Charles Bally, e que compreende as publicações em vida de Saussure.

Iniciamos, portanto, com a comunicação intitulada “Le nom de la ville d’Oron à l’époque romaine”, proferida em 28 de março de 1901 na *Société d'Histoire et Archéologie de Genève*. De acordo com Gauchat (1920)⁵⁷, o que preocupava Saussure e lhe inspirava a estudar sobre esse assunto, era a discrepância entre os dados referentes ao nome da cidade de *Oron*. Alguns arqueólogos do início do século XX defendiam que essa cidade chamava-se *Promasens*. Em contrapartida, no registro de estações e estradas do Império Romano⁵⁸ essa cidade foi denominada como *Bromagus*.

Havia, portanto, a utilização de dois topônimos para designar a mesma cidade. Mas, para Saussure, *Oron* não possuía nem o nome de *Promasens* nem o nome de *Bromagus* na época do Império Romano, sendo essa cidade designada por *Uromagus*. Para provar seu ponto de vista, Saussure teria utilizado um método rigoroso de deduções morfológicas com o intuito de perceber se o nome *Bromagus* tinha relação com o nome *Oron*. Após a sua análise, Saussure mostra que *Bromagus* foi uma falha de um copista, sendo que, na verdade, o nome da vila era *Uromagus*, de origem céltica (*Onromagus*).

Tendo em vista que Saussure (1901) utilizou-se de um método de deduções morfológicas, ele finalizou a sua apresentação afirmando que a queda do elemento *-magus*

⁵⁶A comunicação proferida no dia 29 de janeiro de 1903 é a única da qual temos conhecimento do manuscrito, publicado em 1998 no *Cahiers Ferdinand de Saussure* 51.

⁵⁷O resumo dessa comunicação é de autoria de Louis Gauchat, que assistiu a apresentação de Saussure, e foi publicada no *Recueil des Publications Scientifiques de Ferdinand de Saussure*, em 1921. É interessante ressaltar que em 1920, Gauchat publica um artigo intitulado: *Le nom de La ville d’Oron à l’époque romaine*, no qual Saussure é colocado como co-autor.

⁵⁸ Esse registro é intitulado “L’itinéraire d’Antonin” e continha as direções para se deslocar entre os povoados do Império Romano.

aconteceu em quase todos os topônimos que o possuíam. Gauchat (1920) termina o resumo afirmando que a descoberta realizada por Saussure era de grande interesse para a história local⁵⁹.

A segunda comunicação a qual nos deteremos é intitulada “Origine de quelques noms de lieux dans la région genevoise” e foi proferida em 29 de janeiro de 1903⁶⁰. Saussure (1903) inicia o texto afirmando que,

O estudo dos dialetos se vê interpelado por toda espécie de ligações íntimas para adotar em sua esfera o estudo dos nomes de lugar e, reciprocamente, as pesquisas toponímicas tem a necessidade de se apoiar continuamente sobre as investigações que lhe fornece uma dialetologia bem esclarecida. (SAUSSURE, 1903, p. 275, tradução nossa)⁶¹.

Saussure teria, então, iniciado a comunicação afirmando a interdependência dos estudos da dialetologia e dos estudos sobre os nomes de lugares. Ao falar com entusiasmo sobre *Glossaire des Patois Romands* e sobre a importância dos estudos de onomástica das várias regiões da Suíça, Saussure explicita o fenômeno de “destruição dos nomes”:

Este fenômeno de destruição acontece de várias maneiras que não seriam interessantes de acompanhar e estudar, se não fosse sobretudo deplorável em seu resultado, e se nós não percebêssemos todos os dias ou um nome antigo esquecido, um bom e velho nome deformado que não poderia muitas vezes encontrar o valor exato daqui a alguns anos, quando não é um nome muito conhecido e garantido pela memória de um grande número de pessoas. (SAUSSURE, 1903/1998, p. 276, tradução nossa).⁶²

Ao que nos parece, Saussure possui certa afeição pelos nomes de lugares, tendo em vista que ele acha deplorável o fato de que alguns nomes são esquecidos ou, muitas vezes,

⁵⁹Nesse ponto, é interessante retomar o CLG, especificamente o capítulo II da parte dedicada à Linguística Geográfica. Nesse capítulo, Saussure explica o fenômeno de coexistência de várias línguas em um mesmo território e cita como o exemplo o caso do Império Romano, no qual várias línguas coexistiam, tendo em vista a invasão de um povo superior ou a colonização. (cf. SAUSSURE, 1973, p. 226).

⁶⁰ No caso dessa comunicação não utilizamos o resumo publicado no Recueil e sim o manuscrito saussuriano referente a essa comunicação, que foi editado por Mirolad Arsenijevic e publicado no CFS 51 de 1998.

⁶¹“l'étude des patois se voit amenée par toute espèce de liens intimes à embrasser dans sa sphère l'étude des noms de lieux, et réciproquement les recherches toponymiques ont besoin de s'appuyer continuellement sur les renseignements que lui fournit une dialectologie bien éclairée.”

⁶² “Ce phénomène de destruction s'accomplit par plusieurs voies qu'il ne serait pas sans intérêt de suivre et d'étudier, s'il n'était surtout déplorable dans son résultat, et si nous ne voyions tous les jours ou bien un ancien nom oublié, un bien un ancien nom déformé et dont on ne pourrait souvent plus retrouver la valeur exacte d'ici quelques années quand il ne s'agit pas d'un nom très notoire et garanti par le souvenir d'un grand nombre de personnes.”

deformados. Mas para além disso, podemos depreender dessa citação algo sobre a natureza dessa categoria linguística: ela sofre transformações de acordo com o tempo e com o uso.

Na continuação do manuscrito, Saussure analisa os topônimos Creux de Genthod, Ecogia, Carouge e Jura. Essas análises são de origem puramente etimológica e diacrônica no sentido de que consideram a origem desses nomes e a maneira com que eles sofreram mudanças fonéticas com o passar dos anos. Além disso, Saussure aplica o mesmo método utilizado na comunicação de 1901. Por deduções morfológicas, baseadas em documentos de diferentes épocas, Saussure (1903) busca apreender o processo de mudança dos topônimos.

Por fim, em 15 de dezembro de 1904, Saussure profere a comunicação intitulada “Les Burgondes et la langue burgonde em pays roman”, na qual trata do povo burgúndio e de sua língua. É interessante ressaltar que nessa comunicação, Saussure faz menção aos *Nibelungen*, uma das lendas germânicas que ele analisava desde 1903. Além disso, o genebrino ressalta que da língua burgúndia sobraram apenas alguns nomes próprios e termos jurídicos e, dessa forma, seria difícil afirmar se essa língua pertencia ao grupo ocidental das línguas germânicas ou ao grupo do gótico. (cf. SAUSSURE apud GAUTIER; BALLY, 1922, p. 606).

De acordo com Turpin (2003)

Ao mesmo tempo que seus estudos sobre os dialetos, Saussure reflete sobre a relação entre nomeação e eventos históricos, entre história das palavras e história dos homens, mostrando que o estudo dos nomes de lugares da Suíça romana, de suas regras de transformações, pode permitir reconstituir a história desses lugares e as etapas da implantação burgúndia. (TURPIN 2003, p. 308, tradução nossa).⁶³

Nesse sentido, deve-se ressaltar que nesses estudos desenvolvidos por Saussure há uma preocupação em investigar a história, a transmissão de poder e de instituição por intermédio dos nomes de lugares. É essa categoria linguística que possibilita a Saussure concluir que a transmissão de poder do povo burgúndio seguia o princípio da hereditariedade e coexistia com a partilha de poder entre diversos príncipes.

Levando em consideração o que foi explicitado acerca do conteúdo dessas comunicações, podemos concluir que apesar de tratarem detalhadamente de aspectos apenas históricos e etimológicos dos nomes próprios e topônimos, elas trazem à tona o interesse de

⁶³ "En même temps que ses études sur les dialectes, Saussure mène une réflexion sur le rapport entre nomination et histoire évènementielle, entre histoire des mots et histoire des hommes, montrant que l'étude des noms de lieux de la Suisse romande, de leurs règles de transformations, peut permettre de reconstituer l'histoire de ces lieux et des étapes de l'implantation burgonde."

Saussure por essa categoria linguística. Além disso, o fato de que há uma comunicação que trata dos topônimos burgúndios e do *Nibelungen*, interessa-nos porque os nomes próprios ocuparão um lugar de destaque no estudo saussuriano sobre as lendas germânicas.

Após a explicitação desses aspectos, achamos conveniente determo-nos no manuscrito saussuriano *Notes Item. Sôme et sème*, também datado do início do século XX, com o objetivo de procurar nele as considerações sobre a natureza e o funcionamento dos nomes próprios e geográficos que estiveram ausentes das análises apresentadas por Saussure nessas comunicações.

3.3. Notes Item. Sôme et Sème: uma definição do signo e os nomes próprios e geográficos

Em 1958, os filhos de Saussure, Jacques e Raymond de Saussure, doaram duas caixas de manuscritos de seu pai à Biblioteca Pública e Universitária de Genebra, que foram catalogados por Robert Godel. É interessante ressaltar que, de acordo com Godel (1960), os editores do CLG tinham conhecimento desses manuscritos:

Os editores do CLG viram essas notas, as quais algumas possuem, no alto da página, à direita, uma breve indicação a caneta da escrita de Bally; mas, desencorajados por não achar lá mais que fragmentos rebeldes a toda classificação cronológica, eles renunciaram a continuar a classificação, e não utilizaram em seu livro mais que excerto dos quais Sechehaye tinha feito uma cópia. (GODEL apud MEJÍA, 1999, p. 237, tradução nossa).⁶⁴

Entretanto, desencorajados pela ausência de classificação cronológica, optaram por não utilizá-los na *Collation*. O manuscrito que analisaremos é denominado *Notes Item. Sôme et sème*⁶⁵ e encontra-se nesse conjunto de manuscritos que não participaram da edição do CLG. Ele possui 23 folhas repletas de notas e aforismos, nos quais os temas tratados variam desde a constituição do signo linguístico até os nomes próprios e geográficos. É válido ressaltar que esse manuscrito não é datado, mas estima-se que tenha sido escrito no início do

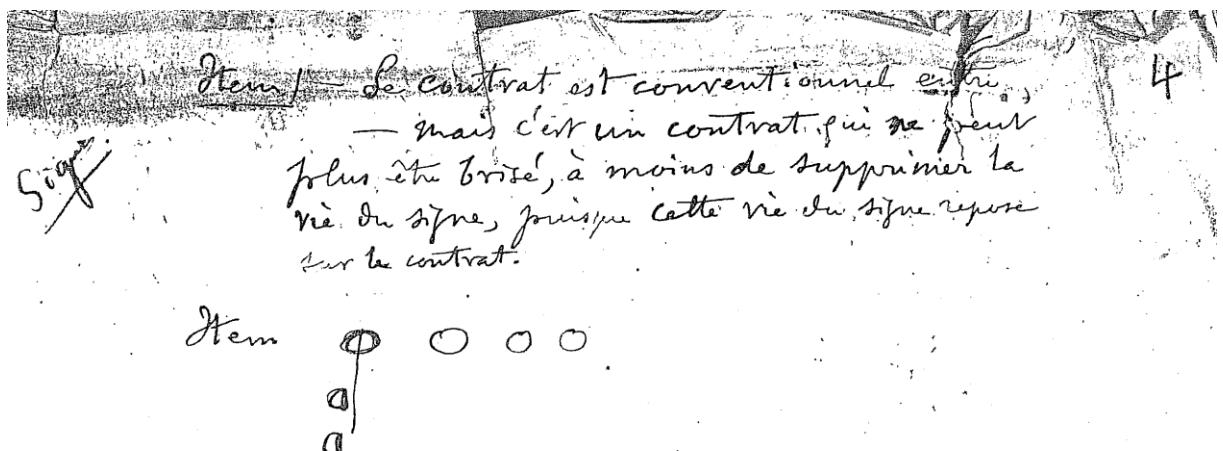
⁶⁴ "Les éditeurs du CLG ont vu ces notes, dont certaines portent encore, au haut de la page, à gauche, une brève indication au crayon de l'écriture de Bally ; mais, découragés peut-être de ne trouver là que des fragments rebelles à tout classement chronologique, ils ont dû renoncer à poursuivre le triage, et n'ont utilisé dans leur livre que des extraits dont Sechehaye avait fait une copie."

⁶⁵Os manuscritos utilizados nesse trabalho foram selecionados e reproduzidos pela Profa. Dra. Eliane Mara Silveira, durante sua estadia em Génève, entre 13 e 24 de junho de 1999, graças ao apoio financeiro do « Fundo de Apoio e ensino à Pesquisa (FAEP-UNICAMP).

século XX, devido ao fato de que Saussure menciona a obra “Éssai de Sémantique” de M. Bréal, publicada em 1897.

O nosso interesse por esse manuscrito justifica-se porque ele possui algumas considerações saussurianas sobre os nomes próprios e geográficos. Entretanto, para analisá-las, deteremo-nos em alguns excertos desse manuscrito que versam sobre a constituição do signo linguístico e sobre a proposta de uma nova terminologia para tratá-la.

Nas três primeiras páginas desse manuscrito, Saussure trata da questão da elipse, criticando as considerações de Bréal sobre esse fenômeno. É na quarta página, que Saussure parece tratar do princípio da arbitrariedade:



Exerto 1. Notes Item. Sôme et sème. Pg. 4

Signe Item. – O contrato é convencional entre [...] – mas é um contrato que não pode ser quebrado, a menos que se suprima a vida do signo, porque essa vida do signo repousa sob o contrato.⁶⁶

Só há esse excerto no início da página e o restante encontra-se em branco. Seu conteúdo não é explícito, mas podemos inferir que Saussure refere-se à arbitrariedade do signo. O arbitrário é considerado nesse ponto, como um contrato convencional e tem a sua importância explicitada quando Saussure afirma que “ele não pode ser quebrado, a menos que se suprima a vida do signo, pois essa vida do signo repousa sob esse contrato”. É interessante

⁶⁶Signe Item. Le contrat est conventionnel entre [...] – mais c'est un contrat qui ne peut plus être brisé, à moins de supprimer la vie du signe, puisque cette vie du signe repose sur le contrat.

ressaltar mais três aspectos: o primeiro diz respeito à presença do branco justamente quando Saussure vai explicitar entre quais entidades o contrato é convencional; o segundo, é sobre a utilização da palavra signo, que será conceituada de maneira divergente da forma com que é apresentada no CLG; e em terceiro lugar, a existência do desenho no fim do excerto representa para Gandon (1995) a sincronia e a diacronia:

O círculo inicial representa provavelmente um signo como negativamente solidário dos outros signos (em sincronia) enquanto está sendo constantemente trabalhado (em diacronia) pela evolução da forma (evolução que também é – mas em qual proporção? – do sentido). (GANDON, 1995, p. 207, tradução nossa).⁶⁷

Achamos que a proposta de Gandon (1995) é pertinente, entretanto pensamos que esse desenho pode representar as relações sintagmáticas e associativas. Isso se justifica ao considerarmos que o excerto 1 explicita que o signo é convencional, ou seja, ele é arbitrário. Se retomarmos o CLG, na parte dedicada às relações sintagmáticas e associativas, veremos que Saussure afirma que há uma ligação fundamental entre o arbitrário do signo e o mecanismo linguístico, tendo em vista que é esse mecanismo que limita o arbitrário e permite, dessa forma, a existência do arbitrário relativo.⁶⁸

Logo após essa passagem, Saussure afirma que:

⁶⁷ "Le cercle initial représente très vraisemblablement un signe comme négativement solidaire d'autres signes (en synchronie) tout en étant constamment travaillé (en diachronie) par l'évolution de la forme (évolution qui est aussi celle – mais dans quelle proportion ? – du sens)."

⁶⁸ "Se o mecanismo da língua fosse inteiramente racional, poderíamos estudá-lo em si mesmo; mas como não passa de uma correção parcial de um sistema naturalmente caótico, adota-se o ponto de vista imposto pela natureza mesma da língua, estudando esse mecanismo como uma limitação do arbitrário." (SAUSSURE, 1916/1973, p. 154).

Stern

c.a.d.

En quoi Qu'est-ce qu'un mot nouveau et surtout la difficulté de faire pénétrer un mot nouveau sinon l'affirmation de la liaison systématique entre toutes les parties de la langue ? Des milliers de formes de conjugaison ou de ... se créent, mais il n'en est pas une seule qui représente un jet original, surgissant arbitrairement d'une source inconnue. Non-seulement il faut que les éléments en soient pousés dans les combinaisons déjà familières connues, mais que tout se trouve pour ainsi dire préparé pour faire jaillir la nouvelle combinaison.

Excerto 2. Notes Item. Sôme et sème. Pg. V. 4

Item.

Em que O que é uma palavra nova **e sobretudo**, ou seja, a dificuldade de introduzir uma palavra nova, além da afirmação da ligação sistemática entre todas as partes da língua?

Milhões de formas de conjugações ou de [] são criadas, mas não há uma **somente** que represente um jorro original, surgido arbitrariamente de uma fonte desconhecida. Não somente é preciso que os elementos sejam colocados nas combinações já **familiares** conhecidas, mas que tudo se encontre, por assim dizer preparado para fazer jorrar a nova combinação.⁶⁹

O excerto acima parece corroborar a nossa afirmação de que o desenho com os círculos verticais e horizontais representa os eixos associativo e sintagmático. E isso porque, além de falar em arbitrariedade, Saussure também afirma que “é preciso que os elementos sejam colocados nas combinações já conhecidas”. Parece-nos que isso remete ao fenômeno analógico, tendo em vista que ele necessita do mecanismo linguístico para criar novas formas da língua, utilizando de formas preexistentes. Para que aconteça uma formação analógica é necessário, portanto, que os eixos associativo e sintagmático sejam mobilizados pelo falante de uma língua e, nesse caso, não podemos falar que a nova combinação é fruto de uma arbitrariedade absoluta, mas sim relativa.

Algumas páginas após essa afirmação, Saussure substitui o termo “signe” pelo termo “sème”, e insere na conceituação desse segundo, os termos de “aposème” e “parasème”.

⁶⁹ Item. En quoi. Qu'est-ce qu'un mot nouveau **et surtout**, c.a.d. la difficulté de faire pénétrer un mot nouveau sinon l'affirmation de la liaison systématique entre toutes les parties de la langue ? Des milliers de formes de conjugaison ou de... se créent, mais il n'en est pas une **seule** qui représente un jet original, surgissant arbitrairement d'une source inconnue. Non-seulement il faut que les éléments en soient pousés dans les combinaisons déjà connues, mais que tout se trouve pour ainsi dire préparé pour faire jaillir la nouvelle combinaison.

Item. — Diferença [...] éat nouveau terme de Sème sur celui
du signe.

1. (Pas essentiel). Signe peut être non vocal. Mais
Sème aussi. — Mais signe peut être = geste direct.
c. à. d. hors d'un système et d'une convention.

Sème = signe faisant partie d'un système

Sème = 1. signe conventionnel.

2. signe faisant partie d'un système
(également conventionnel).

3....

On peut dire ainsi :

Sème = signe participant aux différents caractères
qui seront reconnus être ceux de la langue
(vocale ou autre),

Les caractères à marquer dès l'abord sont : —

Excerto 3. Notes Item. Sôme et sème. Verso Pg. 5

Item. — Diferença [...] do novo termo sema sobre o de signo.

1. (Não essencial) Signo pode ser não vocal. Mais
sema também. — mas o signo pode ser — gesto direto.
ou seja, fora de um sistema e de uma convenção.

sema = signo fazendo parte de um sistema

sema = 1. Signo convencional.

2. signo fazendo parte de um sistema
(igualmente convencional)

3....

Podemos dizer assim:

Sema = signo participando de diferentes características
que serão reconhecidas como aquelas dos signos /da língua que
compõem
(vocal ou outra),

As características a marcar primeiro são: [...]⁷⁰

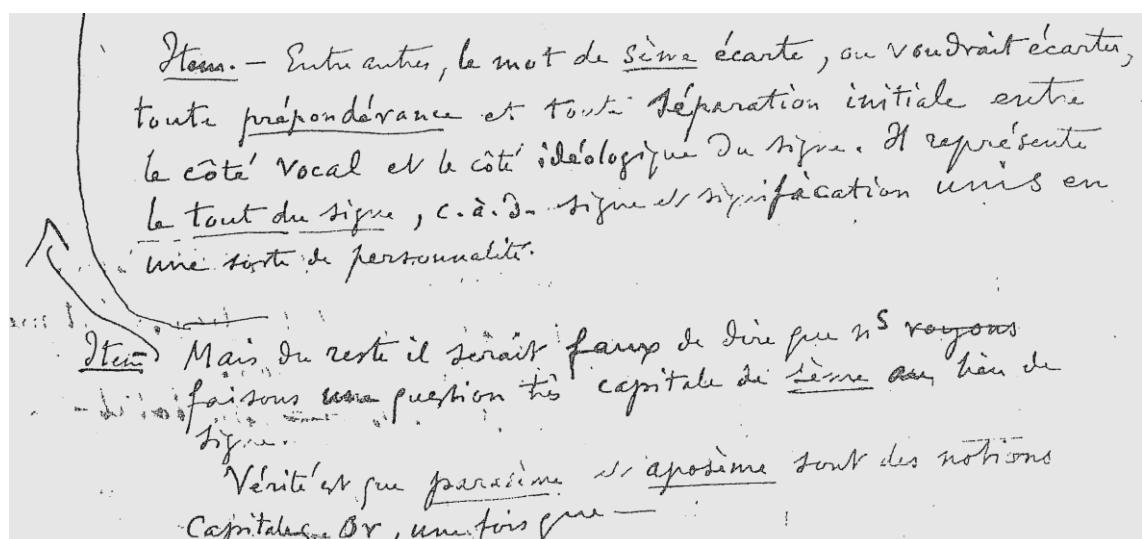
Nesse excerto, percebemos que Saussure delimitar o termo sema em oposição ao termo signo. Isso nos faz lembrar a “inépacia absoluta da terminologia corrente” explicitada por Saussure a Antoine Meillet em uma carta datada de 4 de janeiro de 1894:

⁷⁰Item. — Différence [...] éat nouveau terme de sème sur celui de signe. (Pas essentiel). Signe peut être non vocal. Mais Sème aussi. — Mais signe peut être = geste direct. c. à. d. hors d'un système et d'un convention. Sème = signe faisant partie d'un système. Sème = 1. signe conventionnel. 2. signe faisant partie d'un système (également conventionnel). 3.... On peut dire ainsi : Sème = signe participant aux différents caractères qui seront reconnus être ceux des signes de la langue qui composent : (vocale ou autre), Les caractères à marquer dès d'abord sont : -

Sem cessar, a absoluta inépcia da terminologia corrente, a necessidade de reformá-la e de mostrar para isso que espécie de objeto é a língua em geral vem estragar o meu prazer histórico, embora eu não tenha nenhum desejo mais caro do que não precisar ocupar-me da língua em geral. (tradução nossa) (SAUSSURE apud FEHR, 1997, p. 15-16, tradução nossa)⁷¹.

Essa carta, apesar de ser anterior ao manuscrito que analisamos, já evidencia a insatisfação de Saussure quanto à terminologia corrente na Linguística de sua época. Talvez seja por esse motivo que ele é levado a comparar os termos signo e sema com o intuito de delimitá-los. No excerto 2, a preferência pelo termo sema parece evidente: o termo signo pode designar o gesto direto e, dessa forma estaria fora de um sistema e de uma convenção, enquanto o termo sema está no interior de um sistema e é, portanto, convencional. Assim o “sema” estaria mais próximo com o que, nos cursos de 1907 à 1911, seria denominado como signo linguístico.

Na continuação desse excerto, Saussure afirma que



Excerto 4. Notes Item. Sôme et sème. Verso da Pg. 5.

Item. Entre outras, a palavra sema afasta, ou gostaria de afastar, toda preponderância e toda separação inicial entre o lado vocal e o lado ideológico do signo. Ela representa o todo do signo, ou seja, signo e significação unidos em um tipo de personalidade.

Item. Mas de resto seria falso de dizer que nós vemos fazemos uma questão capital o sema no lugar do signo.

Verdade é que parasema e apossema são noções

⁷¹ "Sans cesse l'ineptie absolue de la terminologie courant, la nécessité de la réforme, et de montrer pour cela quelle espèce d'objet est la langue en général, vient gâter mon plaisir historique, quoique je n'aie pas de plus cher vœu que de n'avoir pas à m'occuper de la langue en général."

capitais. Ora, uma vez que [...]⁷²

Assim, a palavra sema parece eliminar, para Saussure, qualquer tipo de separação entre o lado vocal e o lado ideológico do signo. O objetivo parece ser então, encontrar uma palavra que traduza a característica principal do signo linguístico que é ser constituído por significante e significado que, uma vez unidos estabelecem uma relação de necessidade: “um reclama o outro”. (cf. SAUSSURE, 1916/1973, p. 80). Além disso, é também nesse trecho que Saussure fala dos termos “parasema” e “apossema”, afirmando que eles são noções capitais enquanto que, talvez o termo sema não seja tão importante assim. O excerto 4. é dedicado ao termo apossema.

Item] L'aposème est l'enveloppe vocale du sème. 6
Et Non l'enveloppe d'une signification. - Le sème n'existe pas seulement par phonisme + signification, mais par corrélations avec d'autres sèmes.

Item] Je crois que dans le discursif on peut parler d'aposèmes. (de figures vocales). Le fait est que même dans le langage empirique nous ne disons pas : la 2^e forme de cette phrase (même quand il n'est pas question des termes logiques, mais des mots au point de vue phonique).

Excerto 5. Notes Item. Sôme et sème. Pg. 6.

Item. O apossema é o envelope vocal do sema.

E não o envelope de uma significação. – O sema não existe somente por fonismo⁺ e significado, mas por correlações com os outros semas.

Item. **Eu creio que no discursivo podemos falar de apossemas.**

(de figuras vocais). O fato é que mesmo na linguagem empírica nós não dizemos: a “2º forma dessa frase”

(mesmo quando não está em questão os termos lógicos, mas as palavras no ponto de vista fônico). [grifo nosso]⁷³

No primeiro *Item*, o apossema é o envelope do sema e não de uma significação, o que implica em considerá-lo como exterior ao signo. No segundo *Item.*, Saussure afirma que no

⁷²Item. Entre autres, le mot de *sème* écarte, au voudrait écarter, toute *prépondérance* et toute séparations initiale entre le côté vocal et le côté idéologique du signe. Il représente *le tout du signe*, c.à.d. signe et significations unis en une sorte de personnalité. Item. Mais du reste il serait faux de dire que nous ~~voyons~~ faisons une question très capitale de *sème* au lieu de signe. Vérité est que *parasème* et *aposème* sont des notions capitales. Or, une fois que

⁷³Item. L'*aposème* est l'enveloppe vocale du *sème*. Et non l'enveloppe d'une signification. – Le *sème* n'existe pas seulement par phonisme⁺ et signification, mais par corrélations avec d'autres *sèmes*. Item. Je crois que dans le discursif on peut parler d'*apossemas*. (de figures vocales). Le fait est que même dans le langage empirique nous ne disons pas : « la 2 forme de cette phrase » (même quand il n'est pas en question des termes logiques, mais des mots au point de vue phonique).

âmbito do discursivo poderíamos falar de apossemas, colocando esse termo como sinônimo de “figuras vocais”. De acordo com Mejía (1999) um apossema não poderia ser considerado como um significante, já que o primeiro possui uma natureza fônica e o segundo, por sua vez, psíquica. O apossema situa-se, então, no âmbito da fala⁷⁴ e não no âmbito da língua. Isso pode ser atestado pela utilização do termo “linguagem empírica” que, nesse ponto, parece designar a linguagem utilizada pelos indivíduos, ou seja, a fala. É interessante ressaltar aqui que, como veremos adiante, o parassema é designado por Saussure como uma palavra que faz parte de um sistema e se relaciona com as outras palavras.

No excerto 6 a seguir, Saussure trata do fenômeno da onímica, o qual denomina como “o caso mais grosseiro da semiologia”, e isso por que há um terceiro elemento na constituição do signo. Esse excerto é interessante porque, ao que nos parece, ele estabelece uma relação entre a distinção estabelecida entre sema e signo e as considerações sobre os nomes próprios e geográficos contidas nas próximas páginas. Assim, será necessário que nos detenhamos um pouco mais nesse excerto:

⁷⁴ Não quero afirmar com isso que a fala se restrinja aos sons da palavra somente. Mas sim que como na língua não há substância sonora, somente na fala é que o apossema – que tem natureza fônica – pode ser concebido.

Signo apossema + Item. Des qu'il y est question quelque part de la langue, on voit arriver le mot et le sens (ou le signe et le sens) comme si c'était ce que resume tout, mais en outre toujours des exemples de mot comme arbre, pierre, vache éveil, c'est-à-dire ce qu'il y a de plus grossier dans la sémiologie: le cas où elle est (par le hasard des objets qu'on choisit désignés) une simple onymique, c'est-à-dire, car là est la particularité de l'onymique dans l'ensemble de la sémiologie, le cas où il y a un troisième élément incontestable dans l'association psychologique du sème, la conscience qu'il s'applique à un être extérieur ~~qui devient~~ assez défini en lui-même pour ~~comme~~ échapper à la loi générale du signe.

Excerto 6. Notes Item. Sôme et sème. Pg. 7.

Signo apossema + Item. Quando se está y em questão alguma parte da língua nós vemos aparecer a palavra e o sentido, (ou o signo e o sentido) como se isso resumisse tudo mas, além disso, exemplos de palavras como árvore, pedra, vaca, éveil ^{como Adão dando os [...]}, ou seja, o que há de mais grosseiro na semiologia: **o caso em que ela é (pelo acaso dos objetos que se escolhe para serem designados), uma simples onímica**, ou seja, pois essa é a particularidade da onímica no conjunto da semiologia, **o caso em que há um terceiro elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência** de que ele se aplica a um ser exterior ~~que se torna~~ bastante definido em si mesmo para XXXX escapar à lei geral do signo.⁷⁵ [grifos nossos].

⁷⁵ Item. Signo apossema Des qu'il y est question quelque part de la langue, on voit arriver le mot et le sens (ou le signe et le sens) comme si c'était ce que resume tout, mais en outre toujours des exemples de mot comme arbre, pierre, vache, ^{comme Adam donnent des [...]} c'est-à-dire qu'il y a de plus grossier dans la sémiologie : le cas où elle est (par hasard des objets ^{qu'on choisit pour être} désignés) une simple onymique, c'est-à-dire, car là est la particularité de l'onymique dans l'ensemble de la sémiologie, le cas où il y a un troisième élément incontestable dans

Há alguns aspectos importantes a serem ressaltados nesse excerto. Em primeiro lugar, temos que o título do *Item* é “Signo e apossema”. Como analisamos no excerto 2 e 3, Saussure demonstrava um preocupação⁷⁶ com o termo “signo”, tendo em vista que ele poderia designar um “gesto direto” e preferia utilizar o termo “sema” para designar o total resultante da associação entre a figura vocal e o lado ideológico do signo. Além disso, percebemos que o termo “apossema” designa o invólucro vocal do sema e estaria contido no âmbito da fala. Ora, a escolha pelo título desse item não parecer ter sido ao acaso, se levarmos em consideração que, quando Saussure afirma que a onímica consiste no caso em que “há um terceiro elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência de que se aplica a um ser exterior [...]”, ele se refere à consciência do falante. Nesse caso, a onímica seria um fenômeno que ocorre no âmbito da fala o que é pertinente se considerarmos que o apossema é o invólucro vocal do sema.

Além disso, há a afirmação de que quando existe a consciência de que uma determinada palavra se aplica a um ser exterior, ela escaparia à lei geral do signo. Qual seria essa lei geral? Para Fehr (2000), a lei geral do signo consistiria no fato de que ele pode ser transmitido através do tempo. De acordo com ele, as críticas saussurianas direcionadas aos filósofos baseiam-se principalmente no fato de que eles,

(...) não consideram o papel desempenhado pelo processo de transmissão das línguas na constituição do signo. Ora, para Saussure, é precisamente a “transmissão que nos ensina, experimentalmente, isso que vale o signo”. (FEHR, 2000, p. 128, tradução nossa).⁷⁷

De fato, se analisarmos as teorias de J. S. Mill e G. Frege, não perceberemos uma menção ao processo de transmissão do signo. Entretanto, afirmar que os nomes próprios escapam à lei de transmissão dos signos não nos parece pertinente, a partir do momento em que consideramos, por exemplo, os estudos desenvolvidos por Saussure no campo da

l'association psychologique du sème, la conscience qu'il s'applique à un être extérieur ~~qui devient~~ assez défini en lui-même pour ~~XXXX~~ échapper à loi générale du signe.

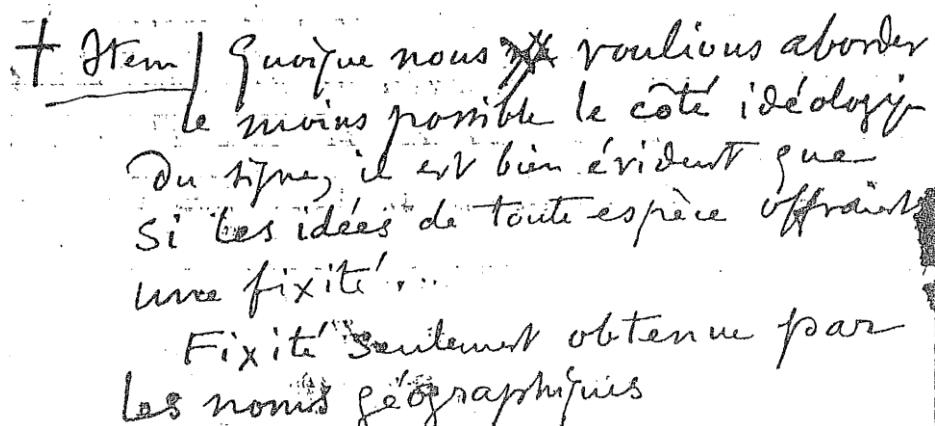
⁷⁶No terceiro curso de linguística geral, especificamente na aula do dia 19 de maio de 1911, Saussure afirma que: “<N'importe quel terme on choisira (signe, terme, mot, etc. glissera à côté et sera en danger de NE designer qu'une partie).>” (SAUSSURE apud KOMATSU, 1993, p. 93). Essa citação nos mostra que a preocupação com o problema terminológico em torno da palavra “signo” perdurou durante muitos anos nas considerações de Saussure.

⁷⁷ “(...) ne prennent pas en compte le rôle joué par le processus de transmission des langues dans la constitution du signe. Or, pour Saussure, c'est précisément la "transmission qui seule nous enseigne, expérimentalement, ce que vaut le signe."

dialetologia e citados no tópico anterior. Nesses estudos, Saussure afirma que alguns nomes próprios sofrem deformações porque são utilizados através do tempo, ou seja, eles são transmitidos.

Em contrapartida, Engler (1962) afirma que "vemos que para ele [Saussure] só os nomes próprios e os nomes geográficos escapam ao arbitrário". (ENGLER, 1962, p. 58, tradução nossa).⁷⁸ Nesse sentido, a natureza do signo linguístico é arbitrária e é ela que fundamenta teoricamente todo o sistema saussuriano. Mas a questão que deve ser colocada é, qual a consequência de um signo da língua escapar ao arbitrário linguístico? Porque, se como vimos no capítulo 3, o arbitrário fundamenta as relações de valor estabelecidas entre os termos e os nomes próprios são palavras isoladas que "escapam ao arbitrário", então essa categoria não adquiriria valor por meio do sistema. Seria isso um indício de que Saussure exclui os nomes próprios da língua? É necessário continuarmos com a análise do manuscrito com o objetivo de buscar respostas a essa questão.

Após o excerto em que Saussure afirma que a onímica escapa a lei geral do signo, ele insere os nomes geográficos. Partimos do ponto de vista de que a inserção dessa categoria linguística logo após a explicitação do fenômeno da onímica implica em considerar que os nomes geográficos fazem parte do "caso mais grosseiro da semiologia".



Item | Quoique nous ~~ne~~ voulions aborder
le moins possible le côté idéologique
du signe, il est bien évident que
si les idées de toute espèce offraient
une fixité!
Fixité seulement obtenue par
les noms géographiques

Excerto 7. Notes Item. Sôme et sème. Pg. 7.

Item. Embora nós ~~nao~~ queiramos abordar
o menos possível o lado ideológico
do signo, é bem evidente que
se as ideias de toda espécie oferecessem
uma fixidez ...[...]
Fixidez obtida somente
pelos nomes geográficos⁷⁹

⁷⁸ "on voit en fin de compte, qu'il n'ya plus pour lui [Saussure] que les noms propres et les noms géographiques qui échappent à l'arbitraire".

⁷⁹ Item. Quoique nous ~~ne~~ voulions aborder le moins possible le côté idéologique du signe, il est bien évident que si les Idées de toute espèce offraient une fixité [] Fixité seulement obtenue par les noms géographiques.

Nesse trecho, Saussure afirma que quer abordar o menos possível o lado ideológico do signo. Qual seria esse lado ideológico? O fato de que alguns signos possuem em sua constituição a consciência de que eles designam um objeto específico? É possível, ainda mais se considerarmos que ele afirma logo depois que “se as ideias de toda espécie oferecessem uma fixidez [...] fixidez obtida somente pelos nomes geográficos.” Então, ao que nos parece, há casos em que as ideias – consideradas aqui como partes constitutivas dos signos – oferecem certa fixidez. Ora, partindo do ponto de vista de que o signo é livre porque é arbitrário, então a existência dessa fixidez na ideia fere, de certa maneira, o princípio da arbitrariedade. É óbvio que se todas as ideias oferecessem essa fixidez uma teoria da língua enquanto sistema não seria possível, porque os elementos teriam em sua constituição algo positivo, dado de antemão.

No próximo excerto, Saussure acrescenta os nomes próprios juntamente com a noção de nomes geográficos:

*L'idée invariable et influitable
pouvant être considérée comme chose
chimérique, les sèmes géographiques
font exception en ce que
... Plus exactement :
... et les
... nomes
... propres
... La seule chance pour un*

Excerto 8. Notes Item. Sôme et sème. Verso da Pg. 7.

Item. A ideia **invariável e influtuável**
poderia ser considerada como coisa
quimérica, os semas geográficos
e os nomes próprios fazem exceção nesse ... [...]

- Mais exatamente :
A única chance para um [...] ⁸⁰ [grifos nossos]

No excerto 8 acima, Saussure afirma que a ideia invariável e influtuável poderia ser considerada uma coisa quimérica. Considerando-se a utilização dessas palavras, somos levados a considerar que existe, então, uma ideia que é invariável e influtuável e, dessa forma, ela não é uma coisa quimérica. Logo após, Saussure cita os semas geográficos e os nomes

⁸⁰ L'idée invariable et influitable pouvant être considérée comme chose chimérique, les sèmes géographiques et les nomes propres font exception en ce que ... [] Plus exactement : [] La seule chance pour un [].

próprios. Essa afirmação repleta de pausas abruptas faz-nos considerar, talvez de maneira incipiente, que a ideia influtuável e invariável *poderia* ser considerada como coisa quimérica, mas não o é porque os semas geográficos e os nomes próprios são exceções à variação e à flutuação das ideias. Nesse sentido, o que está em questão na constituição dos nomes próprios é que a sua ideia possui uma natureza distinta das ideias que constituem os outros signos. Enquanto que os demais signos do sistema são constituídos pela união entre ideia e imagem acústica, sendo que uma reclama a outra e a relação estabelecida entre elas é arbitrária, no caso dos nomes próprios essa ideia parece possuir uma capacidade de fixidez.

No próximo excerto, Saussure parece tentar clarificar a questão dos nomes próprios:

[L'idee de tout cela est la question de savoir si de même qu'un aposseme persiste hors du semes de même un aposseme intellectuel pourrait faire part être constaté. Certain que dans "Rhône" il y a vraiment 2 apossemas courant parallèlement. Mais au fond rien de semblable pourra puisque n'importe quel changement de nom du Rhône, il n'y aurait plus le même sème, et des lors inutile de discuter des apossemas, et ainsi meilleure preuve que le sème a sa base fondamentale dans le signe matériel choisi.]

Excerto 9. Notes Item. Sôme et sème. Verso da Pg. 7

[A ideia de tudo isso é a questão de saber se mesmo que um apossema persista fora do sema, um **apossema intelectual** poderia ser constatado em qualquer parte. Certamente que em "Rhône" há, por assim dizer 2 apossemas correndo paralelamente. Mas no fundo, nada semelhante a isso seria possível porque, se o

nome de Rhône fosse mudado,
 não haveria mais o mesmo sema,
 e então seria inútil discutir os
 apossemas, a melhor prova
 de que o sema tem a sua base fundamental
 no signo material escolhido.⁸¹ [grifo nosso]

Nesse trecho, Saussure acrescenta a expressão “apossema intelectual”. Sabemos que o apossema é o invólucro vocal do sema e está contido no âmbito da fala. Por “apossema intelectual”, Saussure parece querer designar algo relacionado com o lado ideológico do signo, ou seja, com a ideia. Seria uma ideia que estaria localizada fora do signo? Como isso poderia acontecer? Logo após, Saussure afirma que em Rhône “há por assim dizer 2 apossemas correndo paralelamente.” Talvez, isso queira dizer que é possível constatar um apossema intelectual e um apossema vocal no exterior do signo ou, ainda, que haveria dois apossemas (invólucro vocal) correndo paralelamente. Nesse sentido, Saussure afirma que se o nome Rhône sofresse transformações, não haveria mais o mesmo sema. A nosso ver, nesse excerto Saussure tenta elucidar suas afirmações anteriores sobre os nomes próprios, a ideia influtuável e invariável etc. Mas, ao que nos parece, ele não consegue esclarecer essas questões. Assim, é perceptível é que os excertos explicitados nesse tópico evidenciam um esforço de Saussure em pensar a relação entre nomes e objetos e que coloca em jogo, em alguns momentos, a possibilidade de o significado/ideia ser dado de antemão no caso particular dos nomes próprios. Sobre isso Engler (1962) coloca a seguinte questão:

Mas qual a consequência, se o significado fosse determinado de antemão? O arbitrário da ligação seria reduzido a um arbitrário do significante, como no exemplo *Rhône*, onde Saussure percebe uma mudança no nome. A argumentação lembra aquela que serve para refutar a necessidade da ligação na onomatopéia: malgrado as características de expressividade fônica, o signo material na onomatopéia, não tem nenhuma fixidez. Sempre, há o deslocamento na relação entre significante e significado. (ENGLER, 1962, p. 60, tradução nossa).⁸²

⁸¹ [L'idée dans toute cela est la question de savoir si de même qu'un aposème persiste hors du sème, de même un aposème intellectuel pourrait quelque part être constaté. Certain que dans « Rhône » il y a pour ainsi dire 2 aposème courant parallèlement. Mais au fond rien de semblable possible puisque si on avait changé le nom de Rhône, il n'y aurait plus le même sème, et dès lors inutile de discuter des aposèmes, et ainsi meilleur preuve que le sème a la base fondamentale dans le signe matériel choisi.]

⁸² "Mais qu'adviendrait-il, si le signifié était déterminé d'avance? L'arbitraire du lien serait réduit à un arbitraire du signifiant, comme dans l'exemple *Rhône*, où S'ient compte d'un changement du nom. L'argumentation rappelle celle qui sert à réfuter la nécessité du lien dans l'onomatopée: malgré les caractères d'expressivité phonique, le signe matériel, dans l'onomatopée, n'a aucune fixité. Toujours, il y a le déplacement du signifiant par rapport au signifié et vice-versa."

Nesse sentido, caso as ideias fossem dadas de antemão, o arbitrário seria reduzido a um arbitrário do significante, ou seja, a relação entre o significante e o objeto seria arbitrária, mas mesmo assim o nome ainda estaria sujeito a modificações porque pode ser transmitido de geração a geração. A questão é então que, da mesma forma que as onomatopeias, os nomes próprios e geográficos constituem-se enquanto uma exceção, mas mesmo assim não oferecem prejuízo a uma teoria dos signos, pois sempre haverá o deslocamento na relação entre significante e significado.

Levando em consideração os excertos citados e as considerações saussurianas sobre os nomes próprios e geográficos, podemos afirmar que Saussure percebe as especificidades dessa categoria linguística e a sua relação com a arbitrariedade e a fala – tendo em vista o conceito de apossema.

Tendo em vista que o nome próprio é tratado por Saussure nos manuscritos sobre as lendas germânicas, é conveniente que nos detenhamos nesse estudo com o intuito de apreender qual o tratamento destinado a essa categoria linguística nesse material.

3.4. Os manuscritos sobre as lendas germânicas e o valor do nome próprio

Segundo Starobinski (1974), os estudos saussurianos sobre os *Nibelungen* estão compreendidos em cerca de dezoito cadernos – além de várias folhas avulsas –, catalogados sob os números Ms. Fr. 3958 e Ms. Fr. 3959. Nossa interesse na pesquisa saussuriana sobre as lendas germânicas justifica-se no fato de que esse material possui várias considerações sobre os nomes próprios. Além disso, o estudo sobre as lendas germânicas foi realizado concomitantemente às comunicações proferidas à *Société d'Histoire et Archéologie de Génève*, ao manuscrito *Notes Item. Sôme et sème* e aos dois primeiros cursos de linguística geral (1907-1910), tendo em vista que o interesse de Saussure sobre as Lendas Germânicas inicia-se em 1903 e se prolonga até 1910.

É válido ressaltar que serão analisados nesse tópico trechos de vários manuscritos saussurianos sobre as lendas germânicas. O único manuscrito que temos em mãos é o Ms. Fr. 3958/4⁸³, intitulado *Niebelungen* e que será transcrito seguindo os critérios expostos no tópico

⁸³ Manuscrito adquirido na Bibliothèque de Génève, em outubro de 2012, pertencente ao arquivo Ms. Fr. 3958/4, com 240 páginas.

anterior. Os demais manuscritos utilizados nesse tópico foram retirados da seleção/transcrição realizada por Turpin (2003) e seguem os critérios utilizados por ela.

No que diz respeito aos objetivos de Saussure com o seu estudo sobre as lendas germânicas, temos que ele pretendia encontrar a prova de que os personagens e acontecimentos lendários possuíam uma origem em personagens e acontecimentos históricos. (cf. TURPIN, 2003). De fato, se retomarmos o conteúdo da comunicação proferida em 15 de dezembro de 1904, intitulada “Les Burgondes et la langue burgonde em pays romaine”, na qual Saussure cita os *Nibelungen*, perceberemos que ele já efetuava um estudo comparando os dados históricos com os dados presentes nos *Nibelungen*. (cf. SAUSSURE, 1921, p. 606).

Antes de explicitarmos o conteúdo das lendas e as considerações saussurianas presentes nesse material, precisamos nos posicionar em uma discussão que se prolonga desde a década de 70. Essa discussão versa sobre o estatuto das lendas germânicas em relação ao CLG e teve como principais participantes: Avalle (1973), Engler (1974), Prosdocimi (1983), Arrivé (1986), Sungdo Kim (1995) e Turpin (2003). Dentre esses autores, explicitaremos brevemente a posições de Avalle (1973) e Engler (1974).

Em 1973, D’Arco Silvio Avalle publica o artigo “La sémiologie de la narrativité chez Saussure”. Nesse artigo, há a transcrição de vários trechos dos manuscritos sobre as lendas germânicas e, após essa transcrição, Avalle (1973) defende a necessidade de se comparar o conteúdo desses manuscritos com o conteúdo presente nas lendas. Essa comparação de Avalle (1973) objetiva questionar a noção de Semiologia enquanto ciência geral e unitária – que abarcaria tanto a língua quanto a lenda. Assim, as analogias entre a língua e a lenda realizadas por Saussure, não seriam convincentes: “A impressão que temos é que elas [as analogias] são mais o fruto de uma extração das propriedades da língua à lenda, do que uma análise visando fundar as bases de uma ciência unitária.” (AVALLE, 1973, p. 44, tradução nossa).⁸⁴

Avalle (1973) considera que há uma extração das propriedades da língua quando Saussure faz a comparação com a lenda, ele parece defender que não haveria uma relação de equidade no funcionamento desses dois sistemas. Isso implica em afirmar que, na verdade, o Saussure das lendas germânicas não seria o mesmo Saussure do CLG. Já para Engler (1974/1975), Avalle (1973) é tendencioso em sua interpretação, tendo em vista que ao transcrever os excertos dos manuscritos, não segue a ordem das páginas dos cadernos e omite alguns trechos.

⁸⁴ L’impression qu’on tire est qu’elles sont le fruit bien plus d’une extrapolation des propriétés de la “langue” à la légende, que d’une analyse visant à jeter les bases d’une science unitaire.”

É em resposta ao artigo de Avalle (1973), que em 1974 Rudolf Engler publica o artigo “Sémiologies saussuriennes: 1. De l’existence Du signe”. Nesse artigo, Engler acusa Avalle (1973) de interpretar erroneamente os manuscritos das lendas germânicas e editá-los de maneira que fosse possível comprovar a sua tese da não-relação entre a língua e a lenda e, ainda, da negação da existência do signo, tal como ele é concebido no CLG. Engler (1974/1975) tem uma perspectiva totalmente oposta àquela de Avalle (1973). De acordo com ele,

Não há extração, mas antes o encontro sob um ponto preciso de plano semiológico entre as duas pesquisas e a teoria do signo lendário é seguida de análises filológicas de detalhes factuais, essa é a nossa primeira conclusão. (ENGLER, 1974/1975, p. 61, tradução nossa).⁸⁵

O que Engler (1974/1975) defende é a homogeneidade da teoria saussuriana, mesmo que ela se fundamente em mais de um tipo de análise. Assim, para analisar a lenda, deve-se considerar como meio de análise a língua. Isso está em conformidade com o que é explicitado no CLG, tendo em vista que Saussure afirma que a língua é o principal dos sistemas semiológicos e serve como modelo para se investigar os demais. Dentre essas duas perspectivas, concordamos com aquela defendida por Engler (1974), tendo em vista que acreditamos que há uma relação estreita entre língua e fala e que o estudo do funcionamento de ambas pertence ao domínio da semiologia.

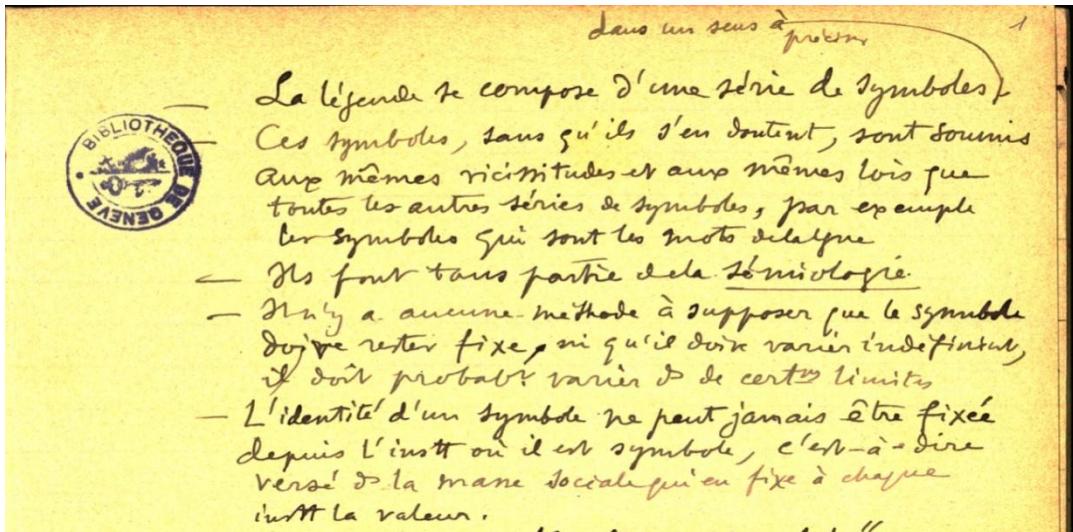
Assim, pensamos que as considerações saussurianas acerca das lendas germânicas possibilitam a constituição de uma reflexão semiológica. Além disso, é válido afirmar que esse estudo é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que se aproxima do CLG também se aproxima dos estudos indo-europeus do século XIX:

a mitologia saussuriana é epistemologicamente falando próxima do CLG, por outro lado, a mitologia era um domínio bastante comum do indo-europeísta do século XIX como era o caso de Saussure. (SUNGDO KIM, p. 17, 1993, tradução nossa).⁸⁶

É pertinente então, pensar a relação entre a língua e a lenda nos manuscritos saussurianos sobre as lendas germânicas para, posteriormente, nos determos nos nomes próprios. Iniciamos a nossa análise com a primeira página do caderno intitulado *Niebelungen*:

⁸⁵ Il n'y a pas extrapolation, mais bien plutôt reencontre sur une point précise du plan sémiologique entre les deux recherches, et la théorie du signe légendifère découle d'analyses philologiques de détails factuels, telle est notre première conclusion.

⁸⁶“(...) la mythologie saussurienne est épistémologiquement parlant proche du CLG, d'autre part, la mythologie était un domaine tout à fait habituel de l'indo-européaniste du 19siècle comme c'est le cas de Saussure.”



Excerto 1. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/4.Pg. 1.

- A lenda é composta de uma série de símbolos ^{em um sentido a definir}
- esses símbolos, sem que se duvide, estão submetidos às mesmas vicissitudes e às mesmas leis que todas as outras séries de símbolos, por exemplo, os símbolos que são as palavras da língua
- Todos eles fazem parte da semiologia
- Não há nenhum método para supor que o símbolo deve permanecer fixo, nem que ele deve variar indefinidamente, ele deve provavelmente variar em certos limites
- a identidade de um símbolo não pode jamais ser fixada depois do instante em que ele é símbolo, ou seja, inserido na massa social que lhe fixa a cada instante o valor.⁸⁷

A primeira afirmação que deve ser ressaltada nesse excerto é que “a lenda se compõe de uma série de símbolos em um sentido a definir”. Se retomarmos o conteúdo do CLG, temos aqui uma primeira aproximação: o termo “símbolo” é utilizado como sendo um elemento constituído por uma relação motivada e não arbitrária. Se o signo linguístico é arbitrário, o símbolo possui um vínculo natural de associação com aquilo que representa. Entretanto, se continuarmos a leitura do excerto, deparamos com a afirmação de que esses símbolos estão submetidos “às mesmas leis e vicissitudes que todas as outras séries de símbolos, por

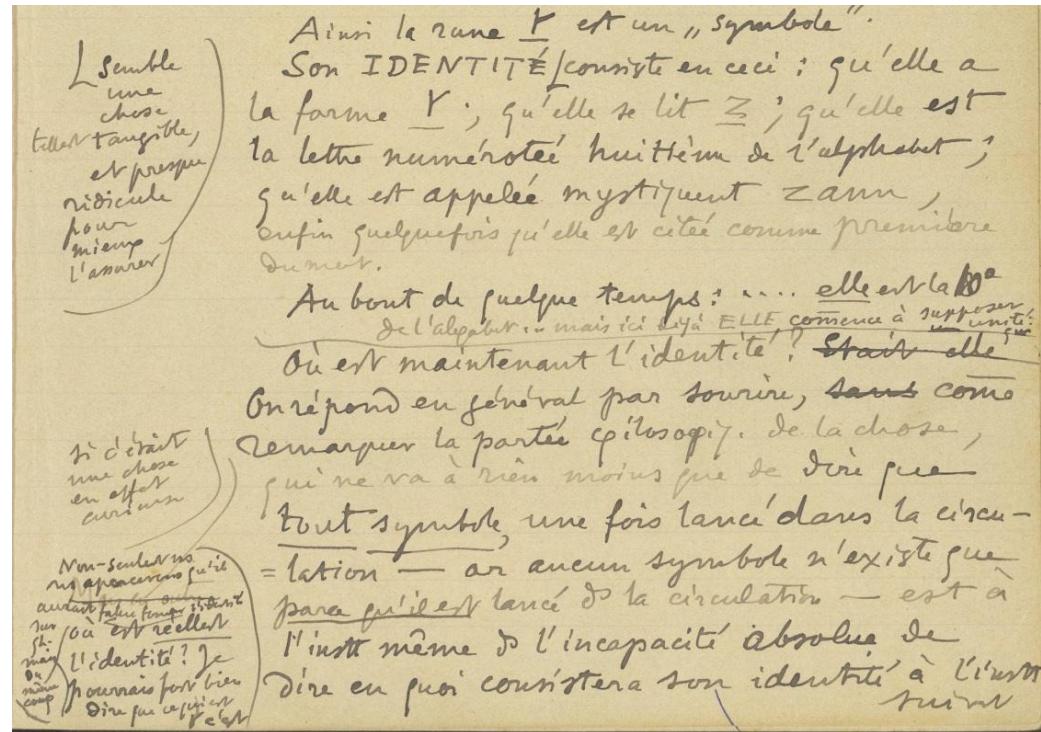
⁸⁷ La legende se compose d'une série de symboles ^{dans un sens à préciser}

- Ces symboles, sans qu'il s'en doutent, sont soumis aux mêmes vicissitudes et aux mêmes lois que toutes les autres séries de symboles, par exemple les symboles qui sont les mots de la langue
- Ils font tous partie de la semiologie
- Il n'y a aucune méthode à supposer que le symbole doive rester fixe, ni qu'il doive varier indéfiniment, il doit probablement varier dans de certaines limites
- l'identité d'un symbole ne peut jamais être fixée depuis l'instant où il est symbole, c'est-à-dire versé dans la masse sociale qui en fixe à chaque instant la valeur.

exemplo, os símbolos que são as palavras da língua". Malgrado a oscilação da terminologia nesse ponto, temos que o símbolo da lenda, na verdade, não é motivado, mas sim arbitrário. E isso porque para estar submetido às mesmas leis que regem as palavras da língua, é necessário que ele seja fundamentalmente arbitrário. Dessa forma, os símbolos da lenda também fazem parte da Semiologia.

Logo após, Saussure afirma que não há como supor que os símbolos possam permanecer fixos, pois ele, provavelmente, devem variar em certos limites. Ao que nos parece, isso corrobora a afirmação de que os signos estão submetidos às mesmas leis e vicissitudes e, consequentemente, são mutáveis e imutáveis ao mesmo tempo. Falar em mutabilidade e imutabilidade do símbolo equivale a falar que ele é utilizado pela massa falante e sofre a ação do tempo e, consequentemente, que não há a possibilidade de se estabelecer uma identidade entre os personagens.

Na continuação desse excerto, Saussure afirma que



Excerto 2. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/4.Pg. 1.

Assim a runa Y é um « símbolo ».

Sua identidade parece uma coisa tão tangível e quase ridícula, para melhor assegurar consiste nisso: que ela tem

a forma Y; que ela se lê Z; que ela é a oitava letra do alfabeto;

a oitava letra do alfabeto, que ela é misticamente chamada de zann, enfim que algumas vezes é citada como a

entim que algumas vezes é citada como a
1.1

da palavra. pág. 103

Depois de a

do alfabeto ... mas ela comeca a supor que

Respondemos, em geral, com um sorriso, como se isso fosse na verdade uma coisa

Respondemos, em geral, com um sorriso, curiosa

Não somente nós nos percebemos que falhamos em fundar a identidade sob qualquer coisa, mas ao

mesmo tempo onde está realmente a identidade? eu poderia fortemente dizer que isso que é <coisa bem incalculável> que seria em vão se nós experimentássemos querer fundá-la sob o que quer que seja, - mesmo sob uma combinação de características.

~~Sem~~ observar o lado filosófico da coisa,

que não vai dizer nada mais que

todo símbolo, uma vez lançado em circulação –

ora, um símbolo só existe porque é lançado em circulação – está no mesmo instante na incapacidade absoluta de

mesmo instante na incapacidade desorada de dizer em que constituirá a sua identidade no instante seguinte.⁸⁸

⁸⁸ Ainsi la rune Y est un « symbole ». Son IDENTITÉ semble une chose tellement tangible, et presque ridicule pour mieux l’assurer consiste en ceci : qu’elle a la forme Y ; qu’elle se lit Z ; qu’elle est la lettre numérotée huitième de l’alphabet ; qu’elle est appelée mystiquement zann, enfin quelquefois qu’elle est cité comme première du mot. Au bout de quelque temps elle est la dixième de l’alphabet ... mais ELLE commence a

No trecho acima, a identidade é negada com maior veemência. A explicação sobre o porquê de ser impossível fundar a identidade é mais elaborada do que no fragmento anterior. Para Prosdocimi (1983) a questão da unidade e identidade é um ponto central na teorização saussuriana, não só no que diz respeito às lendas, mas também em suas considerações sobre a língua. (PROSDOCIMI, 1983, p. 68). É justamente essa negação da identidade que diferencia Saussure dos indo-europeístas que estudavam as lendas. Além disso, de acordo com Turpin (2003) eram várias as teses que se fundamentavam na concepção de identidade entre um determinado personagem da lenda e um personagem da história :

Na época de Saussure, quando as lendas eram interpretadas a partir da história, ou daquilo que era conhecido, isso se fazia sem jamais interrogar a propósito das noções de unidade ou identidade sobre as quais repousa a comparação. Assim, a maior parte das pesquisas partia do nome do personagem da lenda para lhe relacionar a um personagem da história, sem interrogar essa noção de personagem quando entra em uma narração. Saussure, ao contrário, mostra que entre a história e a lenda tem lugar várias séries de transformações que estão ligadas ao tempo e à socialização, e que nessas transformações a unidade não é dada jamais. (TURPIN, 2003, p. 309, tradução nossa)⁸⁹.

Assim, para pensar a relação entre a história e a lenda era necessário que os estudiosos se detessem nos nomes dos personagens com o intuito de relacioná-los com os personagens históricos. A partir do momento em que a problemática da identidade é colocada para Saussure, não há mais a possibilidade de se estabelecer essa relação, tendo em vista a série de transformações sofridas pelos símbolos da lenda quando estão inseridos em uma narrativa. Em decorrência dessa constatação, seria esperado que os nomes próprios possuíssem um

supposer une unité qui [] Où est maintenant l'identité? On répond en général par sourire, comme si c'était une chose en effet curieuse

Non seulement, nous nous apercevons qu'il aurait fallu fondé l'identité sur quelque chose, mais du même coup où est réellement l'identité ? Je pourrais fort bien dire que ce qui est c'est <chose bien plus incalculable> qu'il aurait été vain si nous l'avions essayé de vouloir la fonder sur quoi que ce soit, - même sur une combinaison de caractères Sans remarquer la portée philosophique de la chose, qui ne va à rien moins que de dire que tout symbole, une fois lancé dans la circulation – or aucun symbole n'existe que parce qu'il est lancé dans la circulation – est à l'instant même dans l'incapacité absolue de dire en quoi consistera son identité à l'instant suivant.

⁸⁹“À l'époque de Saussure, quand les légendes sont interprétées à partir de l'histoire, ou de ce qu'on en connaît, ceci se fait sans que jamais s'interroge à propos de la notions d'unité ou d'identité sur laquelle repose la comparaison. Ainsi la plupart de ces recherches partent du nom d'un personnage de la légende pour le rattacher à un personnage de l'histoire, sans interroger cette notion de personnage quand celui-ci entre dans une narration. Saussure, par contre, montre qu'entre l'histoire et la légende ont lieu diverses séries de transformations qui sont liées à l'épreuve du temps et de la socialisation, et que dans ces transformations l'unité n'est jamais donnée.”

tratamento distinto daquele destinado por Saussure no CLG, no *Notes Item. Sôme et sème* e em seus estudos sobre a toponímia genebrina. Quanto a esse último estudo, Turpin (2003) afirma que ele se relaciona com os estudos sobre as lendas :

Embora em seu estudo sobre os topônimos, Saussure, com resultados pertinentes, tentava relacionar as denominações de lugares aos fatos históricos a partir do estudo dos nomes próprios e de sua evolução, comparando os índices da história aos índices linguísticos, nos estudos de lendas, ele foi confrontado com uma maior complexidade, sem dúvida porque ele não precisa mais aqui se haver com um grupo especial de nomes de lugares (...) ⁹⁰. (TURPIN, 2003, p. 308, tradução nossa).

Dessa forma, ao se deparar com os nomes próprios nas lendas germânicas, Saussure se viu confrontado com um tipo de nome próprio distinto daquele que fora percebido em seus estudos sobre os topônimos da região genebrina. A relação entre as palavras e as coisas ou ainda, a propriedade de fixidez dos nomes próprios não encontra correspondentes na lenda: “Esse modelo de referênciação não tem prolongamento na lenda. E isso porque o linguista encontra o insondável da língua – e a mesma vertigem diante da pluralidade das associações possíveis.” (TURPIN, 2003, p. 309, tradução nossa) ⁹¹. Assim, mesmo que o objetivo inicial de Saussure fosse comparar as diferentes versões das lendas com o intuito de verificar as suas relações com dados históricos, ele se deparou com uma complexidade que não era esperada: apesar de as lendas possuírem uma origem histórica, elas são contadas e recontadas durante séculos e, dessa maneira, sofrem transformações que afetam, até mesmo, os nomes dos personagens. No arquivo Ms. Fr. 3958/7, Em um manuscrito intitulado “Methodica”, Saussure afirma que:

3.Importância subordinada dos nomes próprios.

Desenvolvimento de 3 :

- a) Caso de transposição do nome do pai ou avô ao filho, ou de redução de dois personagens a um, ou de redução parcial de []
- b) Caso de desdobramento de um personagem.
- c) Caso de desfiguração e de etimologia.
- d) Uso germânico de compostos.

Aqui nota sobre os elementos constitutivos de um ser lendário. O nome não tem nem mais nem menos importância que qualquer outro lado. **Ele não é como com um indivíduo vivo uma etiqueta sob a pessoa, mas está no**

⁹⁰ “Alors que dans ses études sur les toponymes, Saussure, avec pertinence et résultats, avait tenté de rattacher des dénominations de lieux à des faits historiques à partir de l'étude des noms propres et de leur évolution, confrontant les indices de l'histoire à des indices linguistiques, dans les études sur les légendes, il se trouvait confronté à davantage de complexité, sans doute parce qu'il n'a plus à faire ici au groupe particulière des noms de lieux (...).”

⁹¹ “Ce modèle de référenciation n'a plus cours dans la légende. C'est pourquoi le linguiste y retrouve l'insondable de la langue – et le même vertige devant la pluralité des associations possibles.”

mesmo patamar que as outras coisas, e desse ponto de vista muito importante; somente isso que compensa, é que tanto quanto as outras características do indivíduo são inseparáveis dele, e permanecem como a base firme de sua identidade mesmo se ele muda de nome, toda característica do ser lendário pode se dissipar ao primeiro sopro com tanta facilidade quando o nome. (SAUSSURE *apud* TURPIN, 2003, p. 391, tradução e grifo nossos).⁹²

O que Saussure explicita é que os nomes não permanecem estáticos a partir do momento em que estão inseridos em uma narrativa. Eles podem ser trocados, substituídos e desdobrados. E isso acontece com todas as outras características do personagem lendário: físicas, psicológicas, acontecimentos, relações interpessoais, etc. É nesse sentido que nem mesmo fundamentando-nos nas características do personagem, poderemos supor uma identidade.

Além disso, é interessante notar que no trecho acima, o nome próprio deixa de ser uma palavra isolada – ou que escapa à lei geral – e torna-se uma palavra relacional, ou seja, vai adquirir valor por intermédio das relações estabelecidas no sistema da lenda e estará submetida à transmissão no tempo. Em um trecho do manuscrito Ms. Fr. 3958/8 a natureza relacional dos nomes próprios é mais evidente:

Sobretudo ver que o nome não é mais do que um elemento a.b.c.d. colocado exatamente no mesmo nível; porque isso é sem dúvida o que mais cobre a verdade do que estamos tentando afirmar [...] é necessário ver bem, passo a passo, qual é a natureza fundamental dos seres sob os quais se fundamenta a mitografia. Reconhecer que o nome tem tanto ou tão pouco valor. (SAUSSURE, *apud* TURPIN, p. 388, 2003, tradução e grifo nossos).⁹³

Ao que nos parece estamos diante de um sistema semiológico, que possui semelhanças com o sistema linguístico e, além disso, pode ser analisado por intermédio dele. Entretanto, esses dois sistemas parecem se diferenciar em um aspecto que diz respeito especificamente ao

⁹² " 3.Importance subordonné des noms propres. Développement de 3 : a) Cas de transport du nom du père ou grand-père au fils, ou de réduction de deux personnages à un, ou de réduction partielle de [] ; b)Cas de dédoublement d'un personnage ; c) Cas de défiguration et d'étymologie ; d) Usage germanique des composés. Ici note sur les éléments constitutifs d'un être légendaire. Le nom n'a ni plus ni moins d'importance que tout autre côté. Il n'est pas comme chez un individu vivant une étiquette sur la personne, mais au même rang que les autres choses, et à ce point de vue plus important ; seulement ce qui compense, c'est que tandis que les autres caractères de l'individu sont inséparables de lui, et restent la base ferme de son identité même s'il change de nom, tout trait de l'être légendaire peut se dissiper au premier souffle avec autant de facilité que le nom."

⁹³ Surtout voir que le nom n'est qu'un des éléments a.b.c.d placés exactement sur le même rang ; car c'est là sans doute ce qui voile le plus la vérité de ce que nous essayons d'affirmer ; (...) il faudrait bien en venir à voir, de proche en proche, quelle est la nature fondamentale des êtres sur lesquelles [sic] raisonne la myographie. À reconnaître que le nom a juste autant ou juste aussi peu de valeur.

nome próprio. Esse aspecto consiste no seguinte: ao proferirmos a frase “Dona Marly fez o almoço” em um contexto determinado, o nome “Marly” refere-se a uma certa entidade que possua esse nome. Há, portanto, uma fixidez e a consciência de que esse nome se aplica a um determinado objeto. Por outro lado, se estivermos contando uma lenda, baseada em fatos históricos que ocorreram há dois séculos, e proferirmos a mesma sentença – “Dona Marly fez o almoço” -, não estamos em nenhum sentido nos referindo a uma entidade determinada que receba o nome de Dona Marly. E isso porque o referente se perdeu a partir do momento em que o fato histórico tornou-se uma narrativa utilizada pela massa falante e inserida no tempo.

Nesse ponto, é interessante explicitar a hipótese de Choi (1997) sobre a maneira com que Saussure lida com a questão referencial em seus estudos sobre as lendas germânicas. De acordo com esse autor, Saussure teria como objetivo tratar do momento em que algo não-semiológico – que seria o fato histórico – torna-se semiológico. Para esse autor, esse momento constitui-se quando

(...) Saussure observa no ato de contar um momento em que a palavra plena de sentido direto transforma-se em “palavra pura”. Note-se que a “palavra pura” em questão não designa nada mais que uma palavra privada de contaminação referencial. Negada a origem referencial, ela funciona, por assim dizer, como puro significante. (CHOI, 1997, p. 205)⁹⁴

A palavra plena de sentido direto seria a palavra que possui uma relação referencial. A partir do momento em que essa palavra é inserida no discurso lendário, torna-se uma palavra privada do referente. E é justamente por ser privada desse referente, que ela se torna uma “palavra pura” que atenderia aos requisitos de funcionamento de um sistema semiológico.

Dessa forma, ao que nos parece, o nome próprio poderia possuir o estatuto de palavra isolada na língua porque algo em sua constituição seria positivo e adquirido no momento da fala. O nome próprio seria, nesse sentido, uma palavra contaminada pelo referente. Em contrapartida, ao ser inserido em uma narrativa lendária, o nome próprio nada mais seria do que uma das características de um determinado personagem e, enquanto tal, não é fixo e sim passível de mudanças. E isso só é possível porque a origem referencial do nome próprio lendário foi esquecida, perdida. Se não é conveniente que se mude o nome de uma cidade com frequência, o mesmo não ocorre com as localidades geográficas presentes na lenda: a

⁹⁴ “Pour l’illustration de notre propos, il est suggestif de faire remarquer que Saussure observe dans l’acte de raconter un moment où le mot plein de sens direct se transforme en “mot pur”. Précisons que le “mot pur” en question ne désigne rien d’autre qu’un mot privé de contamination référentielle. Délié de l’origine référentielle, il fonctionne pour ainsi dire comme pur signifiant.”

transposição ou a mudança de nomes de lugares não afeta a transmissão da lenda e a prova maior disso é a existência de várias versões de uma mesma lenda.

Considerações Finais

Nessa dissertação, tivemos o objetivo de explicitar o modo como o nome próprio é considerado na teoria saussuriana. Para isso, foi necessário que nos detivéssemos nas características do nome próprio. Assim, no primeiro capítulo, buscamos evidenciar que essa categoria linguística possui dificuldades em sua delimitação, tendo em vista que ela não possui uma regra geral de funcionamento que seja aplicada a todas as línguas naturais. Percebemos também que os nomes próprios envolvem em sua constituição o princípio da arbitrariedade e a fala, o que evidencia. Além disso, realizamos um percurso de análise pelas teorias de J.S. Mill, G. Frege, W.D. Whitney e M. Bréal. A investigação do tratamento destinado por esses autores aos nomes próprios foi pertinente para o nosso trabalho, porque percebemos qual o contexto teórico em que Saussure estava inserido no século XIX, o que contribuiu em nossa análise.

Após realizarmos esse percurso teórico pela Filosofia da Linguagem e pela Linguística do século XIX, detivemo-nos no Curso de Linguística Geral. Essa obra, editada por C. Bally e A. Sechehaye, foi responsável por atribuir a Saussure o estatuto de fundador da Linguística Moderna. Nesse sentido, procuramos apreender de que maneira os nomes próprios foram tratados nessa obra, considerando a mudança de paradigma que ela provocou nos estudos da linguagem. Percebemos que há duas formas de ocorrência dessa categoria linguística no CLG: a primeira delas consiste nas críticas às concepções que consideravam a língua como uma nomenclatura; a segunda, por sua vez, diz respeito à única menção dos nomes próprios nessa obra. Com a análise das críticas saussurianas à nomenclatura, constatamos que elas se relacionam com aspectos teóricos importantes, tais como: o princípio da arbitrariedade, a distinção entre valor/significação e a *parole*. Em contrapartida, a afirmação saussuriana de que os nomes próprios são “palavras isoladas” parece implicar que essa categoria linguística não estabelece relações com os outros signos do sistema. Mas, qual seria o motivo desse isolamento?

Para responder a essa questão, direcionamos nossa pesquisa para os estudos comparatistas realizados por Saussure no início do século XX, o manuscrito *Notes Item. Sême et sème* e para os estudos sobre as lendas germânicas desenvolvidos por Saussure entre 1903 e 1910. No âmbito da Gramática Comparada, analisamos os resumos de três comunicações proferidas por Saussure entre 1900 e 1904. Apesar do interesse histórico e etimológico que

Saussure manifesta nessas comunicações, os temas tratados evidenciaram o interesse do linguista para com os estudos toponímicos e deixaram transparecer uma das características dessa categoria linguística: ela é transmitida de geração em geração e está suscetível de sofrer “deformações”.

Com a análise do manuscrito *Notes Item. Sôme et sème*, percebemos que há consonâncias entre as considerações saussurianas presentes nesse material e a afirmação de que o nome próprio é uma “palavra isolada”. Isso porque Saussure afirma nesse manuscrito que os nomes próprios escapam à lei geral do signo e, além disso, que podem ser considerados como o “caso mais grosseiro da semiologia”. Entretanto, também constatamos que a relação entre nome próprio e fala é mais evidente nesse manuscrito do que no CLG, tendo em vista a utilização do termo “apossema”, definido por Saussure como o “invólucro vocal do sema” e que estaria contido no âmbito da *parole*.

Entretanto, é ao tratarmos das lendas germânicas que nos deparamos com um problema: nesses estudos, o nome próprio não possui a característica de isolamento, não “escapa” às leis gerais do signo. Pelo contrário, o nome próprio na análise das lendas é uma palavra relacional, que adquire valor por intermédio das relações estabelecidas no sistema e não possui em sua constituição nenhuma fixidez.

Esse problema consiste, então, em uma diferença evidente entre o tratamento destinado por Saussure a essa categoria no âmbito da Linguística e no âmbito das Lendas Germânicas. Poderíamos aqui colocar a questão do motivo pelo qual essa diferença de tratamento ocorre. Temos uma tendência em considerar que esse motivo seja justamente o fato da lenda sofrer tantas transformações a partir do momento em que está inserida na massa social e no tempo. Assim, quando é contada, a origem histórica da lenda está tão distante que já não é possível determinar a relação entre o nome do personagem lendário e o nome do personagem histórico. Nesse sentido, o sistema linguístico se diferenciaria da lenda, pois quando proferimos, em um determinado contexto, uma sentença que contém um nome próprio, referimo-nos a um objeto e predicamos algo desse objeto. Apesar de possuirmos essa tendência, achamos que é cedo e que não temos dados suficientes para comprová-la.

Podemos afirmar que, pelo percurso teórico realizado nesse trabalho, evidenciamos que o nome próprio não somente é problemático nos estudos da linguagem, mas também em si mesmo e na teoria de Ferdinand de Saussure. Dessa forma, é inegável que Saussure se deteve nessa categoria linguística, ao contrário do que muitos estudiosos afirmaram, e que ela

é em sua teoria um ponto de tensão que relaciona aspectos fundamentais do funcionamento do sistema linguístico e dos sistemas semiológicos em geral.

REFERÊNCIAS

- AARSLEFF, H. Bréal, la sémantique et Saussure. **Histoire, épistémologie et langage**, Paris, v. 3, n. 3.2, 1981. p. 115-133.
- ARRIVÉ, M. **Em busca da Ferdinand de Saussure**. São Paulo: Parábola, 2010. 253 p.
- AVALLE, D'Arco S. La sémiologie de la narrativité chez Saussure. In : BOUAZIS, Charles., AVALLE, D'Arco S. **Essais de la théorie du texte**. Paris, Galillée, 1973. p. 17-49.
- BALLY, C. L'arbitraire du signe: valeur et signification. **Le Français Moderne**, ano 8, n. 3, juin/julho 1940. p. 193-206.
- BLACKBURN, S. Mill, Jonh Stuart. In: **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro : Zahar, 1997, p. 250-251.
- BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**. (1897). Tradução de Eduardo Guimarães. São Paulo: Editora Pontes, 1992. 223 p.
- BRITO, A. N. **Nomes próprios**: semântica e ontologia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 208 p.
- CAMPOS, J. **Os enigmas do nome próprio**: na interface lógica/semântica/pragmática. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. 205 p.
- CAPT-ARTAUD, M-C. Bréal, Saussure et Pietro. **Modèles linguistiques**. Toulon, v. XXI, f. 1, 2000. p. 38-52.
- CHIESA, C. Saussure, Aristote et l'onymique. **Cahiers Ferdinand de Saussure**. Revue suisse de linguistique générale, n.61. Genève: Librairie Droz S.A., 2008. p.5-21.
- CHOI, Y-H. **Le temps chez Saussure**. 1997. 308 f. Tese de Doutorado. (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Université Paris X Nanterre, Paris, 1997.
- COELHO, M. P. Significação em Saussure: os três cursos de linguística geral. In: Anais do SILEL. **Simpósio Internacional de Letras e Linguística**, v. 3 n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2013.
- DE MAURO, T. Introduction. In: SAUSSURE, F. de. **Cours de linguistique générale**: édition critique par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1986.
- ENGLER, R. Théorie et critique d'un principe saussurien: l'arbitraire du signe. **Cahiers Ferdinand de Saussure**. Revue suisse de linguistique générale, n.19. Genève: Librairie Droz S.A., 1962. p. 5-66.
- FERRÁNDIZ, R. R. La semiología del nombre propio en Saussure : los Nibelungen y los Anagrammas. **Revista de Investigación Linguística**, n. 1, vol. 3, 2000. p. 181-205.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência (1892). In: **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.
- GADET, F. **Saussure : une science de la langue**. Paris : Press universitaria, 1990. 128 p.
- GARDINER, A. **The theory of proper names : a controversial essay**. London : Oxford University Press, 1954. 76 p.
- GARY-PRIEUR, M-N. Le nom propre constitue-t-il une catégorie linguistique?. **Langue Française**, v. 92, 1991. p. 4-25.

- GODEL, R. **Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. De Saussure**. Genève, Librairie Droz, 1969. 282 p.
- HENRIQUES, S. M. A categoria dos nomes e a referência: um estudo linguístico-filosófico. **Horizonte Científico**, v.5, n.1., p. 1-25. Uberlândia, 2011.
- _____. O princípio da arbitrariedade e a referência em Ferdinand de Saussure. **Revista e-scrita**. V.3, n. 1 B, Nilópolis, 2012. p. 189-202.
- _____. Le nom propre dans les manuscrits saussuriens. **3^e Congrès Mondial de Linguistique Française**, v.1, 2012. p. 757-771.
- HOMBERT, I. Whitney : notes sur une entreprise théorique pré-saussurienne. **Langages**, v. 12, n. 49, 1978. p. 112-119.
- JOSEPH, J. E. **Saussure**. Londres : Oxford University Press, 2012. 780 p.
- KIM, S. La mythologie saussurienne: une nouvelle vision sémiologique? (a propos de la continuité de la pensée saussurienne). **Semiotica**, v. 97, n. 1-2, 1993.
- LECUIT, E, MAUREU, D. VITAS, D. La traduction des noms propres : une étude en corpus. **Corpus**, v. 10, 2011. p. 201-218.
- LEROUY, S.; MUNI TOKE, V. Une date dans la description linguistique du nom propre : l'essai de grammaire de la langue française de Damourette et Pichon. **Lalies**, v.27, Paris, ENS Éditions, p. 115-190.
- MARQUES, A. C.M. Significação: a elaboração de uma noção saussuriana no CLG. In: Anais do SILEL. **Simpósio Internacional de Letras e Linguística**, v. 3 n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2013.
- MEJÍA, C. L'aposème : unité de parole. **Cahiers Ferdinand de Saussure**. Revue suisse de linguistique générale, n.52. Genève: LibrairieDroz S.A., 1999. p. 237-252.
- MILL, J. S. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva**: exposição dos princípios da prova e dos métodos de investigação científica. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores. p. 82-257.
- MOLINO, J. Le nom propre dans la langue. **Langages: Revue Trimestrielle**, Paris, ano 16, n. 66, juin 1982. p. 5-20.
- NORMAND, C. Saussure: uma epistemologia da linguística. In: **As bordas da linguagem**. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 11-30.
- _____, C. **Saussure**. Tradução Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 184 p.
- PAVEAU, M-A.; SARFATI, G-E. **As grandes teorias da linguística** :da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Clara Luz, 2006. 256 p.
- PICHON, E. La linguistique en France: problèmes et méthodes. **Journal de Psychologie Normale et Pathologique**. v.34, Paris, 1937. p. 25-48.
- RYAN, A. Jonh Stuart Mill. In: **The Cambridge Companion to Mill**. Toronto University Press, 1998.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. [1916] Editado por Charles Bally & Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução A. Chelini, J. P.Paes e I. Blikstein. 5a. ed. São Paulo: Cultrix, 1973. 279 p.

- _____. **Cours de linguistique générale**: édition critique par Rudolf Engler. Tomo 1, Otto Harrassowitz - Wiesbaden; 1968-1989. 515 p.
- _____. **Cours de linguistique générale**: édition critique par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1986. 510 p.
- _____. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004. 296 p.
- _____. Manuscrit inédit de Ferdinand de Saussure à propos des noms de Genthod, Écogia, Carouge et Jura. **Cahiers Ferdinand de Saussure**. Revue suisse de linguistique générale, n.51. Genève: LibrairieDroz S.A., 1998. p. 275-290.
- _____. Notes Item. Sôme et sème . In '**Papiers Ferdinand de Saussure**', 3951: 'Notes de Linguistique Générale'. Bibliothèque de Genève, 1891.
- _____. **Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure**. Paris : Payot, 1921. 658 p.
- SECHEHAYE, A. Les problèmes de la langue à la lumière d'une théorie nouvelle. **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, v. 84, 1917, p. 1-30.
- SEILER, H. Signifiant, signifié et la communication. In: **Nouveaux regards sur Saussure: Mélanges offerts à René Amacker**, Génève: Librairie Droz, 2006. 253 p.
- SILVA, K. A. **Saussure e a questão da referência na linguagem**. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- SILVEIRA, E. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística**. Campinas: Mercado das Letras/FAPESP, 2007. 168 p.
- STAROBINSKI, J. **As palavras sob as palavras**. São Paulo, Perspectiva, 1974. 114 p.
- STRAWSON, P. F. **Escritos lógico-linguísticos**. In: Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- TESTENOIRE, P.Y. Le nom propre em débat au tournant du siècle (Whitney –Bréal - Saussure). Histoire, épistémologie, réflexivité. Paris, 2008. Disponível em: <http://www.linguistiquefrancaise.org/articles/cmlf/pdf/2008/01/cmlf08040.pdf>
- TURPIN, B. Légendes – Mythes – Histoire : La circulations des signes. In :**Cahiers de L'Herne : Saussure**. 2003, p. 307-429.
- WHITNEY, W. D. **A vida da linguagem**. Tradução de Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010. 288 p.
- WILMET, M. Arbitraire du signe et nom propre. **Annexes des Cahiers de linguistique hispanique médiévale**, v.7, n. 7, 1988. p. 883-842.